

DIÁLOGOS
INSUBMISSOS
DE MULHERES
NEGRIAS

FUNDAÇÃO
ROSA
LUXEMBURGO
BRASIL E PARAGUAI

Mulheres,
intelectuais
Nordistas

Esta publicação foi realizada com o apoio da Fundação Rosa Luxemburgo e fundos do Ministério Federal para a Cooperação Econômica e de Desenvolvimento da Alemanha (BMZ). O conteúdo da publicação é responsabilidade exclusiva da Fundação Rosa Luxemburgo e Diálogos Insubmissos de Mulheres Negras (parceiro/autor/a).

Somente alguns direitos reservados. Esta obra possui a licença Creative Commons de “Atribuição + Uso não comercial + Não a obras derivadas” (BY-NC-ND)



DIÁLOGOS
INSUBMISSOS
DE MULHERES
NEGRAS

FUNDAÇÃO
ROSA
LUXEMBURGO
BRASIL E PARAGUAI

PERNAMBUCO
SERGIPE MAIS CO
PARÁIBA NÃO
BAHIA CEARÁ
ALAGOAS PIAUÍ
RIO GRANDE DO NORTE

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP
(BENITEZ Catalogação Ass. Editorial, MS, Brasil)

I47 Insubmissão intelectual de mulheres negras
1.ed. nordestinas [livro eletrônico] / organizadoras Dayse
Sacramento de Oliveira ; Manoela dos Santos
Barbosa, Nubia Regina Moreira ; ilustração
de [MareaCarol]. – 1.ed. – Salvador, BA : Devires ;
Rosa Luxemburgo, 2021.
ePDF.

ISBN : 978-65-86481-35-8

1. Ciências sociais. 2. Coronavírus (COVID-19) –
Aspectos sociais. 2. Impactos – Sociedade brasileira. 3.
Mulheres negras – Brasil. 4. Mulheres negras –
Nordeste. I. Oliveira, Dayse, Sacramento. II. Barbosa,
Manoela dos Santos. III. Moreira, Nubia Regina. IV.
MareaCarol.

04-2021/63

CDD305.48896

Índice para catálogo sistemático:

1. Mulheres negras : Ciências Sociais 305.48896

Bibliotecária responsável: Aline Grazielle Benitez CRB-1/3129

FUNDAÇÃO ROSA LUXEMBURGO

Diretor - Torge Loeding

Coordenação de Projetos - Christiane Gomes

rosalux.org.br



CONSELHO DIÁLOGOS INSUBMISSOS DE MULHERES NEGRAS

Ayala Tude

Diretora de Relações Internacionais

Dayse Sacramento de Oliveira

Sócia Fundadora/ Diretora Geral

Helena Rios dos Reis

Sócia Fundadora/ Diretora Comercial

Manoela Barbosa

Diretora de Relações Editoriais

Naianne Sena

Diretora Cultural

Técia Queli Santos

Diretora de Produção Executiva

CONSELHO DEVIRES

Prof. Dr. Carlos Henrique Lucas Lima
Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB

Prof. Dr. Djalma Thürler
Universidade Federal da Bahia – UFBA

Profa. Dra. Fran Demétrio
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB

Prof. Dr. Helder Thiago Maia
Universidade Federal Fluminense - UFF

Prof. Dr. Hilan Bensusan
Universidade de Brasília - UNB

Profa. Dra. Jaqueline Gomes de Jesus
Instituto Federal Rio de Janeiro – IFRJ

Profa. Dra. Joana Azevedo Lima
Devry Brasil – Faculdade Ruy Barbosa

Prof. Dr. João Manuel de Oliveira
CIS-IUL, Instituto Universitário de Lisboa

Profa. Dra. Jussara Carneiro Costa
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB

Prof. Dr. Sergio Luiz Baptista da Silva
Faculdade de Educação
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Prof. Dr. Leandro Colling
Universidade Federal da Bahia – UFBA

Profa. Dra. Luma Nogueira de Andrade
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Prof. Dr Guilherme Silva de Almeida
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

Prof. Dr. Marcio Caetano
Universidade Federal do Rio Grande – FURG

Profa. Dra. Maria de Fátima Lima Santos
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Dr. Pablo Pérez Navarro
Universidade de Coimbra - CES/Portugal e Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG/Brasil



PREFÁCIO

No ano de 2020, todas nós fomos invadidas pela notícia de uma pandemia de Covid-19, doença causada pelo vírus SARS-CoV-2, o novo coronavírus. Desde março daquele ano, quando a pandemia chegou ao Brasil, nossas vidas, mais uma vez, foram remexidas. Digo mais uma vez porque trato das vidas das pessoas negras, que desde a travessia do Atlântico, têm nos obrigado a criar tecnologias para existirem.

O convite para participar desta obra chegou em novembro, um período de esperança por dias melhores, que, no horizonte, representava a diminuição da taxa de contaminação pelo coronavírus, retorno dos encontros familiares nas festas de final de ano e, talvez, o ‘despejar da inhaca’ do ano de 2020 na festa carnavalesca de 2021. Mas, ainda hoje, esse horizonte ainda está longe.

Entre outubro e dezembro do ano passado (2020) tivemos muitos acontecimentos no país. O mais marcante, e talvez improvável para tempos pandêmicos, foi a manutenção das eleições municipais. Não parecia que estávamos vivendo uma pandemia. Houve uma espécie de afrouxamento das medidas sanitárias que restavam, como os protocolos de segurança contra o alastramento do vírus. Assistimos à suspensão e ao desligamento, por parte do Governo Federal, das medidas de contenção da pandemia.

O período de distanciamento mudou nossa sociabilidade e afetou nossa saúde psíquica. Tivemos de reelaborar e ajustar o tempo e o espaço do trabalho dentro do ambiente doméstico. A recomendação do #fiqueemcasa (uma campanha para que as pessoas ficassem em casa e não se aglomerassem, a fim de conter a disseminação do vírus) se mostrou bastante frágil diante da quantidade de pessoas que, devido as suas condições sociais, não podiam atendê-la.

Houve grande insegurança ocasionada pelo desordenamento governamental. Além da diminuição das frotas de transportes públicos, com redução do período de um trem para outro, rodízio de carros, estabelecimento de escalas

para o funcionamento do comércio, tudo a fim de evitar as aglomerações. As desigualdades foram potencializadas com a pandemia.

Protocolos não eram atendidos por falta de saneamento básico nos bairros periféricos e por falta do dinheiro para comprar bens alimentícios e itens de higiene, como o álcool gel (que passou a ser item obrigatório de uso). O desemprego atingiu a vida dos mais pobres e ainda tivemos de lidar com os bárbaros casos de violência policial contra jovens negros e com a negligência com as crianças pretas.

Nos noticiários do ano de 2020 não faltaram narrativas de morte, não apenas pela Covid-19, mas também pela brutalidade policial e pelo descaso com a vida de crianças pretas atingidas por armas de fogos durante operações policiais ou deixadas a sua própria sorte em elevadores. A população negra e pobre, que está por sua própria conta, tem sido a maior vítima neste cenário. E assim, mais uma vez somos chamadas a ativar nossas redes comunitárias para garantir que nossas vidas não sejam ceifadas pelo descaso político e pelo abandono da sociedade. De novo temos provado a potência criativa, em forma de coalizões com diversos setores, em prol da garantia de comida e assistência. Seguimos com as denúncias, mas também na busca por realizações ao fazer o que não esperam que façamos. Seguimos construindo nosso dia a dia além

da dor e dos punhos cerrados. Porque também cansamos. Quando os punhos estão abaixados, as mãos escrevem, tecem, cozinham, esculpem. As redes, as coalizões, a escrita, a música. Estarmos umas com as outras tem sido a forma mais potente de manter nossa sanidade psíquica e o nosso corpo físico.

Não desejamos alimentar narrativas de opressão, raça, classe, gênero e sexualidade criadas sobre nós, que, historicamente, dizemos quem somos. Por isso, resolvemos reunir um grupo de mulheres do nordeste do país para, em forma de pequenos ensaios, trazer, cada uma ao seu modo, suas impressões, perspectivas e reflexões sobre si.

Os ensaios foram escritos no contexto da pandemia de Covid-19 que se estendeu e adentrou o ano de 2021. Portanto, as narrativas foram escritas na coexistência entre razão e emoção; objetividade e subjetividade; ativismo e academicismo.

Em *Memória como lugar de origem*, a autora Kika Sena do Nascimento traz um retorno da sua trajetória de vida. Há o reencontro daquilo que sempre existiu e da força que isso tudo provoca para ser e existir. A pertinência do narrar-se e de subjetivar-se. No seu caminhar por sua infância vivida perto das águas (doces, salgadas e paradas), passando por sua fuga causada pela

urgência de viver sua identidade de gênero. Kika vê nas crianças pretas um projeto de ancestralidade, potência e de nutrição por saberes não coloniais. Sua função é arrancar as máscaras da colonização que rouba a infância negra.

Ao escrever *Pandemia de Covid-19: entre vidas negras e a morte*, a professora Joanice Conceição nos traz uma reflexão sobre três situações típicas de opressão interseccionais ocorridas em três contextos diferentes. Com suas palavras, demonstra a força da colonialidade em escrever ditames e valores sobre as vidas negras. A autora reflete sobre as faces das opressões e do racismo perante o fenômeno da pandemia de Covid-19. Focaliza “a vitimização da população negra, seja pelo impacto das desigualdades socioraciais que retira dela direitos fulcrais à manutenção da vida seja pela forma como a legislação é aplicada para determinados grupos de indivíduos, por terem sua existência configurada por um imaginário estereotipado da branquitude”.

Na esteira da reflexão sobre a pandemia, Francisca Maria Rodrigues Sena, em *Mulheres negras: tramando resistências e liberdade no Ceará*, atesta como as mulheres negras jogam o jogo da sociedade com regras e artimanhas próprias. Afirma que as resistências são forjadas nas frestas das

estruturas das instituições e no contato com as relações de poder. O mais importante: somos conspiradoras das nossas vidas, acreditamos na expertise ancestral. A opressão se dá no corpo, que é um aparelho refratário às opressões interseccionais, mas também o alvo das opressões sobre nossa altivez e potência. Há transformação do seu corpo e cabelos como bandeira da negritude. A organização das mulheres são redes de proteção, apoio e promoção dos direitos das mulheres negras. Na conclusão do seu texto, a autora reafirma a “importância de mantermos a chama acesa em nosso peito e o axé, que nos movem a romper com as correntes e grades simbólicas e materiais que insistem em nos aprisionar, reafirmando nosso direito à liberdade, ao prazer e à vida digna”.

Em *Futuro possível* é a construção de um passado que garante o presente, Zica Pires trata dos impactos da pandemia nos territórios quilombolas, por meio das ações governamentais. O texto se insere numa discussão sobre os impactos da mineração, articulado ao agronegócio nas áreas da vida, existência e produção das comunidades tradicionais, entendidas como camponeses, quilombolas, quebradeiras de coco-babaçu e indígenas. Apresenta como as injunções do agronegócio nas terras das comunidades

tradicionais têm sido responsáveis por impor uma dinâmica de aniquilação de práticas democráticas. Para a Comunidade de Santa Rosa dos Pretos, no Maranhão (foco do texto), a terra é um dos espaços de ativação de práticas de coexistência entre os humanos e a natureza, principalmente por compreendê-los como parte de uma mesma dimensão. Durante o contexto pandêmico, o Estado invadiu áreas das comunidades tradicionais com uma ação usurpadora e desrespeitosa frente à vida delas e aos bens provenientes da terra, do território de identidade, da produção econômica e de valores comunitários. A resistência é depositada na crença da renovação do vínculo com o legado dos mais velhos, depositando na juventude a fé para a continuidade da luta autônoma pela terra e pelo território; pelo corpo e pela vida.

No ensaio *Filha, diga o que vê. Sopro ancestral e escrita feminina afro-brasileira* Danielle de Luna e Silva trata das temporalidades da escrita das mulheres negras na condição de romancistas. De *Úrsula*, de Maria Firmina do Reis, a *Um defeito de Cor*, de Ana Maria Gonçalves, o tema recorrente é a escravidão de mulheres negras, que comparece como pano de fundo, havendo o desenraizamento e desarraigamento das mulheres de suas famílias. Assim como no cenário cruel e brutal de nossas vidas, que ficou mais evidente no

contexto pandêmico. No romance *Um defeito de cor* há a reconexão com os laços ancestrais, ao contrário do romance de Maria Firmina, em que os laços são desatados e o sentimento de desestruturação da personagem é evidente. Em ambas as obras observa-se que a escrita de mulheres negras é uma resposta às opressões e aos apagamentos históricos, epistemológicos perpetrados pela sociedade brasileira.

Nordeste maravilha. Recife: coração cultural do Brasil, ensaio da iyalorixá, professora e pesquisadora Denise T’Ògún Botelho, ressignifica o ano de 2020 de forma delicada e com a força de Ogum. Para o senso comum televisivo e para a sociedade civil, 2020 tem sido denominado como ano da Covid-19. Denise, em menção ao modelo de sociabilidade e trabalho virtual aos quais fomos submetidas, fala que a tecnologia, como um elemento do pai Ogum, a fez conceber 2020 como o ano da tecnologia, e não somente do desespero, das mortes e do descaso político. Ela se refere ao uso das TICS (Tecnologias de Informação e Comunicação) que têm preenchido nossas rotinas por meio das lives, aulas remotas, reuniões intermediadas por plataformas digitais. A reflexão que nossa autora faz está na interconexão entre o elogio à tecnologia, por nos aproximar de pessoas de diferentes lugares e geração, e, ao mesmo

tempo, o instar de responder o volume crescente de demandas pessoais, profissionais, religiosas e políticas durante a pandemia.

O ensaio intitulado *A minha história é talvez igual a sua. Viveres de uma mulher negra no Brasil do tempo presente*, de Iraneide Soares da Silva, fala de suas reminiscências, que contam suas marcas de professora e ativista. Fios da memória que a constituem como mulher negra. Trata da trajetória da autora ao passar por sua inserção e articulação como coordenadora do NEAB, na instituição onde trabalha, e também das suas andanças por vários lugares para completar sua formação universitária. A chegada da Covid-19 e a convivência com um ser invisível e letal suspendeu a vida ordinária e o controle da rotina. Após os primeiros contatos com a realidade da pandemia e a adesão aos protocolos recomendados, a autora resolveu aderir à campanha #uespificaemcasa. A partir dali, articulou-se com outros professores para realizar ações por meio virtual, que passaram a ser o meio de sociabilidade da maioria de todas nós desde 2020. O texto é uma mescla de sentimentos que passam pelo âmbito de sua vida pessoal, profissional (universidade) e de ativista. Todas essas três dimensões se imbricaram fortemente durante o ano de 2020, apesar das dores escancaradas que expuseram as opressões e as

desigualdades raciais e econômicas da população negra, num cenário piorado pelo descaso governamental. As ações empreendidas pelas organizações do movimento negro mais uma vez são caminhos para a promoção do cuidado, da política e da existência das populações negras.

Com a ousadia de alargar a identidade da mulher negra potiguar, Stéphanie Campos Paiva Moreira, focaliza a história das afro-potiguares no ensaio intitulado *Mulheres afro-potiguares: uma experiência de aquilombamento*. As conversas com outras mulheres negras reforçam a importância dos espaços de segurança, como nos ensina Patrícia Hill Collins (2019). A história do Rio Grande do Norte é marcada pela invenção de uma identidade local distante das populações afroíndigenas, exemplo apresentado por uma imagem de uma mulher magra, branca e de cabelos longos e lisos, como representação de Iemanjá. A despeito do embranquecimento de Iemanjá, a correspondência da imagem com os elementos religiosos do universo afro-brasileiro tem sido motivo de atos de intolerância religiosa. A experiência afroindígena da autora é despertada pela aproximação com os movimentos negros. Sua narrativa é conduzida pela observação: “mulheres negras têm reconstruído uma representação para o RN, a partir de suas próprias perspectivas e tento me

alimentar dessas experiências para poder visualizar novos caminhos de compreensão e ação, como mulher, mãe, intelectual negra e militante". As suas conversas com mulheres jovens negras do mundo da arte trazem essa perspectiva de existência. É muito presente a ideia de quilombo como um espaço seguro.

No ensaio *Tempos de atravessar: eu, mulher negra, movo-me sem cessar*, Yérsia Souza de Assis conta que esteve em contato com o legado ancestral que possibilitou às mulheres negras erguerem a voz. No ensaio, a autora partiu da sua trajetória escolar, desde a graduação até o doutorado, marcada pelo seu interesse em compreender os estudos das relações raciais. Em seguida, passou pela sua inserção em grupos de pesquisa, onde entendeu mais sobre as relações sociais e teve contato com textos de autores e autoras africanas. Até que, já sabedora da sua ascendência angolana familiar, viu na universidade a oportunidade de realizar parte dos seus estudos doutoriais em Angola. Lá, afirmou ter refeito e ressignificado alguns pontos sobre a sua ascendência africana e a sua própria condição de ser afro-brasileira e angolana também. As travessias narradas, a defesa da sua tese e o falecimento do seu avô em 2020 foram os atravessamentos que mais requereram a rebeldia dessa autora.

Assim, espero que nossas “nordestinidades”, presentes nas narrativas de cada uma de nós e a partir de nós, alcancem e se emaranhem como redes de potencialidades de mulheres negras daqui e da diáspora. Que estejamos sempre atentas e preparadas!

Nubia Regina Moreira

Professora Titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)
Coordenadora do Grupo de Pesquisa Oju Obìnrin - Observatório de Mulheres Negras

Abril de 2021



As águas sabem de tudo
A que te benze
A que me benze...

Nenhuma maré molha a roupa
De quem já se jogou sem nada
Nem assusta marinheiro
Destinado a seguir viagem
Sou assim pra tua

Pisei no rio
Pedi proteção por nós
E o teu mar me deu resposta
Uns estão pra peixe
Outros para a fome
E eu sigo de prato cheio
Porque a gente se dá de comer

Amor é coisa de se inundar
E mesmo assim, não tem salgada
Nem doce que tire o gosto
Do que provo de você

A que te benze
A que me benze...

As águas
Continuam
Sabendo de tudo.
(Sued Nunes)



A plataforma literária *Diálogos Insubmissos de Mulheres Negras* e a Fundação Rosa Luxemburgo firmam uma importante parceria, por meio da perspectiva da pluriversalidade como caminho ético e compromisso sociopolítico, a partir da compreensão de que é preciso expandir e visibilizar construções epistemológicas fincadas na percepção de que há distintas maneiras de se inscrever, resistir e (re) existir no mundo. Para isso, precisamos considerar fundamentos como: classe social, geração, raça/etnia, territorialidades, gênero/sexualidades, questões de ordem religiosa, por exemplo, como esteira que nos possibilitem pôr em prática o ubuntu: “eu sou porque nós somos”.

Quando vislumbramos a produção intelectual produzida no Brasil, de qualquer área do conhecimento, percebemos notadamente que existem hierarquias do conhecimento que são demarcadas geopoliticamente, privilegiando o que é produzido nos eixos centro-sudeste-sul do país. A pouca valoração se acentua ainda mais quando observamos tanto as condições de

produção como a circulação dela ao partir da região Nordeste. Além da visibilidade tangenciada, escamoteada, a identidade nordestina é marcada por estereótipos que não condizem com a realidade de um povo producente, inventivo e criativo como o nordestino.

Dante desse cenário, ao agenciarmos ações e propostas de trabalhos coletivos com pesquisadoras negras nordestinas, temos nos empenhado em reverter esta lógica perversa e excludente, com iniciativas locais voltadas para nós mesmas. E assim, partindo desse horizonte da coletividade, materializa-se o e-book *Insubmissão intelectual de mulheres negras nordestinas*, que celebra parceria entre duas instituições que prezam por visibilizar e ampliar vozes, sobretudo de mulheres negras, e oportuniza o acesso do público leitor a essa publicação que evoca as múltiplas potências — existenciais e teóricas — de nove mulheres negras oriundas e/ou residentes no pluriverso nordeste do Brasil.

Os textos que compõem esta antologia corroboram o fortalecimento do operador teórico escrevivência, cunhado por Conceição Evaristo, escritora e intelectual negra. Visto que, ao longo dos nove ensaios, podemos identificar a pujança das escritas e oralidades, que caminham de mãos dadas, e, nesse

sentido, colaborar com o fortalecimento do sentido do escrever, evidenciando o quanto o ato da escrita das mulheres negras se estabelece como um gesto de insubordinação. Além disso, inscreve novos nomes e perspectivas para a Ciência, na medida em que os corpos-vozes-escritas das autoras não só rasuram o campo epistemológico, como também evidenciam a necessidade de ampliarmos os horizontes que abarcam o pensar nas potencialidades existentes no Brasil adentro, com a multiplicidade de sujeitos que somos.

Ao acessar os textos desta obra, o público leitor poderá se conectar de muitas maneiras com os vários nordestes, a partir do que é ofertado por meio do campo epistêmico entrelaçado com a tecnologia do afeto tão presentes na escrita das autoras. Muitas vezes, suas vozes/escritas apresentam-se como modos de resistência às sistemáticas tentativas de silenciamentos impostos pelas barreiras de classe/gênero/racial, e também geopolíticas.

Sobretudo, leitores e leitoras poderão ter a oportunidade de “criarem uma comunidade de aprendizagem”, conforme sugere a crítica cultural, intelectual negra e ensaísta afro-americana bell hooks (2020), e, com isso, sentirem-se motivados/as a se movimentarem em direção a um sentido de ciência que

abrigue as nossas multiplicidades, vivências, subjetividades, complexidades, saberes e intelectualidades. De modo que se aproximem de uma efetiva ação prática que possibilite “criarem um novo local onde a subjetividade negra radical pode ser nutrida e sustentada” (hooks, 2020) e, além disso, que opere como caminho para que outras pessoas, especialmente mulheres negras, possam se conectar, reconhecer e aproximar da diversidade de experiências de outras mulheres negras.

Acolher-se e olhar para si são exercícios de cuidado que colocamos em prática com este encontro intelectual.

Essa roda de yabás produziu um livro-axé, com nossa energia reunida em torno de imagens que projetamos por meio de palavras tecidas por mãos pretas, insubmissas e nordestinas, comprometidas em seguir vivas e prenhes de um futuro de incertezas impostas pela pandemia de Covid-19, mas com perspectivas que buscam assegurar o bem viver para as pessoas pretas, quando a necropolítica e o fascismo devastam as nossas negras existências no país.

Sentimos-nos abrigadas pelos textos de cada uma dessas autoras. Desejamos que xs leitores, assim como nós, possam se sentir motivadas/os a se conectarem com as múltiplas experiências dos nordestes ofertados pelas autoras. Boa leitura, boas aprendizagens e viva nós, viva as águas!

Com afeto,

Dayse Sacramento¹ e Manoela Barbosa²

¹ Dayse Sacramento, mulher preta de Salvador-BA, pagodeira, professora de Língua Portuguesa do IFBA, doutoranda em Literatura e Cultura, Produtora Cultural. Idealizadora do *Diálogos Insubmissos de Mulheres Negras*.

² Sertaneja de Jequié-BA, educadora e pesquisadora, filósofa, mestra em Crítica Cultural e doutoranda em Literatura e Recepção. Integra a equipe do *Diálogos Insubmissos de Mulheres Negras*.



SUMÁRIO

23

Memória como lugar de origem
KIKA SENA DO NASCIMENTO

33

**Pandemia de covid-19:
entre vidas negras e a morte**
JOANICE CONCEIÇÃO

55

**Mulheres negras: tramando
resistência e liberdade no Ceará**
FRANCISCA MARIA RODRIGUES SENA

78

**O futuro possível é a construção de
um passado que garante o presente**
ZICA PIRES

91

**Filha, diga o que vê: sopro ancestral
e escrita feminina afro-brasileira**
DANIELLE DE LUNA E SILVA

110

SUMÁRIO

126

**Nordeste maravilha: recife,
coração cultural do brasil**
DENISE T'ÒGÚN BOTELHO

147

**A minha história é talvez igual a sua: viveres de
uma mulher negra no brasil do tempo presente**
IRANEIDE SOARES DA SILVA

175

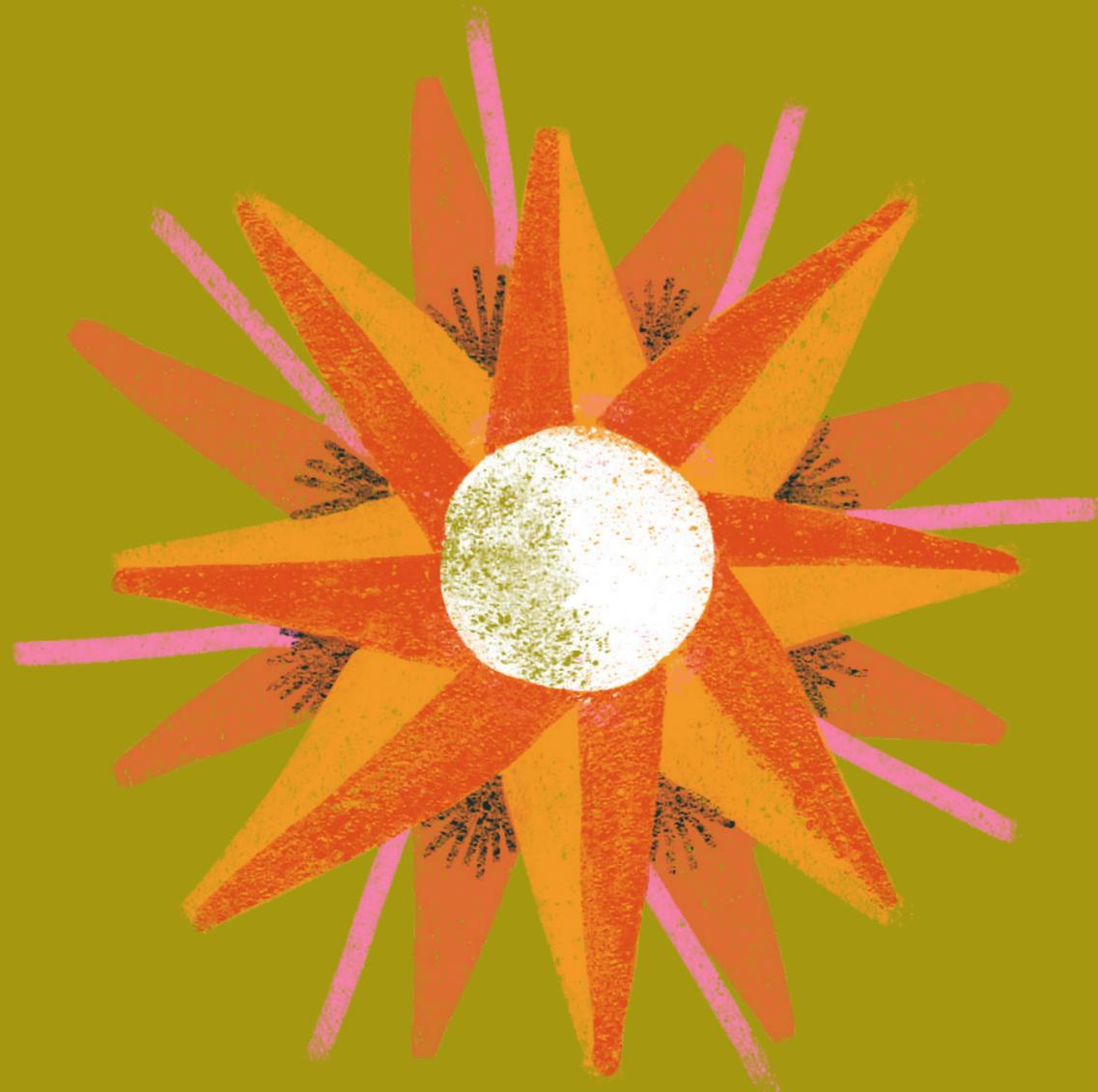
**Mulheres afro-potiguaras: uma
experiência de aquilombamento**
STÉPHANIE CAMPOS PAIVA MOREIRA

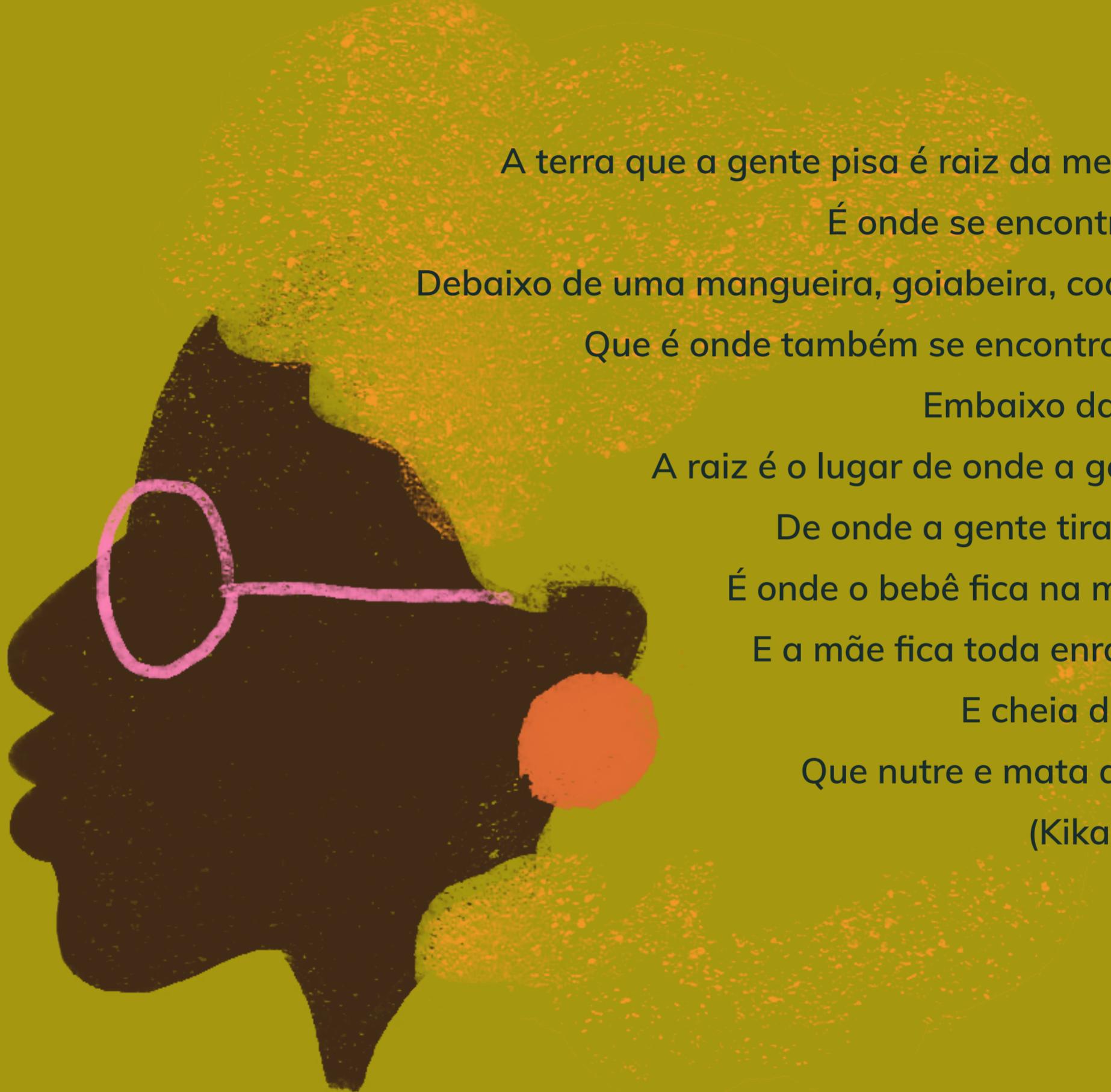
**Tempos de atravessar: eu, mulher
negra, movo-me sem cessar**
YÉRSIA SOUZA DE ASSIS



Memória como lugar de origem

Kika Sena do Nascimento





A terra que a gente pisa é raiz da memória,
É onde se encontra o ar
Debaixo de uma mangueira, goiabeira, coqueiro,
Que é onde também se encontra água
Embaixo da terra.

A raiz é o lugar de onde a gente é,
De onde a gente tira água,
É onde o bebê fica na mamãe
E a mãe fica toda enraizada
E cheia de leite,
Que nutre e mata a sede.

(Kika Sena)

O caminho que percorreremos ao longo deste ensaio se dá no tempo gasto para que não nos esqueçamos da essência que funda o corpo e a existência de pessoas pretas, que é a memória. Proponho-me, inicialmente, e a partir do meu lugar enquanto criança, a um exercício de retorno ao básico do básico: à minha infância, que era recheada de mar, rio, lagoa e muito sol alagoano esquentando a pele, para assim, possibilitar, a você que me lê, um exercício de retorno ao tempo sagrado. Se, assim como eu, você se sentir à vontade para retomar esse lugar em seu corpo, não hesite, faça.

A você que está lendo, eu pergunto: qual a sua naturalidade?

Quem é você?

Quem sou eu agora aterrada? Muito se construiu durante o período de 15 anos que vivi na cidade de Marechal Deodoro, em Alagoas: cidade de rio, mar e lagoa. Minha mãe dizia que eu demorei a nascer, e que eu era exigente, metida a besta e esperta demais para o gosto dela. Ela também adorava repetir aquele famoso ditado popular que diz: “uma andorinha só, não faz verão”, na tentativa de me ensinar, aos sete anos, a fazer filé. Até que, aos puxões de orelha, eu aprendi. Afinal a gente precisava comer.

Aprendi também que eu precisava focar nos estudos, porque, caso contrário, deixaria

de existir qualquer expectativa de um futuro melhor para mim, para ela e para minha irmã.

Imagine que eu, criança, já sabia que o meu presente não era nenhum presente. Imagine a distância que era correr contra o tempo, avançada, evoluída. Hoje, falando do presente, sei dizer o porquê que eu projetava tanto um futuro na perspectiva da ascensão social: eu era uma bicha preta, pobre, afeminada e nordestina.

Na falta de água, minha mãe lavava as roupas sujas no rio, assim como as outras mães periféricas: lá ia ela até o rio empurrando um carro de mão carregado de roupas sujas. Na volta, o carro vinha mais pesado, nunca nos faltou roupa limpa, mas comida, ocasionalmente, faltou.

Às vezes, o que eu e minha irmã tínhamos para o almoço ou café da manhã era um pedaço de pão.

Apesar de tudo isso, como se o sol não bastasse, tinha também muita correria, brincadeira de rua e muito joelho ralado. Eu não era uma mulher. Eu não era uma menina. Eu não era. A submissão de minha infância se deu na anulação de mim mesma. Eu era uma pessoa peniana, socializada como menino. Essa socialização não só supriu minha espontaneidade como também me deixou vulnerável aos ataques daqueles que achavam que podiam me invadir. De algum modo, a minha feminilidade corrompida era alvo de caça, captura e rompimento do infantil em mim. Aqueles abusos, que

duraram por muitos anos associados a essas necessidades, fizeram-me querer fugir da minha terra e de mim mesma.

Eu fui da cidade de Marechal Deodoro aos 15 anos, porque eu estava me apaixonando pelo meu abusador e também porque queria romper os outros ciclos. Por isso, durante muito tempo neguei minha naturalidade, minha natureza, minha origem. Neguei uma sexualidade dissidente, uma identidade de gênero e racial. Durante muito tempo eu fiquei confusa entre ser um homem cisgênero, bissexual e pardo ou uma bicha preta afeminada. E foi somente com a travestilidade, enquanto lugar de negritude, que eu entendi o não lugar que ocupei durante a infância

toda e o lugar que ocupo agora. Foi quando comecei a refletir sobre meu lugar de fala enquanto pessoa preta e periférica em nossa sociedade.

Ficar longe da terra que me nutria causou ansiedade, depressão e um sentimento de autossuficiência exacerbado. Hoje, meu presente tem sido correr em busca de quem eu sou, voltar no tempo, a fim de resgatar na memória o que foi matriz do que hoje me norteia: o berço.

Da cidade natal, as memórias da infância, que ainda me atravessam, passam pelo rio Mundaú, um lugar de diversão e atrevimento; pela lagoa Manguaba, que antes servia para a pesca de muitos peixes, siris, camarões e como um lugar de muito banho; e a Praia do Francês, onde eu tostava minha pele e entrava em conexão profunda com a minha ancestralidade.

Quando criança eu já tinha um fascínio absurdo pelo mar. Não era medo, era querência. Hoje, mais madura, percebo que o mar era o lugar da memória. Não foi à toa que as pessoas pretas que vieram parar aqui, as que sobreviveram, foram trazidas pelo mar. Não à toa também que o mar é considerado o maior cemitério de pessoas pretas desde a invasão.

Quando penso em lugar de origem das pessoas pretas nordestinas, acesso o mar. O mar não é a ponte, é o caminho percorrido, envolto de sofrimento e resistência. O mar alagoano, especificamente o mar da Praia do Francês, é esse meu lugar de memória e resistência, onde busco saber de onde vim e onde me encontro.

Hoje, 27 de novembro de 2020, escrevo da cidade de Rio Branco, Estado do Acre. Estou muito longe do mar. Mas não estou longe da minha memória. Tudo o que é raiz escorre através dos pelos e dá medo. Com o contexto da atual pandemia, provocada pelo vírus causador da Covid -19, atrelado a atual conjuntura política, mais pessoas pretas e nordestinas estão sendo afetadas. E dá medo saber que a fome só tende a aumentar. Há milhares de crianças com fome. E essas crianças têm raça, sexualidade e regionalidade bem definidas. Eu não quero que o meu filho passe fome. Você quer que o seu filho passe fome? Quais estratégias utilizaremos para a manutenção da vida preta na nossa região e no nosso país?

O que me alivia e traz esperança, mesmo no meio da desgraça, é o constante nascimento de pessoas pretas e a diferença que elas podem fazer quando conseguem crescer com dignidade. Quanto mais nos multiplicamos, mais damos sinais de que a nossa história não acaba no extermínio de nossos pais, mães, irmãs, irmãos, filhas e filhos. Mesmo na falta de recursos que possibilitem a chegada de pretas e pretos em lugares construídos como de poder, ainda assim, ousamos nascer. Esses nascimentos, na minha perspectiva, contribuem para que continuemos aflorando uma linha de memórias ancestrais que nos conecta e nos fortalece.

Eu gosto de pensar que somos pessoas

teimosas e que da teimosia começa a continuação da história, pois se não fosse ela, a nossa ancestralidade seria qualquer coisa contada em pele branca, em papel em branco, passada em branco, datada em branco, embranquecida para se comemorar o incomemorável: a espetacularização do sofrimento da vida dos nossos ancestrais.

Ainda que eu não quisesse pensar sobre a minha ancestralidade, ela estaria gritando no meu ouvido a cada intuição que me atravessa. Se minha mãe, minha avó e minhas tias, que também são mulheres negras e alagoanas, e suas mães, avós e tias não estivessem presentes em meu presente, mesmo que na distância, o que seria de mim? O que seria de uma pessoa preta sem o tato de sua história?

Existe algum grau de sabedoria maior que a ancestralidade? Grada Kilomba, em uma palestra-performática de nome *Descolonizando o conhecimento* (2016), problematiza sobre os modos como as sociedades coloniais se estruturam para favorecerem pessoas brancas, à medida que se abastecem da noção de conhecimento verdadeiro, ou científico, ou epistemológico, a fim de subalternar outras formas de conhecimento. Ela diz:

Algo passível de se tornar conhecimento, torna-se então toda a epistemologia que reflete os interesses políticos específicos de uma sociedade branca colonial e patriarcal. [...] Epistemologia, [...] define não somente como, mas também quem produz conhecimento verdadeiro e em quem acreditamos. [...] Quando eles falam, é científico, quando nós falamos, não é científico. [...] Eles têm fatos, nós opiniões; eles têm conhecimento, nós, experiências (KILOMBA, 2016)

É com esse desmonte da verdade que Grada Kilomba reconhece a potência dos saberes ancestrais que vivem nas vozes e nos gestos de pessoas pretas e originárias. Na minha perspectiva, ao desmascarar a forma de se produzir conhecimento aceitável na cultura císgênero branca e patriarcal, a autora nos convida a escutar atentamente as vozes de nossos ancestrais e nos chama à atenção para a captura dos saberes contidos na escolha das ervas para o banho, ou para o chá, na criatividade de montar um prato para janta com o mínimo que se tem, porque criança preta e nordestina de barriga cheia é fartura.

Nesse sentido, porque não nutrit ainda mais as nossas crianças com as nossas referências?

É no caminho do protagonismo de crianças pretas, vivendo o presente de suas vidas, que tenho acreditado. Crianças pretas sendo crianças, sem a culpa ou o medo da fome que sentem, podendo desfrutar do agora, sem ressalvas. Uma criança preta sabida de sua ancestralidade, do seu lugar de origem, é uma bomba atômica no meio de uma guerra, tinindo os ouvidos de quem não consegue lembrar o que se passou.

Por fim, e na intenção de destacar a ação do presente em reverberações futuras, na consciência também de que não existem fórmulas exatas para a educação racial, sexual e de gênero de crianças pretas, desejo que consigamos nos atentar às colocações de Grada

Kilomba em Descolonizando o conhecimento (2016), ao se referir à ideia dos saberes dominantes associada ao impacto que seria existir uma geração de crianças pretas e nordestinas que se atrevam a falar sobre e viver suas ancestralidades com segurança.



REFERÊNCIAS

INSTITUTO DO BORDADO FILÉ ALAGOAS. **Bordado filé ou renda filé.**

Disponível em:

<<http://inbordal.org.br/pt-br/bordado-file-ou-renda-file/>>.

Acesso em: 27 nov. 2020;

KIOMBA, Grada. **Descolonizando o conhecimento.** Desenvolvida pelo Instituto Goethe. 2016.

Disponível em: <<http://www.goethe.de/mmo/priv/15259710-STANDARD.pdf>>.

Acesso em: 27 nov. 2020;

MATTOS, Amana. Rocha; CIDADE, Maria Luiza. Rovaris. Para pensar a cisheteronormatividade na psicologia: lições tomadas do transfeminismo.

Periódicus, Salvador, v. 1, n. 5, maio-out, 2016, p. 152-153.

Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus>>.

Acesso em: 27 nov. 2020;

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**

Belo Horizonte: Letramento, 2017.



Pandemia de Covid-19: Entre vidas negras e a morte

Joanice Conceição



I INTRODUÇÃO

Inúmeros artigos têm retratado as desigualdades sociais relacionadas a aspectos econômicos, de gêneros e raciais ante a crise sanitária causada pela Covid-19. No Brasil, tais desigualdades têm sido apontadas em todos os Estados. Desse modo, os casos que apresento nos parecem relevantes, à medida que os episódios se assentam no imaginário de uma suposta igualdade, quando analisada *a priori*. Uma das três situações-problema ocorre no Ceará, estado que produziu e reproduz a discursividade da inexistência das populações indígena e negra em sua composição étnica (RATTS, 1998; SOUSA, 1996; GIRÃO, 1956). Nesse

contexto, este ensaio visa examinar os impactos da pandemia de Covid-19 na vida da população negra, por meio da análise de três situações-problema.

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), realizada em 2019, revelaram que a população negra no Ceará representa cerca de 72% dos habitantes, superando os 69,2% identificados na PNADC de 2012. Entretanto, se de um lado os dados da pesquisa escancaram a negritude cearense, do outro, há grupos favoráveis à europeização do Ceará, que apresentam estudos com intuito de refutar a presença negra e indígena.

Em 27 de julho de 2020, o jornal Diário do Nordeste veiculava uma matéria, escrita por Nícolas Paulino e Alessandro Torres, intitulada Origem do cearense: nórdicos superam índios e negros na genética. O escrito discorria sobre uma nova pesquisa relativa às populações étnicas do estado. Tratava-se da investigação do mapeamento genético, nomeada GPS-DNA Origins Ceará, cuja análise foi realizada a partir da saliva de 160 pessoas de todas as regiões e etnias. O estudo buscou identificar o percentual de cada etnia que teria dado origem ao Estado do Ceará. A conclusão da pesquisa apontou maior incidência genética dos nórdicos, mais precisamente dos vikings do norte europeu. A segunda posição ficou com os indígenas. Já a população negra

apresentou o percentual mais baixo. Segundo Luís Sérgio Santos, professor-pesquisador responsável pelo estudo, o baixo índice de negro se deve ao fato de o estado ter sido colonizado tarde, e por conta dos altos custos com mão de obra escravizada, inviável para que fosse utilizada em grande quantidade na época.

As informações da pesquisa mencionada podem iluminar a realidade mortuária da população negra cearense em face à pandemia de Covid-19. De igual modo, permite-nos comparar ocorrências tanto interestaduais, considerando a realidade brasileira, quanto em países de passado colonial, como os Estados Unidos, visto que estamos vivenciando um processo pandêmico.

Com o avançar dos primeiros casos de Covid-19, foi criado um discurso falacioso em torno da doença, era fortalecida a ideia de que o novo coronavírus era democrático, ou seja, todos sofreriam os impactos de igual modo. As mídias excetuavam apenas pessoas idosas, hipertensas, diabéticas e pessoas com doenças crônicas pré-existentes.

O caráter epidemiológico da doença exigiu que as autoridades adotassem medidas sanitárias, dentre elas o isolamento social, sugerindo o trabalho remoto. A criação de tais ações expôs as mazelas às quais a população pobre do mundo sempre esteve submetida. No Brasil, particularmente, as medidas foram tardias, em virtude do descaso do presidente Jair Bolsonaro, que classificou a doença como uma “gripezinha”.

Diante desse cenário, as medidas adotadas denotavam que o que antes era um problema comum a todos, em certa medida, passou a ser individual, racial, classista e de gênero. Isso porque, à proporção que algumas atividades eram consideradas essenciais, a exemplo dos trabalhos domésticos, expunham-se também as vulnerabilidades; logo, se os funcionários desse setor decidissem ficar em casa, teriam de arcar com o ônus.

Vale salientar que os dados relativos à Covid-19 não eram separados considerando o critério cor/raça. A questão só foi resolvida devido às pressões de entidades, especialmente da Coalizão Negra por Direito, que solicitou ao Ministério da Saúde e às secretarias de saúde de todos os estados que os resultados divulgados trouxessem informações relativas à cor, aos gêneros, à região, dentre outros aspectos.

2 A REALIDADE NUA E CRUA

A pandemia de Covid-19 fez surgir diversas análises geopolíticas acerca da enfermidade. As apreciações sobre a evolução da doença traziam dados principalmente relativos aos óbitos, aos adoecidos, às restrições de circulação e ao isolamento social; tudo isso acrescido de incertezas de ordem econômica, social e subjetiva. Conforme revelado, o mundo não era uma massa homogênea e havia fissuras que mostravam as diversas formas de viver a pandemia, obrigando muitos a escolherem entre dois tipos de morte: pela exposição ao coronavírus ou pela falta de recursos mínimos para a manutenção da vida.

Nesse contexto, a determinação social dos processos saúde-doença ancora-se na ideia de que os “padrões estruturais de produção e reprodução de dominação, exploração e marginalização das sociedades concretas moldam os modos de vida e se expressam nos processos saúde-doença. [...] aponta ainda sua perspectiva emancipadora, expondo que, mais do que a saúde, o que se está evidenciando é a “determinação social da vida, são as determinações sociais que implicam os modos de viver das pessoas e, por consequência, os processos saúde-doença (PITOMBEIRA; OLIVEIRA, 2020, p. 1703)

Como mostra a citação acima, cada vez mais as gravidades da concentração de riquezas têm provocado a marginalização de grupos. O advento da pandemia de Covid-19 fez com que o mito da democracia racial no Brasil fosse mais visivelmente reeditado, na medida em que se forjou o discurso da igualdade, ou seja, de que a doença atingiria indistintamente. Para Guimarães (2006, p. 269), o mito da democracia racial no Brasil “funciona

como uma crença, uma verdadeira realidade, uma ordem. Assim, fica muito difícil arrancar do brasileiro a confissão de que ele é racista". Portanto, estamos diante de uma ideia falsa, pois há um alinhamento entre o mito, o discurso propagado e a realidade vivida por grupos vulneráveis.

Todavia, sabemos que em todos os campos a população negra é a mais atingida, quer nos aspectos econômicos quer no que tange às questões relacionadas à saúde. Assim sendo, o mito da democracia racial pode até camuflar a realidade a partir da construção de "cartões postais", no entanto, não disfarça as feridas expostas presentes nas franjas das cidades. A situação fica ainda mais evidente quando se observa as longas filas em busca de emprego, as clínicas e hospitais

lotados, cujos bancos e chãos servem de leito para aqueles e aquelas que necessitam do sistema público de saúde, como informou um profissional da saúde em uma das entrevistas para a pesquisa. Destarte, o discurso de igualdade em relação à pandemia de 2020 não se sustenta, ao passo que as disparidades emergem em consequência do avanço do novo coronavírus.

Inicialmente, havia disputa por máscaras, álcool em gel, leitos em clínicas e hospitais, como também por respiradores. Tais itens eram garantidos para quem possuísse maior poder aquisitivo para arcar com os altos preços dos produtos, visto que alguns deles tiveram aumento de até 300%, como o álcool em gel, expondo assim, as colonialidades existentes no mundo contemporâneo.

Nessa conjuntura, passo então a apresentar três situações-problema ocorridas no contexto da pandemia de Covid-19:



Situação 1:

Antônia Mara, mulher negra, solteira, professora, 55 anos, residente na cidade de Fortaleza, Ceará. Desde o surgimento da Covid-19, passou a ter excesso de cuidados para não ser infectada pelo vírus, por possuir doenças pré-existentes e pertencer ao grupo de risco. Antônia revelou, em entrevista realizada por meio do Google Meet, que desde as primeiras semanas passou a imaginar e a registrar em seu diário algumas das informações sobre a doença e as suspeções acerca do atendimento que lhe seria dispensado caso contraísse o coronavírus. Somava-se às preocupações o fato de ela residir em uma cidade extremamente racista, na qual uma parcela significativa acredita na inexistência de negros e negras, e também de indígena. Antônia sente-se asfixiada não apenas pelo isolamento social, mas por sua suposta morte causada pelo racismo. (Março de 2020)



Situação 2:

Miguel Otávio, criança negra, 5 anos, residente em Recife, Pernambuco (PE). Seu assassinato ocorreu no dia 2 de junho de 2020 enquanto Mirthes Renata, sua mãe, mulher negra, empregada doméstica, passeava com o cachorro de Sari Corte Real, por sua vez, mulher do prefeito da cidade de Tamandaré (PE), para quem Mirthes trabalhava. Na ocasião, Mirthes havia deixado Miguel sob os cuidados de Sari. A criança foi deixada sozinha no elevador, Sari apertou o botão que a levou até o 9º andar, onde existia um vão a 35 metros do térreo. Miguel partiu ao encontro de sua mãe... Sari pagou a fiança no valor de 20 mil reais e aguarda o processo em liberdade, tendo sido criminalizada, até o momento, apenas, por abandono de incapaz. (Junho de 2020)

Situação 3:

George Floyd, homem negro, 46 anos, morador da cidade de Minneapolis, Estados Unidos. Ele foi assassinado no dia 25 de maio de 2020, por Derek Chauvin, policial branco, após uma abordagem, sob a suposta justificativa de que Floyd tentou trocar uma nota falsa de 20 dólares em uma loja. O assassinato foi gravado por meio de câmaras de aparelhos celulares de transeuntes e amplamente divulgado nas redes sociais. A morte foi causada por asfixia quando o agente do estado, Derek, ajoelhou-se sobre o pescoço da vítima, mantendo-se indiferente aos alertas dele, e de populares, de que não conseguia respirar. O ocorrido causou grandes protestos antirracistas em diversas partes do mundo. O policial foi preso e o caso segue sob investigação. (Maio de 2020)

2.1 REFLEXÃO SOBRE AS COLONIALIDADES COTIDIANAS

Ante a discussão acima, as três situações-problema apresentadas se tornam interessantes para a análise, considerando que os casos interseccionam saúde (pandemia), raça, classe e gênero. Até certo ponto, todos se inserem em um, dois ou em todos esses marcadores.

No que toca à cor, direi que esse é o primeiro código lido diante da diferença material que possa existir entre seus corpos. A violência pode ser aplicada apenas pela visualidade da prevalência de sua pretitude, na qual, de certa forma, podem ser lidas as desigualdades sociais, às quais as questões raciais ancoram-se fortemente. Não é à toa que o mito da democracia racial se alinha à pandemia com a pretensa de

assegurar que a população negra permaneça na condição de dominada; para que não haja mobilidade entre as classes, mascarando assim a realidade. Dessa maneira, é possível que haja tratamento diferenciado para a população negra, uma vez que a falácia da harmonia racial no Brasil faz esvair tensões e conflitos que possam aparecer (HASENBALG, 2005).

Em se tratando da pandemia de Covid-19, talvez a negação dela seja uma das razões que levaram as principais agências de saúde, incluindo o Ministério da Saúde, a mando do Presidente da República, a não tomarem as medidas sanitárias e socioeconômicas para mitigar a propagação do vírus. Por isso, convém dedicar atenção às situações-problema,

individualizando as análises.

O caso de Antônia Mara possui conexão com a pandemia de Covid-19 pelo fato dela morar sozinha e depender de outras pessoas para que os alimentos cheguem até sua casa, uma vez que ela está inserida no grupo de risco, por possuir doenças pré-existentes. Embora possuísse emprego fixo e não estivesse entre os economicamente vulneráveis, ela se sentia espreitada pelos horrores mortuários, porque os dados da Secretaria de Saúde do Estado do Ceará apontavam para uma realidade alarmante quando se referiam às mortes entre pretos e pardos. Segundo notícia vinculada ao jornal Brasil de Fato, do dia 15 de outubro de 2020, os casos confirmados de Covid-19 no Ceará beiravam a marca de 64,9% entre a população negra. O estado ocupava

a 5^a posição no ranking nacional, com um total de 243.106 casos e 9.056 óbitos, coletados.

Os dados supramencionados falam por si e justificam o receio da professora, que em seu diário contava as mortes divulgadas. Por conseguinte, ela sentia como se a morte a rodeasse, percebia o dissolver das vidas negras entre as mãos daquelas e daqueles que deveriam protegê-las. Antônia Mara ainda contou que escreveu em seu diário o quanto era inútil qualquer recurso material para manter sua vida, perante a necessidade do respirador, cuja decisão de uso estava sob a tutela de outrem. E, só de imaginar, foi tomada por ansiedade, insônia; teve, de fato, dificuldade para respirar algumas vezes. Diante de um Estado racista que nega a existência de populações negras

e indígenas, apavorava-lhe a ideia de que pudesse fazer distinção, classificando seu corpo como apto para morrer. Experimentava, quase que na prática, a efetivação da necropolítica, tão bem teorizada por Achille Mbembe (2018). É como se a pandemia trouxesse o período oficial da escravidão, no qual, dentre outras coisas, destituíam-se as

A ideia de diferenciação entre o “corpo” e o “não corpo” na experiência humana é virtualmente universal à história da humanidade, comum a todas as “culturas” ou “civilizações” historicamente conhecidas. Mas é também comum a todas – até o aparecimento do eurocentrismo – a permanente copresença dos dois elementos como duas dimensões não separáveis do ser humano, em qualquer aspecto, instância ou comportamento (QUIJANO, 2005, p.128)

Embora a professora aparentemente não tivesse nem Sari nem o policial para efetuar sua morte, uma suposta infecção pelo novo coronavírus poderia torná-la vítima do projeto genocida que foi orquestrado contra a população negra (NASCIMENTO, 2016), visto que os corpos negros parecem carregar a preitudo como uma inscrição que autoriza o Estado e representantes dele a preteri-los ou matá-los diante da brancura do outro (FANON, 2008). No caso da Covid-19, um profissional cuja mente foi configurada pelas ideologias racistas, aportadas nos estereótipos negativos, poderia, então, decidir pela

Uma relação desigual é estabelecida ao mesmo em que é afirmada a desigualdade do poder sobre a vida. Esse poder sobre a vida do outro assume a forma de comércio: a humanidade de uma pessoa é dissolvida até o ponto em que se torna possível dizer que a vida do escravo é propriedade do senhor. Dado que a vida do escravo é como uma “coisa”, possuída por outra pessoa, sua existência é a figura perfeita de uma sombra personificada (MBEMBE, 2018, 29-30).

O trecho acima destacado trata de um corpo no período escravista, no entanto, parece que o autor está falando da atualidade, uma vez que a colonialidade atualiza e põe em prática o pensamento produzido no Período Colonial. Assim,

as suspeitas da professora Antônia Mara possuem fundamentos advindos dos horrores daquela época.

A segunda situação, que trata do assassinato do menino Miguel, expõe a precarização do trabalho, sobretudo no que corresponde aos apelos feitos para que a população fique em casa, que faça trabalho remoto. Afinal, é preciso analisar para quais grupos essa possibilidade é viável. Tal como um dia após a “libertação”, quando grande parte da população negra ao redor do mundo não possuía as condições essenciais para viver; sofria os efeitos das colonialidades, e, por consequência, viu-se sujeitada às precárias condições de trabalho.

A classificação racial da população e a velha associação das novas identidades raciais dos colonizados com as formas de controle não pago, não assalariado, do trabalho, desenvolveu entre os europeus ou brancos a específica percepção de que o trabalho pago era privilégio dos brancos. A inferioridade racial dos colonizados implicava que não eram dignos do pagamento de salário. Estavam naturalmente obrigados a trabalhar em benefício de seus amos. Não é muito difícil encontrar, ainda hoje, essa mesma atitude entre os terratenentes brancos de qualquer lugar do mundo. E o menor salário das raças inferiores pelo mesmo trabalho dos brancos, nos atuais centros capitalistas, não poderia ser, tampouco, explicado sem recorrer-se à classificação social racista da população do mundo. Em outras palavras, separadamente da colonialidade do poder capitalista mundial (QUIJANO, 2005, p. 120)

A pandemia do ano de 2020 chegou para escancarar situações tantas vezes jogadas para debaixo do tapete. As desigualdades expõem as dificuldades de quem tem de escolher entre ficar em casa com fome, sem luz e gás ou se aventurar no transporte público lotado, na linha de frente de clínicas e hospitais,

nas tarefas das casas e nas cozinhas alhures. Essa parte da população possui uma marca; essa população é negra, em sua maioria feminina, como aponta a Fundação Oswaldo Cruz (COFEN/ FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2020).

Mirthes, mãe de Miguel, com o fechamento das creches públicas, não tinha com quem deixar seu filho, tendo sido obrigada a levá-lo para o seu trabalho, expondo a si e ao filho à contaminação pelo vírus. Essa mãe negra não podia ficar em casa, como recomendava a Vigilância Sanitária. Assim como grande parte dos negros e negras Mirthes transgredia a lei vigente para sobreviver.

No tocante ao fato de Mirthes ser mulher, ela não pôde contar com a empatia de Sari, que, por sua vez, não aprendeu com as mulheres e homens africanos que o cuidado dedicado à criança é obrigação de todas e todos. Ao contrário, Sari, a patroa, não apenas não se dispôs a cuidar do menino, como

também criou a situação para que a morte dele acontecesse. De Miguel, assim como de tantas crianças negras, foi-lhe retirado o status de criança, na medida em que Sari atribuiu a ele a responsabilidade de gestar a própria vida, aos 5 anos de idade, após ela apertar o botão do elevador para o 9º andar, onde havia uma área sem proteção. Deixou-o por sua própria conta, responsabilizando-o pelos eventuais riscos, o que de fato culminou em sua morte.

Mirthes não pôde atender ao chamado do filho ante a ordem da patroa de levar o cachorro da família para o passeio matinal. Se no período oficial de escravização a mãe negra não podia dispensar os cuidados aos seus filhos

igualmente negros, em detrimento do filho branco das sinhás, hoje, além dos filhos alheios, as trabalhadoras domésticas, majoritariamente negras, têm de dedicar atenção ao cachorro das patroas, em sua maioria brancas.

Além disso, Mirthes não teve tempo de viver o luto do seu único filho, precisou revestir-se de força para desestabilizar o mundo colonial de Sari, ainda que ela (Sari), inicialmente, tenha sido beneficiada pelo sistema oligárquico da justiça. Mirthes teve, então, que evocar suas ancestrais para criar táticas contra os dominadores, afirmando-se politicamente em busca de justiça e de direitos, fintando os pés nos passos que anteriormente foram dados (WERNECK, 2000). Como efeito, Mirthes tem

mobilizado pessoas em todo Brasil, e também no exterior, a se juntarem não apenas contra Sari, mas contra o mundo colonial maniqueísta por ela representado (FANON, 2005).

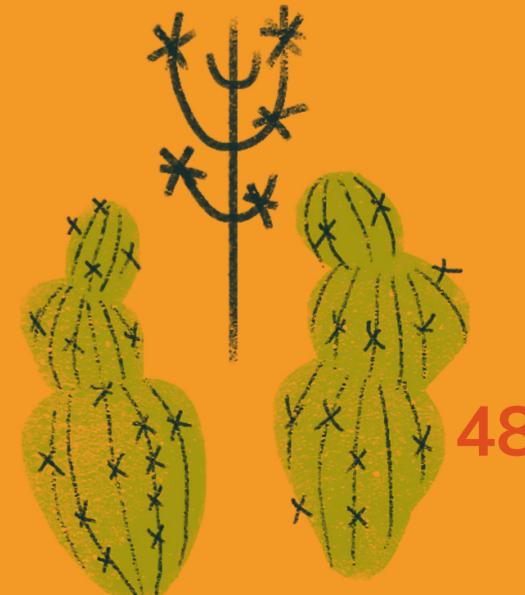
A terceira e última situação é a questão de George Floyd, que entra na discussão não apenas por ter sido mais uma pessoa negra assassinada pelas forças do Estado, mas também pelas semelhanças subjetivas que envolvem os dois primeiros casos. O tema de Floyd é emblemático, pois se tratava apenas da suspeita dele tentar trocar uma nota falsa de 20 dólares. Embora estivesse totalmente imobilizado, Derek Chauvin — o policial branco —, decidiu que aquela vida não faria falta à população. É possível que ele

acreditasse que estava a promover a eliminação de um problema para sociedade estadunidense. Tais crenças do policial podem ter sido baseadas na banalização das mortes referentes às pessoas negras. Desse modo, Derek asfixiou Floyd, apertando seu pescoço até que o corpo negro consumisse a última gota de ar, sem, contudo, comover-se com as súplicas da vítima e, por fim, sem considerar o pedido de ajuda daquele que lhe dera a vida.

Derek representa o colono e acredita que o indígena (o de fora) “é impermeável à ética, ausência de valores e também negação de valores. Ele é, ousemos dizer, o inimigo dos valores” (FANON, 2005, p. 58). A situação de G. Floyd somada às outras situações citadas revela a hierarquização racializada em

escala global, perpetrada, sobretudo, nos países de cariz colonial.

Sendo assim, os casos supramencionados evidenciam as diferentes desigualdades vividas pela população negra no mundo. Ainda que o terceiro caso tenha ocorrido em um país com uma das maiores economias do mundo, vemos que as opressões sofridas estão baseadas no quesito cor. Isso reflete que as colônias acabaram, porém, as colonialidades se tornaram estruturantes nas aparências das repartições públicas, no lugar de poder, da decisão, tantas vezes disfarçadas pelos projetos de cariz democrática.



3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste ensaio, busquei refletir sobre as faces das opressões e do racismo perante o fenômeno da pandemia de Covid-19, focando na vitimização da população negra, seja pelo impacto das desigualdades sociorraciais, que retira direitos fulcrais à manutenção da vida, seja pela forma como a legislação é aplicada para determinados grupos de indivíduos, por terem sua existência configurada em um imaginário estereotipado da branquitude.

A análise das situações abordadas evidencia os efeitos da pandemia para mulheres e homens negros, no que concerne às mortes simbólicas e materiais, provocadas pela desumanização

racializada de seu existir, principalmente de seus corpos. Tal processo atesta o poder institucional que torna os corpos negros suscetíveis aos maus-tratos, ao encarceramento, ao epistemicídio, enfim, às mortes material, cultural e simbólica (GROSFOGUEL, 2016).

Entretanto, para desmontar e parar o projeto de extermínio em curso é necessário compreender os mecanismos utilizados pelos colonos, hoje representados por quem detém o poder para asfixiar, de diversas formas, os dominados (mulheres e homens negros, favelados e indígenas, LGBTQ+). Sendo assim, acredito que a efetivação de propostas contra hegemonias, advindas de coalizões, de associações, de terreiros de candomblé e umbanda, faça a revolução,

acenando que a população negra vive; como foi visto nos protestos antirracistas, nos quais se reivindicavam justiça pelos assassinatos de Floyd e Miguel. É preciso voltar nossa atenção para o continente africano, para aprender, apreender e reaprender o valor do associativismo, do cooperativismo negro, que aponta para novas gramáticas, posto que foi dessa forma que chegamos a alguns espaços de poder jamais imaginados e empreendendo importantes conquistas.

A despeito da pandemia de Covid-19, é preciso fazer ecoar o protagonismo exitoso dos países africanos, mostrado para o mundo, sem alarde, por meio das mídias sociais e jornalísticas. Embora o ocidente não veja nesses países nenhum exemplo a ser seguido. É necessário que o resto do mundo

reconheça a importância da África para a efetivação das ditas “novas gramáticas”. A meu ver, elas só terão sucesso se observarem os princípios e as concepções de mundo do continente originário da humanidade.

A intersecção dos casos aqui mencionados está para além dos fatos materiais. Ela se reveste da vulnerabilidade exposta na cor negra da pele, cujas colonialidades os torna inferior, corpos marcados por uma suposta impureza advinda da marginalidade, da hipersexualização, da satanização religiosa. Enfim, seria por assim dizer, um corpo impuro gestado e nascido de um útero igualmente impuro, sujo. Não é preciso uma bala, uma Sari, nem um joelho de um policial branco para que o projeto genocida institucional e oligárquico

continue a ser efetivado; ele perdura e se materializa tal como aconteceu com a professora Antônia Mara (QUIJANO, 2005).

A pandemia de Covid-19 revela a atualização do projeto de morte aos negros e negras, carrega não apenas o contágio transmitido pelo vírus, mas sim pelo projeto colonial. Assim como o racismo se dinamiza em cada situação, precisamos estar atentos, transformando-nos e colocando-nos em luta coletivamente a cada comando das colonialidades dirigidas às pessoas negras, já que as experiências subjetivas podem ser compartilhadas, mesmo por quem não as vivem (FANON, 2008).



REFERÊNCIAS

AQUINO, Celso. Quase 65% dos casos de coronavírus no Ceará acometem a população negra. **Jornal Brasil de Fato**, Fortaleza, 15 out. 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/10/15/quase-65-dos-casos-de-coronavirus-no-ceara-acome tem-a-populacao-negra>>. Acesso em: 20 out. 2020.

BRASIL. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC)**. Brasília: IBGE, 2019.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM; FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Perfil da enfermagem no Brasil**. 2020. Disponível em: <<http://www.cofen.gov.br/perfilenfermagem/index.html>>. Acesso em: 20 set. 2020.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

_____. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

GIRÃO, Raimundo. **A abolição no Ceará**. Fortaleza: Secretaria de Cultura do Ceará, 1956.

GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemocídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, jan.- apr., 2016, p. 25-49.

Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000100025>. Acesso em: 20 out. 2020.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. Depois da democracia racial. **Revista Tempo Social**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 269-287, nov. 2006.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora UFMG, 2005.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2018. 11.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.

PITOMBEIRA, Delane Felinto; OLIVEIRA, Lucia Conde de. As desigualdades sociais: tensões entre direitos, austeridades e suas implicações na atenção primária. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 5, Rio de Janeiro, maio 2020, p. 1699-1708. Disponível: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v25n5/en_1413-8123-csc-25-05-1699.pdf>. Acesso em: 10 set. 2020.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: EDGARDO LANDER (ORG.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: Clacso, 2005. p.227-278.

RATTS, Alecsandro. Os povos invisíveis: territórios negros e indígenas no Ceará. **Cadernos Cerus**, Dossiê Amazônia, série 2, v. 9, p. 109-127, 1998.

SOUZA, Antônio Vilamarque Carnaúba de. **Da “negrada negada” à negritude fragmentada: o movimento negro e os discursos identitários sobre o negro no Ceará (1982-1995).** 1996. 191 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

WERNECK, Jurema. **Mulheres Negras:** um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil, 2000.



Mulheres negras: Tramando resistências e liberdade no Ceará

Francisca Maria Rodrigues Sena



O convite para escrever um ensaio sobre a insubmissão das mulheres negras nordestinas me deixou instigada tanto pela potência do tema, como pela vasta possibilidade de abordá-la. Logo de início me veio à memória Ana. Tia Ana era uma velha mulher negra escravizada que viveu no século XIX na fazenda do português Francisco Antônio de Carvalho, em Viçosa, na serra da Ibiapaba. Era conhecida por cuidar das pessoas doentes, mas a História registrou sua existência, mesmo que timidamente, por liderar uma revolta em 1835 contra a escravização e a perversidade do “seu” senhor. Essa revolta foi tramada e desenvolvida a partir de uma suposta

obediência de Tia Ana aos capatazes, que certamente a subestimavam e não esperavam que ela fosse capaz de tamanha armação.

Certa noite enquanto eles dormiam no alpendre da casa grande, sob o comando de Ana, a senzala tomou de assalto à residência, matando todos os que encontraram e ateando fogo à propriedade. Alguns revoltosos fugiram em direção a Pernambuco, levando consigo os bens de valor que encontraram na casa enquanto o grupo de Tia Ana libertava Jerônimo Cabaceira da cadeia do lugarejo (SCHUMAHER; VITAL BRAZIL, 2000, p. 47)

Ao usar um referencial genético para falar de raça, a pesquisa nos remete ao racismo científico gestado entre o século XVII e o início do século XX e reafirma o quanto a ciência não é neutra. Para a antropóloga Izabel Accioly (2020), essa pesquisa nos dá um exemplo de:

Como a elite branca cearense busca a distinção, como na emblemática cena de Bacurau (2019), busca se diferenciar do que realmente é. A elite branca continua utilizando a ciência como uma ferramenta racista para silenciar e apagar populações racializadas no Estado, mas nós, negras e negros cearenses, estamos atentas e atentos.

É com essa atenção que escrevemos este ensaio, no mesmo solo onde o estudo foi realizado. Fatos como a

referida pesquisa e sua repercussão tornam ainda mais importante as iniciativas como esta publicação, para que nossas vozes dissonantes sejam sistematizadas e publicizadas.

Considerando os contextos do campo, da cidade e da zona costeira do Ceará, seguiremos refletindo sobre ser mulher negra, enquanto sujeitos históricos plurais, e sobre os seus territórios, como espaço de vivência e de expressão de opressões, de saberes, de resistências e de (re) criação da vida.egra, enquanto sujeitos históricos plurais, e sobre os seus territórios, como espaço de vivência e de expressão de opressões, de saberes, de resistências e de (re) criação da vida.

O TERRITÓRIO PRIMEIRO: MEU CORPO!

O território primeiro das mulheres negras é o corpo. O corpo, muitas vezes reduzido ao aspecto físico e biológico, é resultado de uma construção social que se estabelece a partir das relações sociais de um determinado contexto histórico. Para a argentina negra Laura López, nosso corpo se “torna visível como objeto de múltiplas opressões e o centro das disputas políticas” (LOPEZ, 2015, p. 317). Ora, se vivemos num país estruturalmente racista, capitalista, patriarcal e LGBTfóbico, a construção dos corpos é definida desigualmente a partir da inter-relação desses pilares.

Em linhas gerais, nosso corpo é construído num contexto predominantemente colonial e neocolonial, gerando o corpo colonial, como assim denominou Frantz Fanon (2008).

A construção do corpo colonial se dá a partir de estereótipos reproduzidos por uma ideologia que constrói inconsistentes argumentos de que somos inferiores. Quantos de nós já experimentamos a rejeição e depreciação por termos a cor preta ou os cabelos crespos? Quantas vezes fomos submetidas a reproduzir essa ideologia e buscar inconscientemente clarear a pele, esticar os cabelos e se

ocidental sobre ele. Para Cristian Sales “o corpo é importante fonte do saber ancestral: é o lugar de transmissão de conhecimentos, de registro de experiências humanas individuais e coletivas” (SALES, 2012, p. 93).

Mulheres negras do campo, da cidade e da zona costeira têm vivenciado a dimensão sagrada do corpo a partir do que herdaram e aprenderam de nossos ancestrais. Aquelas que não perderam o vínculo com a natureza, que sabem ler seus sinais, seus ensinamentos e que sabem usar a sua energia, buscando garantir o repasse dos saberes para as mais novas.

Compreender o corpo negro como ancestral e se movimentar no mundo a partir desse eixo nos fortalece, mas também representa uma insubmissão à branquitude patriarcal e uma ruptura com o que impuseram aos nossos corpos.

Transformamos o nosso corpo negro em um palco de “contestações estratégicas”, de lutas e da afirmação estética negra. Nele, produzimos as contraimagens e as contranarrativas que almejamos inscrever: silenciadas, apagadas, ocultadas e “esquecidas” pela historiografia no Brasil. (HALL, 2003 apud SALES, 2012, p. 94).

contribuído para abrir e consolidar caminhos e conquistar outros territórios e direitos que favorecem coletivamente as mulheres negras e a população negra em geral.

sem soluções, significou um maior enriquecimento das elites regionais a partir do acesso a recursos públicos e da realização de obras inadequadas dentro de suas terras, valorizando suas propriedades” (SENA, 2010, p. 71).

TERRITÓRIOS DE VIVÊNCIAS E INJUSTIÇAS

Observando algumas construções do senso comum sobre o Nordeste do país, identificamos que ele é retratado como o território das impossibilidades e o espaço dos não sujeitos. O máximo que se considera é o lugar que representa as coisas ruins: a miséria, a fome, o analfabetismo, a falta de água, o baixo conhecimento etc. Essa visão reducionista e negativa da região “supostamente

Essa ideia do Nordeste é uma criação histórica, uma invenção humana resultante do embate entre os segmentos da elite brasileira a partir década de 1920. Estados como Alagoas e Ceará, até então expressivos politicamente e economicamente no Período Colonial e em parte do Império, entram em declínio na medida em que há um deslocamento do poder para São Paulo e Minas Gerais (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011). Elites locais se reúnem para se fortalecer e

TERRITÓRIO DE RESISTÊNCIAS

Se onde há opressão há resistência, as mulheres negras do Nordeste vivem e resistem de forma auto-organizada. Essa auto-organização reflete a diversidade que somos, assim como traz desafios internos como as divergências e as tensões entre nós, inerentes aos espaços de poder e ao exercício democrático. Embora essa seja uma importante questão a ser refletida, não o farei aqui, optando por destacar alguns aspectos relevantes dessa caminhada.

Na última década identificamos alguns marcos dessa resistência. Em 2012, a

partir de um projeto de iniciativa do Odara – Instituto da Mulher Negra, com o apoio da Fundação Ford, Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE) e do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), foi criada a Rede de Mulheres Negras do Nordeste. A articulação e mobilização de organizações dos 9 estados da região foram centrais para que a rede se estabelecesse e se consolidasse como força política no contexto desse território.

Desde quando foi estabelecido o Dia da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha, em 1992, vários coletivos e movimentos de mulheres negras passaram a realizar ações no dia 25 de julho, ganhando uma maior força a

TERRITÓRIO DE (RE) CRIAÇÃO

As mulheres negras, em sua diversidade, têm atuado em vários campos (filosofia, psicologia, física, literatura, direito, medicina, educação, agroecologia, saúde), construindo, na prática, as bases para projetos societários sustentáveis, diversos e equitativos.

Destaco dois aspectos dessas contribuições: elas estão envolvidas na produção de conhecimentos no campo popular e dentro da academia, contribuindo para combater o epistemocídio e promover a descolonização intelectual.

Ao usarmos referenciais teóricos e epistemologias negras, temos aprofundado

temáticas e interpretado realidades que desmontam os fundamentos populares e científicos historicamente forjados e disseminados pela elite branca, racista e patriarcal. Esses conhecimentos têm sido sistematizados e compartilhados, dando origens a livros, cartilhas, pesquisas, sítios eletrônicos, canais em redes sociais, livros, cursos e outros. Avalio que demos passos significativos para enegrecermos esses espaços. Em todo país, intelectuais negras têm ganhado visibilidade nacional e internacional, causando rupturas no circuito branco da produção do conhecimento. O que foi e vem sendo produzido, não vai retroceder.

Isso cria desconfortos e incômodos na branquitude, inclusive naquela que se

REFERÊNCIAS

ACCIOLY, Izabel. A Ciência a serviço da elite branca cearense. Desenvolvida por Negrê. 31 jul. 2020.

Disponível em:

<<https://negre.com.br/a-ciencia-a-servico-da-elite-branca-cearense/>>

Acesso em: 30 out. 2020.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A invenção do nordeste e outras artes. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Nordestino: uma invenção do falo - uma história do gênero masculino (Nordeste 1920 1940). Maceió: Catavento, 2003.

FANON, F. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2008.

LÓPEZ, Laura Cecília. O corpo colonial e as políticas e poéticas da diáspora para compreender as mobilizações afro-latino-americanas. Revista Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 21, n. 43, jan.- jun. 2015, p. 301-330.

OLIVEIRA, David Eduardo de. Filosofia da ancestralidade: corpo e mito na filosofia da educação brasileira. Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2007.

SALES, Cristian Souza de. Pensamentos da mulher negra na diáspora: Escrita do corpo, poesia e História. *Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana*, ano V, n. IX, jul. 2012.

SCHUMAHER, Shuma; VITAL BRASIL, Érico. Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

SENA, Francisca Maria Rodrigues. Convivência com o Semiárido: o desafio de construir relações igualitárias In: Mulheres no semiárido: um olhar feminista. Recife: SOS Corpo, 2010, p. 69-98.



**O futuro possível
é a construção de um passado
que garante o presente**

Zica Pires





Estamos em um momento catastrófico e histórico, no qual a mineração, o agronegócio e a implementação de megaempreendimentos têm atuado como uma vertente centrífuga, visando o pleno domínio global das relações socioeconômicas e culturais. Recursos naturais e humanos são modificados e jogados numa mesma lógica ensandecida e devastadora causada pela expansão capitalista sem precedentes. Sua lógica interna compulsiva de se alastrar por todos os lugares do planeta fez com que o capital produzisse uma nova forma de sistema globalizado plenamente integrado em diversos lugares. O modo de produção e de consumo capitalista, o dependente, tornou-se dominante em todos os continentes. Contra o mito verídico da escassez do planeta, a escala de produção agrícola, mineral e industrial dos países do Sul alinhou-se aos níveis das outras partes do globo, baseando-se em um estágio de exploração em forma de saque, apossamento e mercantilização da natureza.

A exploração da natureza, ou seja, a globalização, que está sempre associada a um desenvolvimento geográfico desigual, pode ser observada em todos os meios de acumulação reproduzidos pelo capital, porém o que está sendo destacado aqui é a lógica destrutiva da monocultura dos desertos verdes. Avalio as culturas do eucalipto, do milho, da soja, que partem da ideia de expansão, isto é, de um modelo de desenvolvimento socioeconômico baseado no latifúndio e na pecuária extensiva, no desflorestamento das matas nativas, para o reflorestamento com a formação de florestas plantadas para a produção do carvão vegetal, que alimenta os fornos das guzeiras, na monocultura do eucalipto e da soja, na mineração e siderurgia.

Vivemos em um tempo em que a capacidade explorativa alcançou patamares antes inimagináveis. No Brasil, uma grande quantidade de municípios apresenta a incidência de exploração mineral em pequena, média e larga escala. São dois mil e vinte municípios com incidência de mineração; e aponto aqui apenas a realidade atual.

O cenário é de aniquilação, de reprimarização, de acumulação, de retrocesso anticidadântico, antinacional, antisocial, antidemocrático de uma sociedade democrática e soberana, e extremamente padronizada ao estilo do capitalismo mercantil europeu, que se processa com extermínio de comunidades tradicionais **80**

(camponeses, quilombolas, indígenas, quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhos, povos tradicionais).

Falo do Território Quilombola de Santa Rosa dos Pretos, situado no município de Itapecuru-Mirim, no estado do Maranhão, um território invadido e violentado diretamente pela Estrada de Ferro Carajás (EFC), pertencente à mineradora Vale S.A; pelo Governo Federal, com a duplicação da rodovia BR-135; e mais 5 linhões de energia, três da Eletronorte e dois da Equatorial. O que aponto são ações globais, massivas, que causam impactos socioambientais e violam os direitos humanos por onde se instalaram com um algoz discurso desenvolvimentista, fundamentado pelos capitalistas e seus megaempreendimentos, que se dizem detentores do progresso para o Estado brasileiro.

Um discurso que para os territórios violentados não significa progresso, mas um retrocesso e de fato um **des-envolvimento**, já que distancia cada vez mais os seres e afasta suas diferenças, deixando à vista somente as semelhanças, ou seja, os monocomportamentos de cada sociedade.

Esse **des-envolvimento** é um colonizador de relações e aparências, que tem como eixo central a globalização das coisas e a monopolização dos seres. Busca, a todo modo, um comportamento universalizado e igual; e tenta, dessa maneira, findar todas as formas de descolonização e emancipação dos povos

que se insurgem a esse pensamento clássico colonizador e constroem bases políticas, princípios, autodeterminação e, principalmente, a valorização de suas culturas e de sua verdadeira história. Com uma autoconsciência de que o que funciona de fato não é o **des-envolvimento**, mas o envolvimento, que assemelha, aproxima e unifica todos os povos.

No estado do Maranhão a estrutura “modernização”, atrelada à ideia de progresso, transforma-se comumente numa faceta violenta e repressora, buscando conter qualquer tipo de crítica ou manifestação contrária aos megaprojetos, que são seus principais representantes. É nesse contexto que trago a realidade de Santa Rosa dos Pretos para refletir sobre a constituição de sujeitos políticos insurgentes, com articulações contra as atuais formas de apropriação e mercantilização dos bens naturais e a acumulação de capital, que afetam e violentam milhares de pessoas, em prol da extração da mais-valia, que, em suma, é parte do enriquecimento de poucos e do empobrecimento de muitos.

Aqui se faz necessária uma reflexão sobre Santa Rosa dos Pretos e sobre a visão que esse quilombo entende como um verdadeiro desenvolvimento, ou seja, o envolvimento que ele acredita ser, não só um progresso, mas também uma evolução de seres.

Para uma melhor reflexão, trago esta colocação de meu avô, ancião do quilombo Santa Rosa dos Pretos, a fim de avaliar não só a conduta e ambição dos capitalistas como também o respeito para com a natureza, que nos sustenta e nos permite fazer parte de sua totalidade universal; disse ele:

Na criação do mundo, a terra era disputada, quando alguém perguntava a Jesus: o que eu faço Senhor para ganhar o reino da glória? Jesus simplesmente disse: venda os seus bens e reparta com os pobres. O que me levou a lutar foi a necessidade de não aceitar a expulsão, minha e do meu povo da terra tão querida e respeitada por mim, não sair da terra, para mim também foi mais do que um intercâmbio que me levou a reconhecer a terra como a melhor mãe, que dá todos os direitos cabíveis e me acho no direito de lutar porque me sinto parte da terra, muitas pessoas dizem que não lutam e nem brigam pela terra, essas pessoas não têm sentido, a terra tem um grande valor.

(LIBÂNIO PIRES, 2016).



O que não permite ao homem perceber o grande valor que a terra tem é o des-evolvimento, a ambição na forma de expansão, em que os ganhos ficam concentrados nas mãos de meia dúzia e os danos são distribuídos às populações em massa. Frente a isso, o Território Quilombola de Santa Rosa dos Pretos é contra essa ou qualquer outra forma de des-envolvimento, contudo, não a repudia totalmente, considerando que do desenvolvimento aproveita-se o envolvimento. O desenvolvimento só se torna possível quando existe envolvimento entre os seres.

O Quilombo se constitui assim, tendo como base o envolvimento, portanto, o falso progresso e desenvolvimento propostos pela globalização mundial não se encaixa na lógica dessa sociedade nativa, que vê em seu lugar, suas crenças, seus costumes, suas religiões, seus credos, em suas resistências culturais e forças coletivas a liberdade possível somente pelo envolvimento entre suas formas diferentes de agir. A sociedade quilombo, ou seja, os quilombolas são contrários a essa ideologia de desenvolvimento, pois para eles o envolver (unificar) é a forma mais digna de resistir e confrontar a lógica destrutiva do sistema capitalista, no qual são lesados, violentados e forçadamente “incluídos” como moeda de troca do Estado brasileiro.

Território quilombola significa a união de povos com histórias diferentes e toda uma identidade envolvida e compartilhada, desse modo, o desenvolvimento é possível, pois só é possível quando há envolvimento entre os seres.



O envolvimento do desenvolvimento não se concretiza na ideologia capitalista, mesquinha e burguesa, que traz em sua formação histórica uma visão ambiciosa, de lucrar acima de tudo e de todos, extraíndo o máximo de recursos naturais, com os menores custos possíveis, a partir da destruição de qualquer entrave: legislação trabalhista e ambiental, direitos humanos, sociedades inteiras. O capital atua mediante valores, atitude arrogante e destrutiva, acumulação global, desrespeito à legislação trabalhista e ambiental (brasileira e internacional), inúmeras e graves violações de direitos humanos, legado irreparável de destruição ambiental, cultural e social e uma extraordinária

sustentabilidade para os lucros e não para as pessoas. No envolvimento das sociedades nativas não vale a duplicação do lucro privado e dos impactos coletivos. Sendo assim, escrevo sobre o que me ensina minha mãe:

Envolvimento é bem viver, é estar num território livre, com alimentos da nossa agricultura familiar na mesa do povo [...] pena que quase não dá pra pescar, a Vale entupiu o nosso igarapé, e ainda tem os latifundiários que acabaram com as reservas, com os centros de lavoura e babaçuais [...] isso é esse sistema capitalista que nos mata para sustentar esse progresso moderno. Para mim, na realidade, para nós, quilombolas dos Territórios em geral, envolvimento mesmo é a terra livre em primeiro lugar.

Neste momento em que vivemos, é necessário entender sobre as dores, as perdas que a terra tem, entender sobre os abusos ininterruptos, que geram os lucros extraordinários do capital. Saber decifrar essa conjuntura é tarefa imprescindível, revelar aos abusados os milhares existentes no campo, nos territórios quilombolas, nas aldeias e nas cidades; revelar as contradições que

que afetam suas vidas devido à desigualdade incomum dos projetos do capital da morte.

Por fim, trago como forma de aproximação e envolvimento o passo seguinte para um futuro que é possível: a apropriação das realidades que nos cercam.

No último dia 14 de abril, nós — quilombolas dos municípios de Itapecuru-Mirim e Miranda do Norte, no Maranhão — recebemos, com preocupação, a notícia de que o Governo Federal pretendia retomar as obras de duplicação da rodovia BR-135 em maio, durante a pandemia do novo coronavírus. As obras foram suspensas em 2018, depois que lideranças do quilombo Santa Rosa dos Pretos, em Itapecuru-Mirim, denunciaram ao Ministério Público Federal (MPF) e à Defensoria Pública da União (DPU) as ilegalidades cometidas pelo DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Trânsito) em territórios tradicionais, iniciando as obras sem nunca terem nos consultado previamente, como obriga a Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho).

Mesmo sem a consulta, o DNIT começou as obras nos quilombos em 2017, matando árvores centenárias, destruindo igarapés, danificando nossas casas, ameaçando-nos e humilhando-nos dentro dos nossos próprios territórios, onde estamos desde o século 17. A BR-135 rasga os quilombos de diversos

municípios maranhenses há quase 80 anos. Retomar a duplicação da rodovia, no contexto da pandemia de Covid-19, além de reforçar as ilegalidades já cometidas pelo governo, significa a manutenção de uma política de Estado que conhecemos há pelo menos três séculos: a do nosso genocídio.

Implantar canteiros de obras à porta de nossas casas e trazer trabalhadores de fora para nossas comunidades é nos expor à contaminação e à morte. O quilombo Santa Rosa dos Pretos, onde moro, tem mais de 350 famílias (cerca de duas mil pessoas) e não conta com um posto de saúde sequer.

Em meio a tanta violência, a boa notícia só pode vir de um lugar: das nossas mãos pretas. Faço parte de uma geração de jovens do quilombo que bebe diretamente da luta ancestral dos nossos mais velhos por terra e território. Com eles aprendemos que: se em 520 anos os invasores nunca quiseram nos respeitar, por que agora respeitariam? Se nunca souberam conversar, por que agora saberiam? Aprendemos que a luta que emancipa é a luta por autonomia, de nós por nós e para nós. Isso não significa dizer que não temos alianças fora dos nossos círculos pretos, nem que não exigimos dos gestores do Estado políticas públicas que nos contemplam. O fato é que a gente não se ilude com a estratégia centenária e embranquecida que rouba o que é nosso para nos devolver a conta-gotas, em troca de votos. A gente não negocia nossa vida.

A gente a faz brotar do chão com as nossas mãos, como aprendemos com nossas pretas e pretos velhos.

A juventude do quilombo Santa Rosa dos Pretos está organizada em um coletivo chamado AAQ (Agentes Agroflorestais Quilombolas). Buscamos autonomia alimentar, por meio da agrofloresta; autonomia de água, por meio da recuperação de nascentes e cursos d'água, com o plantio de árvores nativas; e autonomia de pensamento, por meio da implantação de um currículo quilombola autônomo na escola da comunidade.

Assim, sobreviver à pandemia também tem sido uma luta autônoma: nós mesmos nos organizamos para orientar os jovens e os mais velhos sobre o autocuidado e o cuidado coletivo. Buscamos e conseguimos alianças com outras partes do país, recebemos recursos, compramos 698 cestas básicas e estamos distribuindo aos irmãos e irmãs quilombolas de diversos territórios do município, que precisam de alimento.

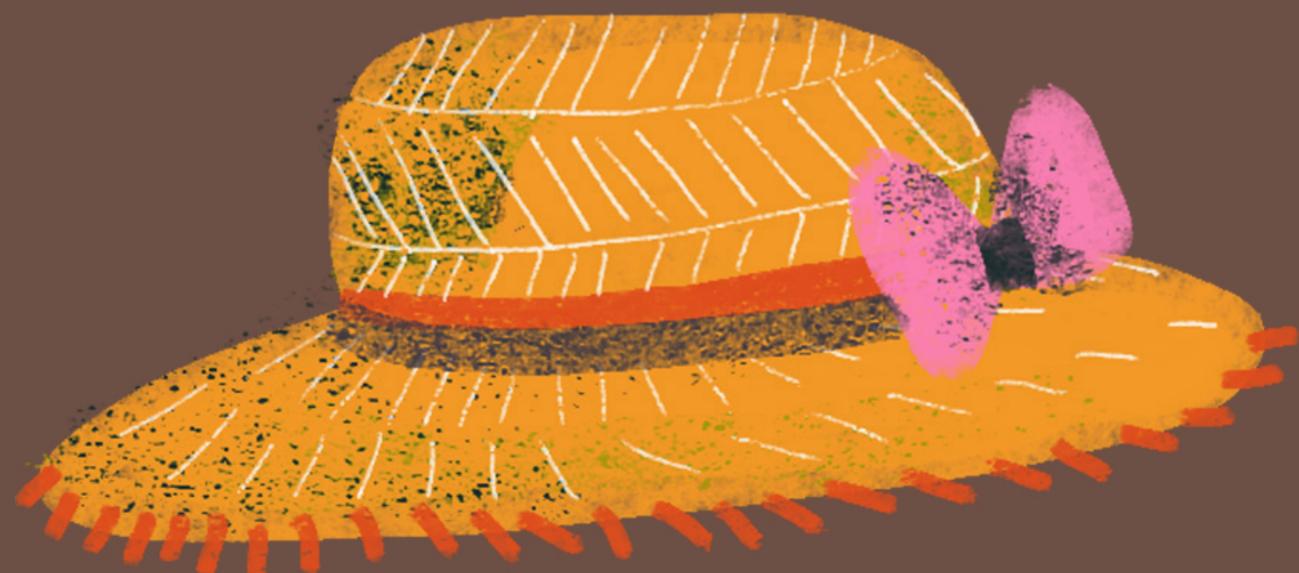
Nossa estratégia é simples, mas não é fácil. Sofremos racismo dentro e fora do território, e há tentativa de apropriação da nossa luta autônoma pela política partidária. Mas não recuamos. Nossos Encantados estão com a gente. Agora, diante de mais esta tentativa dos herdeiros da Casa Grande, de submeterem nosso povo ao genocídio, iniciamos hoje uma campanha-manifesto pela

nossa vida e contra a política de morte do estado brasileiro e de seus operadores. Aqui, leitora e leitor, já aproveito para pedir o seu apoio. O que o Estado precisa fazer por nós (quilombolas) durante esta pandemia é parar de tentar nos matar, como fazem agora, com a possibilidade de retomada das obras de duplicação da BR-135. Quanto a nós, jovens de Santa Rosa dos Pretos, seguimos em luta autônoma pela terra e pelo território — nosso corpo e nossa vida —, onde estamos e somos desde sempre.



Filha, diga o que vê: Sopro ancestral e escrita feminina afro-brasileira

Danielle de Luna e Silva





**Filha, diga o que vê.
Vejo e sinto lemanjá
Trazendo uma doce esperança no olhar,
Brisa boa se sente no ar
(DADINHO; ALELUIA, 2017).**

Em 1859, uma escritora maranhense concluía seu primeiro romance. Mesmo que o tenha chamado de “mesquinho e humilde” e publicado recorrendo a um pseudônimo, Maria Firmina dos Reis orgulhava-se do que havia produzido: *Úrsula*, um texto que a crítica literária aponta como o primeiro romance da Literatura Afro-Brasileira (DUARTE, 2005). No prólogo, Firmina apresenta uma clara visão da obra. Descreve as muitas vozes (masculinas) que a criticam, na tentativa de diminuí-la, e que consideram seu trabalho um mero capricho feminino. Embora tivesse a noção de como seria mal recebida, a escritora pediu licença para dar

a lume a sua criação:

Mesquinho e humilde livro é este que vos apresento, leitor. Sei que passará entre o indiferentismo glacial de uns e o riso mofador de outros, e ainda assim o dou a lume. Não é a vaidade de adquirir nome que me cega, nem o amor próprio de autor. Sei que pouco vale esse romance, porque escrito por uma mulher, e mulher brasileira, de educação acanhada e sem o trato e a conversação dos homens ilustrados, que aconselham, que discutem e que corrigem, com uma instrução misérrima, apenas conhecendo a língua de seus pais, e pouco lida, o seu cabedal intelectual é quase nulo (REIS, 2018, p.12).

Segundo Muzart (1990, p.69), Maria Firmina empregou um recurso comumente utilizado nos prefácios de escritoras oitocentistas: a autodepreciação. Aceitando o "feminino" que lhes era imposto e que elas adotavam como um meio de sobrevivência. No entanto, nas entrelinhas, essas artimanhas são desmascaradas e o feminino, até então escondido, demonstra sua presença.

Evidencia-se no paratexto uma alternância entre a modéstia e o orgulho, que é reiterada ao longo do prólogo e se configura como uma das estratégias ou “artimanhas” da escritora. Ao depreciar a si mesma e a sua obra,

ela veste, apenas na superfície, a máscara da submissão a que Muzart se refere. Porém, ousa, ao decidir publicar seu romance, apesar de saber que, inevitavelmente, sofreria críticas.

Não obstante, o caráter precursor do romance extrapola a sua inovação temática ou de ponto de vista, que traz a perspectiva de descendentes de africanos sobre a escravidão e a liberdade. Maria Firmina é pioneira ao imaginar uma linhagem de outras escritoras que a seguirão. Lança um chamado que será respondido por gerações de literatas que a sucederão.

Nas últimas linhas do prólogo clama:

Não a desprezeis [Úrsula], antes a
amparai nos seus incertos e
titubeantes passos para assim dar
alento à autora de seus dias, que
talvez com essa proteção cultive mais
o seu engenho, e venha a produzir
coisa melhor, ou, quando menos, sirva
esse bom acolhimento de incentivo
para outras, que com imaginação mais
brilhante, com educação mais acurada,
com instrução mais vasta e liberal,
tenham mais timidez do que nós. (REIS,
2018, p.12-13, grifo nosso)

O trecho acima assume especial relevância se, além do gênero, considerarmos a categoria raça. Gosto de imaginar que, ao traçar estas linhas, Maria Firmina estivesse projetando um futuro no qual a

educação seria amplamente oferecida às mulheres e que essa instrução possibilitaria que mulheres afrodescendentes, como ela, escrevessem, fossem lidas e acolhidas. Prevendo os possíveis obstáculos, a maranhense nutria a esperança de que seriam superados e que uma tradição literária feminina e negra se estabeleceria. Quase nove décadas depois, o chamado de Firmina começa a ser respondido.

A esse respeito, Fernanda Miranda (2019, p.35) ressalta que de “Úrsula até a publicação da obra de Ana Maria Gonçalves [Um defeito de cor], apenas 11 romances de autoras negras

foram lançados no país” e, somente em 1946, surgiu o romance Água funda, de Ruth Guimarães, o primeiro a ser publicado após a abolição da escravatura.

Ainda de acordo com a pesquisadora, se Maria Firmina dos Reis inaugura uma linhagem de romancistas negras no Brasil, o assentamento desse corpus literário acontece somente a partir de 2006, com a publicação de Um defeito de cor, de Ana Maria Gonçalves. Não me parece fortuito que a resposta ao apelo feito em 1859 tenha se consolidado a partir de outro romance no qual a escravidão é pano de fundo. Nele, uma voz feminina e negra preenche mais de novecentas páginas com

reminiscências de sua trajetória como escravizada e depois liberta, o que a levou a cruzar o Atlântico mais de uma vez, navegando entre a África e o Brasil.

Cento e quarenta e sete anos separam os dois textos. Ambos, contudo, descrevem realidades muito similares. Susana e Kehinde, personagens de Úrsula e de Um defeito de cor, respectivamente, são mulheres arrancadas à força de sua terra natal e obrigadas a deixar para trás a família, a liberdade e também parte de suas histórias. Susana é separada de seu marido e filha e passa a ter seu trabalho explorado pela família da jovem Úrsula, protagonista que dá

nome à obra que inaugura a Literatura Afro-Brasileira. Como tantas outras mulheres negras na atualidade, a africana desempenha a função materna na família de seus senhores, em detrimento de sua prole, dentre outros serviços. A descrição do momento em que é capturada, escravizada, e de sua experiência em um tumbeiro destoa do romance gótico que narra desventuras amorosas da jovem Úrsula. Susana e o jovem Túlio, ambos escravizados, chamam atenção para a crueldade da instituição da escravidão, ao mesmo tempo em que se apresentam como um contraponto ao pérfido tio de Úrsula. Túlio e Susana são honrados, íntegros, enquanto Fernando P.,

fazendeiro branco e rico, é vil e torpe.

Além do compasso moral que Susana oferece, ela também ajusta a narrativa como uma bússola que não aponta para o norte, mas para a África. É ela que, guiada por Maria Firmina dos Reis, volta o olhar de Túlio e do leitor para outro continente, outro tempo. A voz de Susana se adensa quando diz:

Liberdade! Liberdade... Ah! Eu a gozei na minha mocidade! – continuou Susana com amargura – Túlio, meu filho, ninguém a gozou mais ampla, não houve mulher alguma mais ditosa do que eu. Tranquila no seio da felicidade via despontar o sol rutilante e ardente

do meu país, e louca de prazer a essa hora matinal, em que tudo aí respira amor, eu corria as descarnadas e arenosas praias, e aí com minhas jovens companheiras, brincando alegres, com o sorriso nos lábios, a paz no coração, divagávamos em busca das mil conchinhas, que bordam as brancas areias daquelas vastas praias. [...] E esse país de minhas afeições, e esse esposo querido, e essa filha tão extremamente amada, ah Túlio! Tudo me obrigaram os bárbaros a deixar! Oh! Tudo, tudo até a própria liberdade! [...]

Meteram-me a mim e a mais trezentos companheiros de infortúnio e de cativeiro no estreito e infecto porão de um navio. Trinta dias de crueis tormentos e de falta absoluta de tudo

quanto é mais necessário à vida passamos nessa sepultura até que abordamos às praias brasileiras. Para caber a mercadoria humana no porão fomos amarrados em pé e para que não houvesse receio de revolta, acorrentados como os animais ferozes das nossas matas, que se levam para recreio dos potentados da Europa. Dava-nos a água imunda, podre e dada com mesquinhez, a comida má e ainda mais porca: vimos morrer ao nosso lado muitos companheiros à falta de ar, de alimento e de água. É horrível lembrar que criaturas humanas tratem a seus semelhantes assim e que não lhes doa a consciência de levá-los à sepultura asfixiados e famintos! (REIS, 2018, p.69-71, grifo nosso)

Destaco aqui a menção da personagem Susana à falta de ar e a morte por asfixia, uma vez que considero ambas como imagens relevantes à luz da atual pandemia de Covid-19 e dos protestos mundiais, clamando pelo que à primeira vista pode parecer óbvio — “vidas negras importam.” Os porões dos tumbeiros que transportaram aproximadamente 4,8 milhões de africanos para o Brasil entre 1550-1850 (ALENCASTRO, 2018) estão hoje presentes nas celas superlotadas, uma vez que negros e pardos compõem aproximadamente 66% da população em privação de liberdade do Brasil. Já o Atlas da Violência 2020

(IPEA) revela que pretos e pardos representam 75,7% das vítimas de homicídio, maior parte delas provenientes das regiões Norte e Nordeste. Famílias negras, assim como a de Mãe Susana, permanecem vulneráveis e sujeitas a fraturas, separações e mortes. Os laços afetivos continuam sendo postos à prova — num continuum — seja pela apropriação dos corpos durante os séculos de escravidão seja pela continuidade desta exploração na atualidade.

Da mesma forma, é preocupante a parcela significativa da população negra que vive em situação de rua, trabalha informalmente, habita em comunidades com acesso restrito

ou inexistente ao esgotamento sanitário e abastecimento de água. Soma-se a isso o aumento da taxa de incidência de comorbidades como hipertensão e diabetes, que resultam numa maior incidência de mortes por Covid-19 da população negra brasileira (SANTOS, M. et al., 2020; SANTOS, H. et al., 2020).

A brutalidade da polícia assemelha-se à barbaridade dos que arrancaram do lar a africana Susana. Da mesma maneira, a ausência de água, alimento e ar durante a travessia entre África e Brasil ganha continuidade no atual contexto de desigualdades sociais, agravado pelo racismo estrutural. Dessa forma, a dificuldade de respirar nos porões sobre as águas

do “Atlântico Vermelho” funde-se à perpetuação da negação das vidas negras, de seu direito mais fundamental — o de existir. Talvez por isso, o poeta Ricardo Aleixo nos lembre de que o “[e]u não consigo respirar’ é a frase do século”.

A afirmação “Eu não consigo respirar” (“I can't breathe”, em inglês), de George Floyd, e de tantas outras vítimas, aproxima a asfixia provocada pela violência policial das condições precárias de saúde da população negra, comprovadas pelos altos índices de letalidade por Covid-19 neste segmento da pandemia.

A esse respeito, Achille Mbembe (2020, grifo nosso). afirma:

Eu escrevi uma peça chamada O Direito Universal à Respiração pouco antes da execução de George Floyd, e no contexto do surto do coronavírus, porque me parece que, no que estamos testemunhando, ou em qualquer caso, o que se tornou ainda mais claro para nossa mente desde a morte de George Floyd é o entrelaçamento — a combinação que eu diria de duas histórias — do coronavírus e a disparidade racial de mortes a que levou, e histórias de violência racialmente infligida — ambas as histórias têm, em todo o caso, tanto quanto eu estou preocupado, me deixado ainda mais consciente do que antes sobre a importância da luta pelo ar, a luta pela respiração, que faz parte de nossa tradição e de nossas lutas.



A luta pela respiração a que Mbembe se refere também está presente no romance Um defeito de cor, de Ana Maria Gonçalves. Volta à cena, quase um século e meio depois da publicação de Úrsula, com o percurso diaspórico de uma voz autoral feminina e negra. A partir dele, acompanhamos a vida da africana Kehinde e somos testemunhas de mais uma travessia forçada pelo Atlântico:



A minha avó estava agarrada à minha saia e à de Taiwo, e mesmo tendo companhia parecia que estávamos sozinhas, porque ao redor de cada uma de nós era só silêncio. Silêncio que mais parecia um pano escuro, grosso e sujo, que tomava todos os espaços e prendia debaixo dele o ar úmido e malcheiroso, sabendo a mar e excrementos, a suor e a comida podre, a bicho morto. Carneiros, talvez. Era como se todos esses cheiros virassem gente e ocupassem espaço, fazendo o lugar parecer ainda mais sufocante (GONÇALVES, 2009, p.45-46, grifo nosso).

A sensação de confinamento experimentada pela personagem é descrita sinesteticamente, com os cheiros transformados em presença que sufoca e oprime. É durante essa viagem que Kehinde, ainda menina, perde a avó materna e sua irmã gêmea, Taiwo. Porém, ao contrário do que ocorre com Susana, a presença ancestral de seus familiares, especialmente na figura daqueles que perdera ainda a bordo do navio, entre dois continentes, torna-se uma constante na vida da protagonista. Presença espectral e familiar, que lhe serve de guia e de elemento de (re) conexão com o que fora obrigada a abandonar na África.

Além disso, Kehinde estabelece laços com uma comunidade de mulheres negras que se apoiam por meio da sororidade. As ligações religiosas tanto com o voduns quanto com os orixás fazem com que estabeleça uma família espiritual na figura de irmãos e mães de santo, e de líderes religiosos e comunitários como Agontimé, Esméria e Nega Florinda. O processo de enfretamento à tentativa de desumanização perpetrada pela escravidão e de resistência e luta pela liberdade da personagem só se faz possível pelas relações que estabelece, tanto no plano terreno quanto espiritual e religioso. A trajetória de Kehinde emula a de várias outras mulheres durante a

escravidão e chama a atenção para a importância do poder feminino e preto. As organizações e associações de mulheres negras vêm, desde então, atuando coletivamente para o enfrentamento do racismo, sexism e de outras formas de opressão. Um exemplo emblemático é o coletivo Geledés. Acerca do nome, Sueli Carneiro ressalta que “Geledés foi escolhido justamente porque são organizações de cunho religioso das sociedades tradicionais iorubá, hoje considerados (sic) patrimônios da humanidade. É uma forma de culto ao poder feminino” (2017, p.18, grifo nosso)

Voltando à escrita literária destas mulheres, pode-se afirmar que se

estabelece não somente como forma de resistência, mas também como possibilidade de reconfiguração e transformação do real. Dentro de um movimento contínuo de chamado e resposta, que se estrutura de forma relacional a partir de uma comunidade (literária ou não) à qual pertencem as autoras. Por acreditar nisso é que defendo que Um defeito de cor, publicado em 2006, de certa forma responde ao chamado lançado por Úrsula, de 1859. Ambas as obras fazem parte da mesma linhagem literária, inicialmente imaginada por uma escritora afrodescendente e nordestina. Partindo do mesmo círculo, ou espiral, continuamente retomam, recriam e conectam

passado, presente e futuro.

Nesse sentido, aproximo a espiral acima, que conecta escritoras e suas obras, aos conceitos de oralitura e performance discutidos por Leda Maria Martins. Para a pesquisadora, “cada performance ritual recria, restitui e revisa um círculo fenomenológico no qual pulsa, na mesma contemporaneidade, a ação de um pretérito contínuo, sincronizada em uma temporalidade presente que atrai para si o passado e o futuro e neles também se espurge”(2000, p. 81, grifo nosso). Um defeito de cor insere-se neste tempo espiralar a partir da revisão do passado escravista retratado em Úrsula, evidenciado não só

pela abordagem do tema, fruto de uma séria e longa pesquisa bibliográfica, mas também a partir do que é narrado em seu prefácio, no qual a escritora, transformada em personagem, ficcionaliza a trajetória que a levou à escrita de seu romance, apresentando-o como um suposto manuscrito deixado pela escravizada Kehinde e encontrado pela escritora em uma igreja em Itaparica.

Igualmente, o prefácio evidencia que a decisão de escrever o romance surgiu com a intenção de atender a um chamado do escritor Jorge Amado, feito em seu livro Bahia de todos os santos — guia de ruas e mistérios, para que um jovem romancista escrevesse

sobre a Revolta dos Malês, ocorrida em Salvador, em 1835. Contudo, ao fim do prefácio, a escritora afirma:

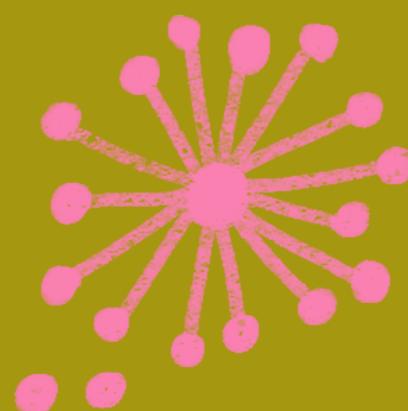
Espero que Kehinde aprove meu trabalho e que eu não tenha inventado nada fora de propósito. Acho que não, pois, muitas vezes, durante a transcrição, e principalmente durante a escrita do que não consegui entender, eu a senti soprando palavras no meu ouvido. Coisas da Bahia, nas quais acredita quem quiser... (GONÇALVES, 2009, p.17, grifo nosso)

Em diálogo com a presença espectral da personagem, Ana Maria Gonçalves acaba respondendo a um chamado feminino e ancestral. Assim, atua, de forma espiralar, recriando e restituindo histórias e conexões ancestrais. Ao desejar a aprovação de Kehinde, rompe com a lógica cartesiana e eurocêntrica que delimita fronteiras claras e definidas entre passado e presente; vivos e mortos. Simbolicamente, então, é a personagem que insere a autora e sua obra na performance ritual a que se refere Leda Maria Martins. Porém, parece-me que não o faz sozinha, mas acompanhada de muitas outras mulheres, que também lhe sussurram ao ouvido, soprando suas histórias.

Este sopro ancestral pode ser lido de duas maneiras: como sopro divino, centelha inspiradora, mediante a qual a criadora, Kehinde, transmite vida a sua criação. É essa voz ou presença liminar que comunica e (re) cria sua história e a de seus antepassados. Inserida nesta fronteira etérea, o ar traz a lume o que já foi e o que nunca passou. Por sua vez, esse sopro ancestral é também sinônimo de alívio, de respiro e de cura. É a brisa da qual fala Mateus Aleluia na canção que compõe a epígrafe deste ensaio. É elo intergeracional capaz de conectar Susana e Kehinde; Maria Firmina e Ana Maria Gonçalves.

A criação artística afro-brasileira

proporciona, portanto, sobrevivência e continuidade, não só porque transmite conhecimento acumulado por séculos, mas também porque conecta memórias e ancestralidade. Trazendo a possibilidade de vida, porque com ela e por meio dela, o sujeito se apresenta em toda a sua complexidade e grandeza. A arte é prova da humanidade que insiste em nos negar. Como um sopro ancestral, que nos conecta, que nos inspira e nos impele a continuar respirando, mantém acesa a chama de uma profunda esperança na vida.



REFERÊNCIAS

- ALEIXO, Ricardo. **Eu não consigo respirar é a frase do século.** Belo Horizonte, 27 maio 2020. Facebook: ricardoaleixo.
Disponível em:
<<https://web.facebook.com/jaguadarte.ricardoaleixo/posts/3868178656544315>>. Acesso em: 1º nov. 2020.
- ALELUIA, MATEUS; DADINHO. **Filha, diga o que vê.** In: ALELUIA, MATEUS. Fogueira Doce. São Paulo: MMRights, 2017. Faixa 6.
- BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. **Aprisionamento Feminino – período de janeiro a junho de 2020.** Sistema de informações do Departamento Penitenciário Nacional
Disponível em:
<<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiYzg4NTRjNzYtZDcx-Zi00ZTNkLWI1M2YtZGlzNzk3ODg0OTIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>>
Acesso em 1º nov. 2020.
- CARNEIRO, Sueli. Entrevista a Bianca Santana. **Cult - Revista Brasileira de Cultura**, São Paulo, n.223, 2017, p.12-20.

DE ALENCASTRO, Luiz Felipe. África, números do tráfico atlântico. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Ed.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, pp. 57-63.

DE BARROS MOTT, Maria Lúcia. Submissão e resistência: a mulher na luta contra a escravidão. São Paulo: Contexto, 1988.

DUARTE, Eduardo de Assis. **Literatura, política, identidades: ensaios**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2005.

GONÇALVES, Ana Maria. Um defeito de cor. 5ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, 1984. p. 223- 244.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da violência 2020**. IN: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (ORG.). Brasília; Rio de Janeiro; São Paulo: IPEA; FBSP, 2020.

MARTINS, Leda Maria. A oralitura da memória. In: **Brasil afro-brasileiro**, v. 2. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 63-86.

MIRANDA, Fernanda Rodrigues de. **Corpo de romances de autoras negras brasileiras (1859-2006)**: posse da história e colonialidade nacional confrontada. 2019. Tese (Doutorado em Letras). Universidade de São Paulo (USP), São Paulo.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Artimanhas nas entrelinhas: leitura do paratexto de escritoras do século XIX. **Travessia**, Florianópolis, n. 21, p. 64-70, 1990.

PAUL GILROY. **Uma conversa entre Paul Gilroy e Achille Mbembe:** brutalismo, Covid-19 e o Afro-pessimismo. Medium. 28 de junho de 2020. Entrevista concedida a Achille Mbembe. Tradução de Allan Kardec Pereira. Disponível em:< <https://medium.com/@allankardecspereira/uma-conversa-entre-paul-gilroy-e-achille-mbembe-brutalismo-covid-19-e-o-afro-pessimismo-f7708b380d0>>. Acesso em: 1º nov. 2020.

REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula e outras obras** [recurso eletrônico]. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018.

SANTOS, Hebert Luan Pereira Campos dos et al. Necropolítica e reflexões acerca da população negra no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil: uma revisão bibliográfica. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 4211-4224, 2020.

SANTOS, MÁRCIA PEREIRA ALVES DOS et al . População negra e Covid-19: reflexões sobre racismo e saúde. **Estud. av.**, São Paulo , v. 34, n. 99, p. 225-244, ago. 2020.



Nordeste maravilha Recife: coração cultural do Brasil

Denise T’Ògún Botelho





Nasci no Sudeste, em São Paulo, considerado o centro econômico do país. Passei pelo Centro-Oeste, foco da política brasileira, e me instalei no Nordeste. Em Recife, eu me encontrei. Fiz o caminho contrário do “Sul maravilha” (muitas pessoas da minha geração acreditavam que São Paulo era a salvação, mal sabiam que, na verdade, o que lhes esperavam era um canteiro de obras para serem peões e, para as mulheres, muitas vezes, o amor não correspondido pelo patrão).

Tá vendo aquele edifício, moço?
Ajudei a levantar
Foi um tempo de aflição
Era quatro condução
Duas pra ir, duas pra voltar
Hoje depois dele pronto
Olho pra cima e fico tonto
Mas me vem um cidadão
E me diz, desconfiado
Tu 'tá aí admirado
Ou 'tá querendo roubar?
Meu domingo 'tá perdido
Vou pra casa entristecido
Dá vontade de beber
E pra aumentar o meu tédio
Eu nem posso olhar pro prédio
Que eu ajudei a fazer.

(BARBOSA; RAMALHO, 1992)

A forma nordestina de comunicar a vida em versos, em musicalidade, demonstra a excelência artística de um povo que, mesmo sofrido, não perde a sua maestria. Isso é o que mais me encanta. A escolha de viver em Recife, capital de Pernambuco, em detrimento do coração econômico ou do centro político do Brasil, está ligada à polissemia cultural e negra presentes nas terras de Manuel Bandeira, João Cabral de Melo Neto, Paulo Freire, Solano Trindade, Clarice Lispector, Chico Science, Lenine e muitas outras pessoas que produzem cultura brasileira; ainda que os xenófobos digam que não. Muitas pessoas não conhecem a

realidade do Nordeste e afirmam que somos atrasados. Vejam vocês que nos processos democráticos o Nordeste demonstrou o seu papel de fidelidade à democracia do país e não foi compreendido.

Fico imaginando que quando eu for escrever um memorial sobre o ano de 2020, que para muitas pessoas tem sido o ano da Covid-19 (a qual, marotamente, brinco ser Covid-17), precisarei registrar uma denúncia quanto à influência de um governo irresponsável na adoção de medidas preventivas, e que em muito contribuiu para a proliferação da doença. Como filha de Ogum, orixá da tecnologia, eu não quero acreditar que 2020 tenha sido o ano da Covid-19, pois prefiro

reconhecê-lo como o ano da tecnologia. Nunca antes nós precisamos fazer tanto uso das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC), tendo que utilizá-las em lives, plataformas de aulas remotas, reuniões etc. Os encontros e os reencontros via internet nos propiciaram processos de autoconhecimento, acesso a mapas astrais, jogos de búzios dentre outras alternativas; tudo intermediado pelo aplicativo Whatsapp, pelo computador, plataformas Zoom, Google Meet, Stream Yard, Youtube, Facebook e tantas quantas estiveram disponíveis intermediando a comunicação entre as pessoas em tempos pandêmicos,

um período de distanciamentos, de isolamento social.

Pela tela do computador vivemos experiências inimagináveis nas salas de nossas casas, recebendo dezenas de pessoas das mais diversas gerações. Isso só foi possível devido à permissão do meu Pai Ogum. Mas, infelizmente, nós não estávamos emocionalmente preparadas e preparados para lidar com tanta mudança e de modo tão abrupto. Tantos conteúdos acessados desde dentro de nossas casas, que se tornaram nossos escritórios domésticos. Antes, nossos escritórios domésticos eram para apenas duas ou três horas de trabalho, tendo passado a doze ou até mais horas, pois não

tínhamos a dimensão do que seria a educação remota e, inicialmente, assumimos as tarefas com muita disposição, querendo acreditar que não poderíamos faltar para com os nossos alunos e as nossas alunas, pois temos a herança de que o ócio é perigoso e dificilmente consideramos a possibilidade do ócio criativo.

Esse medo do perigo do ócio nos fez produzir, produzir e produzir, e fomos criando atividades, tarefas, fomos acionando o mundo do Clash Royale (um vídeo jogo no qual se assume a condição de multijogador), e quando nos demos conta, estávamos no emaranhado de responsabilidades acima das

nossas capacidades, tendo de conviver com as nossas próprias limitações e as limitações de nossos alunos e alunas. Isso não é pouca coisa e nos desafia a reconhecermos as realidades e as limitações humanas.

Quero aqui refletir como é que eu entendo a tecnologia a partir de um processo afrocentrado religioso. Ogum forjou o ferro e isso foi um grande avanço para a população, porque do ferro foram feitas as ferramentas agrícolas, e as pessoas, que cavavam a terra com as mãos, puderam utilizar essas ferramentas, as quais eram muito mais eficazes. Isso possibilitou maiores quantidades e diversidades de alimentos em um menor espaço

de tempo. Mas a forja dessas ferramentas levava tempo, pois o ferro era colocado no fogo, depois recebia marteladas, em seguida, era colocado na água. Nessa manipulação do ferro no fogo, martelada, água, fogo, inúmeras vezes, até chegar à perfeição. Penso que quando via essa perfeição, Ogum chegava ainda na ânsia de poder oferecer o melhor, e ele ainda tentava burilar, arrumar a ferramenta.

Assim, creio que nos faltou considerar os tempos e os processos da forja do ferro. Faltou-nos burilar os nossos equipamentos de trabalho.



Era necessário que os nossos computadores trabalhassem continuamente um período, e que, após um período, se autodesligassem. Uma espécie de aviso prévio para que nós não perdêssemos nada, mas pudéssemos nos cuidar.

Cuidar da nossa essência, para que pudéssemos alongar nossos corpos, para que nós pudéssemos ter mais cuidado e atenção com o necessário e fundamental ato de respirar. Pudéssemos ler um bom livro, um romance, uma literatura não obrigatória de nossa área de formação.

Penso que para fazermos nossos textos seja necessário que passemos pelo fogo e pela água, bem como pelo martelo, ou seja, que vivamos um período de forja, respeitando cada etapa necessária, sem a urgência que os tempos pandêmicos nos têm imposto. Ao mesmo tempo em que reconheço que o racismo estrutural impôs a nós,

aos nossos e as nossas ancestrais uma forja permanente, para que pudéssemos resistir, assegurando-nos condições de existência e criatividade para a resistência. Nossa existência é uma existência de fogo à água, de martelo, fogo e água. Não é à toa que a maioria de nós, docentes negras e negros, somos referências nas vidas dos nossos alunos e alunas, de modo que, muito comumente, recebemos suas homenagens. Vivemos processos de burilamento que nos levam a construir possibilidades para que outras pessoas negras também se percebam capazes de estarem onde estamos ou onde quer que desejem estar.

No meu memorial sobre o ano de 2020 constará que não consegui cumprir o meu papel como professora e educadora da melhor forma, pois gastei mais tempo buscando dominar as tecnologias e com isso não pude investir meu tempo no que faço de melhor: burilar os meus alunos e as minhas alunas. Esse ano eu não serei homenageada, embora eu sinta e saiba que pude mostrar algo que também é muito importante que elas e eles saibam: que eu não dei conta, que eu não soube dominar essa nova realidade.

Para mim, o mais importante é a formação dos seres humanos, o conteúdo é apenas uma desculpa. Importam -me os direitos humanos,

o enfrentamento ao racismo, ao sexismo, à homofobia.

Em anos na vida religiosa de matriz africana, aprendi que nada é absolutamente negativo e nada é absolutamente positivo. Um aspecto do isolamento inicial da bandeira dos trolls é que o sentido da organização veio com bastante força. Inicialmente veio a organização e o desejo de organização externa, e, posteriormente, o desejo de reorganização interior.

Muitas têm sido as lives direcionadas para o tema do autocuidado, para o processo de controle das emoções, para a reaprendizagem de uma respiração saudável, de como devemos criar processos saudáveis ao longo do trabalho remoto, mas a maioria de nós não segue ou sequer dá atenção para essas informações. Muitos de nós sofremos ao perceber que as nossas vidas estão entregues, quase que integralmente, aos postos de trabalho. Isso significa dizer que as relações interpessoais no seio familiar, nos grupos fraternos, estão bastante comprometidas.

Urge uma reflexão sobre como nossas sociabilidades estão equivocadas,

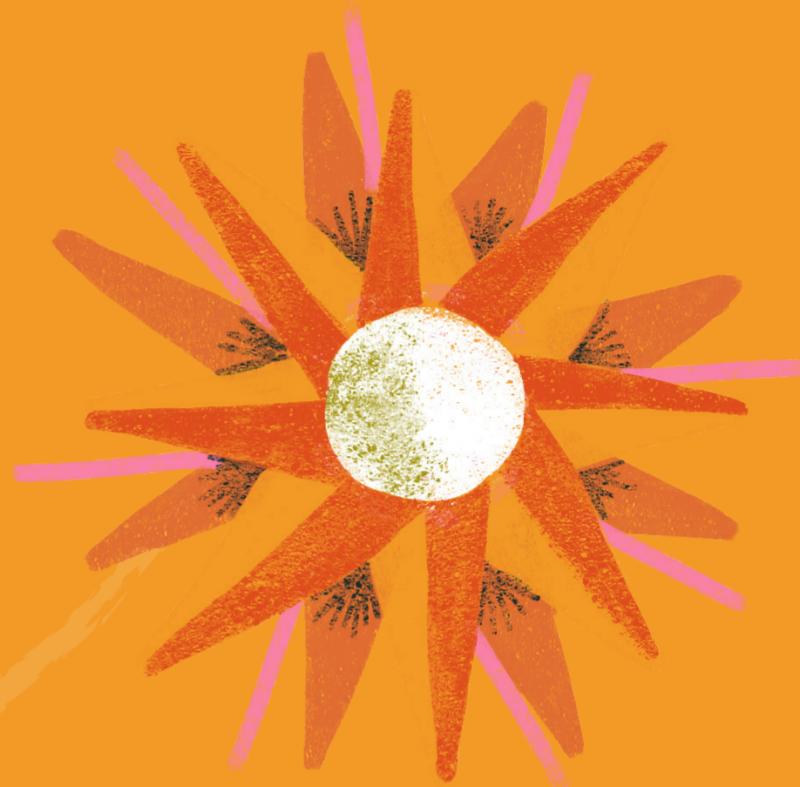
do quanto há uma lógica competitiva imposta pelo neoliberalismo, inclusive no desenvolvimento e na produção intelectual. Como exemplo há a Plataforma Lattes, que nada mais é do que uma forma de pensar a produção, uma forma de mensurar a produção do conhecimento, criar, cristalizar as barreiras sociais, demonstrando o quanto o Sudeste é superior intelectualmente ao Norte e ao Nordeste. Sendo que os investimentos de recursos direcionados para o Sudeste não se comparam aos investimentos direcionados ao Nordeste, em especial, na proporcionalidade geopolítica dessas regiões. Os grupos de estudos e pesquisas são diversos e, na sua

grande maioria, continuarão a sua produção durante o isolamento, utilizando-se dos recursos remotos. É necessário destacar aqui um exemplo de como a produção de conhecimento tem acontecido nesses tempos pandêmicos, mediante o uso de recursos tecnológicos de modo remoto, como é o caso do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Raça, Gênero Audre Lorde, vinculado ao Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afro-brasileiro da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

O Geperges tem como objetivo desenvolver estudos e pesquisas interdisciplinares e interseccionais

entre as categorias: raça, gênero e diversidade sexual na área educacional, relacionadas com a formação de professoras e professores, a fim de contemplar a LDB [em seu artigo 26-A (Leis 10.639/2003 e 11.645/2008)] — que introduziu a história e a cultura africana e afro-brasileira nos currículos escolares — e também por uma necessidade social de realizar ações de formação para o desenvolvimento das temáticas de gênero e sexualidade, contribuindo assim para uma cultura de paz.

O grupo está registrado no Diretório de Grupo de Pesquisas do CNPq e apresenta três linhas de pesquisas:



- 1)** Educação das relações étnico-raciais: cultura, diversidade e identidade(s);
- 2)** Educação, raça, gênero e sexualidades; e
- 3)** Filosofia africana. Em período de pandemia foram realizadas reuniões quinzenais sobre três temas principais: relações raciais; interseccionalidades; e gênero e sexualidades. Para as discussões foram elencados os seguintes textos:

RELAÇÕES RACIAIS E MEMÓRIA E ORALIDADE:

- 1** O axé dos orixás rege memória do ser mulher quilombo
(Maria José dos Santos)
- 2** Identidade negra entre exclusão e liberdade
(Viviane Fernandes e Maria Cecília Souza)
- 3** Tradição viva (Hampaté Bá)
- 4** Eu nasci branquinha: construção da identidade negra no espaço escolar (Priscila da Cunha Bastos)
- 5** História oral e narrativa: tempo, memórias e identidades
(Lucília de Almeida Neves Delgado)
- 6** Caminhos de luta e resistência negra no Brasil
(Nilma Lino Gomes)
- 7** Educação das relações étnico-raciais nas instituições escolares (Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva)

INTERSECCIONALIDADES



Pode o subalterno[a] falar?
(Gayatri Spivak)

Nossos passos vêm de longe
(Jurema Werneck)

**Mulheres Negras: moldando
a teoria feminista**
(Bell Hooks)

**A diferença que o poder faz:
interseccionalidade e democracia
participativa** (Patrícia Hill Collins)

Memórias da Plantação (capítulo 1)
(Granda Kilomba)

**Interseccionalidade e pensamento
feminista: as contribuições históricas
e os debates contemporâneos acerca
do entrelaçamento de marcadores
sociais da diferença** (Carlos Eduardo
Henning)

**Decolonialidade e interseccionalidade
emancipadora: a organização política
das trabalhadoras domésticas no
Brasil** (Joaze Bernardino Costa)

Feminismo afro-latino-americano
(Lélia Gonzalez)

**Opressões cruzadas e convergência
na reprodução das desigualdades**
(Flávia Brioli e Luis Felipe Miguel)

**O que é interseccionalidade?
(Capítulo 1)** (Carla Akotirene)

GÊNERO E SEXUALIDADE

Teoria Queer. Uma política pós-identitária para a educação
(Guacira Lopes Louro)

A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas (Michael Kümmel)

O feminismo é para todo mundo
(bell hooks)

Educação Sexual na sala de aula
(Jimena Furlani)



Irmã Outsider (Audre Lorde)

Inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade
(Viviane Vergueiro)

Orientações sobre identidade de gênero: conceito e termos
(Jaqueline Gomes de Jesus)

A emergência do gênero
(Guacira Lopes Louro)



Todas as leituras proporcionaram uma visão crítica e interseccional aos membros do Geperges, levando em consideração que o grupo agrupa estudantes de graduação, pós-graduação e ativistas de diferentes movimentos sociais, o que possibilita um cenário de trocas frutíferas para o amadurecimento político-intelectual de suas pesquisadoras e pesquisadores. O resultado das apresentações demonstra o grau de apreensão dos conteúdos estudados.

O período de pandemia está difícil para todas as pessoas, mas devo me fortalecer e poder auxiliar muitas pessoas, em especial as mulheres negras, a superarem as

muitas violências, como o racismo, o machismo, o sexism, a lgbtfobia, a gordofobia e muitas outras expressões de ódio presentes em nossa sociedade. Tenho esperança de aprender a fazer tudo que eu faço em sala de aula presencial também via internet. Participei de diversas lives sobre o racismo, ou melhor, o antirracismo, o racismo religioso, a cultura do candomblé, as mulheres negras, sobre a necessidade de mostrar o que o povo negro tem de valor para que todas as pessoas saibam que nós temos um corpus literário e um corpus religioso, nós temos uma realidade que nos cerca que ainda é desconhecida, pois a ignorância

alheia faz com que as pessoas não nos respeitem.

É preciso divulgar quem somos. Já sabemos, embora o mundo ainda não saiba, queremos ser reconhecidas como mulheres negras, insubmissas, criadoras, criativas, irreverentes e intelectuais, e “branco, se você soubesse o valor que o preto tem / tu tomava um banho de piche e ficava preto também” (CAMAFEU, P.; GIL, G. 1975).



REFERÊNCIAS

BARBOSA, Lúcio; RAMALHO, Zé. **Cidadão**. In: RAMALHO, Zé. **Frevoador**. São Paulo: Columbia (Sony Music), 1992. Faixa 6. CD.

CAMAFEU, Paulinho; GIL, Gilberto. **Ilê Ayê**. In: GIL, Gilberto. **Refavela**. São Paulo: Warner Music, 1977. Faixa 2. 1. Disco de vinil.

A minha história
É talvez igual a sua.

Viveres de uma mulher negra no
Brasil do tempo presente

Iraneide Soares da Silva
(Sankofa/UESPI)



1

MEMÓRIAS E TRAJETÓRIAS



A história das mulheres negras, quando escrita sem a participação delas, é sempre mal contada, mal interpretada, mal feita. Isso porque partimos do pressuposto de que o fio que as conduziu da África para as Américas não foi cortado. Por conseguinte, parte de suas raízes ainda estão na África e não são consideradas pela história escrita e passada por brancas e brancos que pensam como colonizadores, mesmo no tempo presente, na condição de colonizados.

A memória que me segue (enquanto mulher negra, que viveu desde muito longe, imersa, impregnada de cultura e saberes de ‘negras e negros’) me fez aprender a narrar assim:

Eu, menina negra, fruto de uma família negra, que convive desde sempre com os mitos e ritos africanos, quer seja pelas palavras de minha mãe, avós, vizinhas, tias e todos aqueles — que permearam minha infância e contribuíram com suas histórias — quer seja pelas performances e linguagens diversas do meio em que vivi [...] Narrativas tantas vezes ouvidas ao cair da noite no batente da velha casa enquanto as primeiras estrelas bordavam o céu. Rodeada dos meus seis irmãos, ouvíamos e viajávamos nas histórias que para mim foram o fio condutor para a formação da minha identidade de menina e de mulher negra que sou e, principalmente, o que me uniu e une àquelas pessoas que são partes de mim.

É o fio dessa memória, das muitas experiências negras vividas que me constitui a mulher negra que sou. Pois, o tempo passou, os processos identitários foram se constituindo. Passamos pelo ensino médio e chegamos à universidade. Nela, na sua amplitude de possibilidades, usufrui de todos os espaços que me foram permitidos, mesmo quando (na maioria das vezes) foram abertos à

faca, à força bruta, mas por ali passei, da graduação para o mestrado e do mestrado para o doutorado, deixando marcas. Hoje, professora de uma universidade pública, tudo parece um sonho realizado.

Toda essa história para dizer que eu, da menina à mulher negra, em todos os lugares sociais e geográficos por onde passei, encontrei a enorme barreira do racismo de modo estrutural, pois desde os lugares mais simples e familiares, aos mais complexos e estranhos, fui discriminada negativamente por ser negra. Todavia, quando ainda na adolescência comecei a falar sobre esse racismo sofrido, sobre a necessidade de luta, de resistência, minha voz foi encontrando ecos, ouvidos, braços e abraços na mesma proporção. Seguindo a estrada, após o mestrado, voltamos para a universidade, mas agora como professora concursada. Nesse espaço social, meu lugar de fala se fortalece, sendo a mulher negra, ativista, fortalecida pela pesquisa, que passa a ocupar outros espaços de debates.

Agora me apresento como uma mulher ativista negra, com uma trajetória rica de experiências, doutora em História Social pelos caminhos mineiros. Tornei-me mestra em Educação pelas terras cearenses depois de vir de Brasília, num retorno para o Nordeste, onde nasci. Do Ceará para o Piauí criei longas e profundas raízes como mãe da Kizzy; esposa do Cláudio; Coordenadora

do Núcleo de Estudos e Pesquisas em História e Memória da Escravidão e do Pós-Abolição (SANKOFA/UESPI); Presidente da Comissão de Heteroidenticação das políticas de Ações Afirmativas da Universidade Estadual do Piauí (UESPI); e Coordenadora Regional do Consórcio Nacional dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (CONNEABS). Minhas articulações de estudos e pesquisas me fincam num lugar de fala bastante articulado, com os principais núcleos, grupos de estudos e associações negras, como o Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro (NEPA/UESPI); o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Africanidades e Afrodescendências (IFARADÀ/UFPI); e o Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Relações Étnico-Raciais, Movimentos Sociais e Educação (N'UMBUNTU/UFPA), dentre outros.

Além desse lugar acadêmico, afirmo-me como pesquisadora ativista do Movimento Social Negro Organizado Brasileiro desde 1989. Sim, esse foi meu lugar primeiro de afirmação ante aos embates de me descobrir negra de cabelo pixaim. Desse modo, são esses os meus lugares de fala, de conforto, de embates e conflitos, de sonhos e sambas.

2

O QUE ESTAVA ACONTECENDO DO OUTRO LADO DO PLANETA?

Foi essa a pergunta posta quando primeiro se ouviu falar em Covid-19; e em seguida, tornou-se pandemia. Enquanto isso, na cidade de Teresina, capital do Estado do Piauí, Brasil, numa sexta-feira, 21 de fevereiro de 2020, eu iniciava meu período de férias. As tão sonhadas férias, coladinhas com o carnaval, que seguiriam até março. Cansada e ansiosa, fiz planos para elas — escrever artigo, ir a médicos, praias (...) — Mas, no meio do caminho muitas pedras surgiram e a maior delas teve o nome de “pandemia”. O mês de março de 2020 iniciou com notícias de mortes em massa no outro lado do mundo, muitas delas confusas e ainda pouco compreendidas. De repente, alguém

falava em pandemia e assustava a população mundial. E aí, começamos a viver a pressão e a tristeza causadas por um agente invisível e letal. E, rapidamente, passaram-se sete meses do ano de 2020.

Por razões históricas, a trajetória das pessoas negras no Brasil atravessou um processo de exclusão econômica, educacional e cidadã, que se refletiu na qualidade da inserção desses sujeitos nos espaços de poder, nos cargos de decisões políticas e nos campos de construção do saber. Outrossim, essas populações de mulheres e homens negros da Diáspora Africana estão submetidas às desigualdades sociais e expostas ao racismo estrutural experienciado cotidianamente. Por conseguinte, num contexto de pandemia, como o vivido no ano de 2020, as desigualdades históricas entre as pessoas negras empobrecidas e as brancas se apresentam de modo a agravar a proliferação de outras doenças, sobretudo, por não ter no Brasil uma política de saúde preventiva. Quando chega, a Covid-19 se insere nesse cenário fortemente, considerando a omissão e/ou falta de assistência e atenção básica do Estado para com as populações pobres e negras.

Os meses foram se passando e as imagens sangrentas e tristes apareciam advindas dos meios de comunicação de massa de todo mundo. No Brasil, em especial, os enterros coletivos, do Norte ao Sul do país, ocupavam os cenários

dos telejornais desde a manhã até noite; as pessoas estavam tristes, abaladas, com medo. Medo de tudo, de sair às ruas, de ir ao médico, de ir ao supermercado. Eu fui uma dessas pessoas que entraram em pânico. Não saía às ruas ou ao supermercado, fugia das pessoas, consumia álcool em gel, exageradamente.

Em meio a isso tudo, iniciei um processo de informação e formação para lidar com as ferramentas digitais e também de produção acadêmica e científica. Então, no dia 13 de abril, entrei na agenda da universidade, no âmbito do projeto #uespificaemcasa, para um diálogo reflexivo sobre o tema: “Como a pandemia afeta as populações negras?”, em conjunto com outro professor do Departamento de História da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). As pesquisas que fiz naquele momento, para as reflexões conjuntas da apresentação, fizeram-me perceber a dimensão da pandemia para as populações negras, pois elas ainda ocupam as áreas pobres e periféricas dos grandes centros urbanos ou os recantos mais longínquos e pouco assistidos da zona rural. Enfim, são, na sua maioria, os que se encontra em extrema pobreza.

Vieram-me à mente alguns dados estatísticos dos anos 2000, quando “a população branca do Brasil apresentava um IDHM de 0,814 enquanto o IDHM da população negra era de 0,703”; “[...] a distância entre brancos e negros, portanto, seria enorme: 61 posições no ranking do IDH mundial”. Daí outras

informações complementam que: “em 2000, o IDHM da população branca era 27,1% superior ao IDHM da população negra. Em 2010, a diferença passou a ser 14,42% superior” (PNUD; IPEA; FJV, 2010).

Em 2019, dados da Agência Brasil apontaram para o IDHM da população branca que caiu de 0,819 para 0,817, de 2016 para 2017, enquanto o da população negra aumentou de 0,728 para 0,732. Todavia, a mesma agência, (2019) alertou que:

Apesar de a diferença ter diminuído, os brancos ganham cerca de duas vezes mais que os negros: R\$ 1.144,76 contra R\$ 580,79. “Este foi um bom resultado porque mostra uma redução da desigualdade em função da cor do indivíduo. No entanto, notamos que a diferença continua muito grande, disse.

Quanto às mulheres negras, os números pareciam animadores, pois subiu de 0,658 para 0,660. No entanto, a realidade dessas mulheres, de modo geral, não apresenta mudanças profundas. E nem precisavam os dados me dizerem isso, eu e o resto do mundo estávamos vendo na TV mãos pretas chorando pelas mortes dos seus, e um Estado que fazia pouco caso, naturalizava a dor

e o sofrimento daquelas mulheres.

Do projeto *#uespificaemcasa*, para o mundo. Fazendo uso das ferramentas e plataformas digitais, fomentamos e disseminando estudos e pesquisas para os mais diversos campos do saber, tendo como temas principais: raça e racismos, educação para as relações étnico-raciais, políticas afirmativas, identidade étnica e educação, escravidão negra e urbana, dentre outros. As conexões ocorreram primeiramente no âmbito da Universidade Estadual do Piauí, entre núcleos e pares; depois com a Universidade Federal do Piauí e o Instituto Federal do Piauí; seguimos com os coletivos e associações de pesquisas, como o Grupo de Historiadorxs Negrxs (HN), a Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), e o Consórcio Nacional dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (Conneabs). Dessas articulações, fui, em conjunto com os movimentos e acadêmicos, levando nossas mensagens, nossos gritos e lutos para o mundo, na expressão *#BlackLivesMatter* Ou *#VidasNegrasImportam*.

Dentre os debates na pandemia: no dia 13 de maio, apresentei uma síntese da minha tese, dentro da programação do Grupo Historiadorxs Negrxs; em 11 de julho, a programação do Julho das Pretas; em 20 de julho, *História e (Re) Existência de Mulheres Negras da Diáspora Africana — Séc. XIX*, com Bamidelê — Grupo de Mulheres Negras da Paraíba; 21 de julho, *As Mulheres Negras de*

São Luís do Maranhão, sob a ótica do jornal *Publicador Maranhense* (1821-1850), pelo HN; 29 de julho, *Mulher Negra na Academia*, pelo Núcleo de Estudos, Extensão e Pesquisa sobre Diversidade e Educação da UFAL; ainda em julho, seis web conferências, pelo Conneabs; 13 de agosto, *Pedagogia Antirracista: reflexões aos nossos tempos* pela UERN; 17 de agosto, mesa de Avaliação e Desafios das Comissões De Heteroidentificação na Região Nordeste, no âmbito do II Seminário Nacional Políticas de Ações Afirmativas nas Universidades Brasileiras, da UFOP; em 26 de setembro, mesa no XI Artefatos da Cultura Negra – URCA; 28 de outubro, síntese das minhas pesquisas sobre a cidade de São Luís do Maranhão, numa conferência para a UNIR; 29 de outubro, mesa Pela Desconstrução da História Única, pela ABPN; 03 de novembro, mesa Afrodescendênci: Afrodescendentes em narrativas cotidianas, no VII Congeafro/UFPI; 03 de novembro, mesa Intelectuais e Intelectualidades Negras: o papel dos Neabs(ls) 2004-2020. A agenda seguiu até o dia 28 de novembro, com 10 mesas. Em paralelo com essas agendas, houve orientações de mestrado, iniciação científica e TCC; assessorias à UESPI; 2 (duas) bancas de mestrado; 1(um) artigo para uma revista, 3(três) capítulos de livros. E ainda, a vida e atividades domésticas.

Ao terminar os escritos acima, percebo que nem eu tinha a dimensão do

quanto havia trabalhado nos últimos sete meses de pandemia. Difícil mesmo é mensurar todo esse trabalho. Nesse sentido, comprehendo esse conjunto para além do registro na Plataforma Lattes ou nos grupos de pesquisas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), porque ultrapassa tudo isso, rompe essas fronteiras, configura-se num trabalho desenvolvido “através do prisma da formação própria”, como diria Stuart Hall, em Borda (2017), mas também um trabalho produzido em rede, colaborativo.

Do mesmo modo, não podemos esquecer que, no Brasil, podemos encontrar tanto pontos comuns de experiências e lutas como diferenças de trajetória histórica na conjuntura atual. No que diz respeito à pandemia dos anos de 2020, aliada ao racismo, o qual tem suas origens no colonialismo, de diferentes locais e espaços do mundo Atlântico, não tem como ser diferente o processo de ativismo acadêmico. Não tem como separar os lugares de mulher negra e intelectual, pois os racismos não deixam.

3

O QUE O ANO DE 2020 NOS APONTA?

Essa é mais uma questão posta de modo muito desafiante. Todavia, ouso refletir sobre ela, não com o intuito de respondê-la, mas de divagar. Penso que o ano de 2020 nos revelou um mundo frágil e extremamente desigual, o que instiga a divagar na busca de uma resposta rica, complexa e nuancada para essa questão. Talvez a resposta complementar seria “como será o amanhã?” e, para nós mulheres negras viventes no Brasil, “como se reinventar diante do agravamento da pobreza que nos afeta diretamente e violentamente?”

Trago como vetor de reflexão a compreensão das condições em que as pessoas vivem, aprendem, trabalham e se divertem. Com cenário, aponto o pátio da universidade onde trabalho, com muitos jovens de diferentes idades, gêneros, raça e etnia, e orientações sexuais. Essas pessoas, até fevereiro de 2020, viviam as dores e delícias das suas “liberdades”. De repente, veio o mês de março e com ele, uma série de mudanças que passaram a afetar todas as pessoas independentemente de onde estivessem. Subitamente, dona Rita

(nome fictício), uma senhora negra que vendia salgados e sucos no pátio da Universidade, viu-se sem renda, e junto com ela seus dois ou três funcionários, os quais, por sua vez, também são negros. Mas por que o espanto se o aluno que comprava o salgado está sem dinheiro porque perdeu o emprego. Essa narrativa mais parece fragmentos da canção Maluco Beleza, de Raul Seixas (1978), que dizia:



No dia em que todas as pessoas
Do planeta inteiro
Resolveram que ninguém ia sair de casa
Como que se fosse combinado em todo
O planeta

Naquele dia, ninguém saiu de casa, ninguém
O empregado não saiu pro seu trabalho
Pois sabia que o patrão também não tava lá
Dona de casa não saiu pra comprar pão
Pois sabia que o padeiro também não tava lá
E o guarda não saiu para prender
Pois sabia que o ladrão também não tava lá
E o ladrão não saiu para roubar
Pois sabia que não ia ter onde gastar
No dia em que a Terra parou...



E nas Igrejas nem um sino a badalar
Pois sabiam que os fiéis também não tava lá
E os fiéis não saíram pra rezar
Pois sabiam que o padre também não tava lá
E o aluno não saiu para estudar
Pois sabia que o professor também não tava lá
E o professor não saiu pra lecionar
Pois sabia que não tinha mais nada pra ensinar
No dia em que a Terra parou...

O comandante não saiu para o quartel
Pois sabia que o soldado também não tava lá
E o soldado não saiu pra ir para a guerra
Pois sabia que o inimigo também não tava lá
E o paciente não saiu pra se tratar
Pois sabia que o doutor também não tava lá
E o doutor não saiu pra medicar
Pois sabia que não tinha mais doença para curar
No dia em que a Terra parou.



No nosso caso, não é um sonho ou um ensaio poético. Naquele dia 13 de março de 2020 foi esta a realidade mundial. Sobre o que fizemos nos últimos sete meses, percebo algumas mudanças a partir de uma série de movimentos políticos na esfera global. Destaco aqui os movimentos antirracistas que tomaram as ruas e as redes sociais, após a morte de George Floyd, um homem negro norte-americano, asfixiado por um policial branco no dia 25 de maio. O excesso de violência policial contra pessoas negras gerou uma onda intensa de protestos em muitos estados dos Estados Unidos.

O fato é que o tratamento violento e truculento da polícia contra a população negra é verificado aqui no Brasil também, sobretudo contra a juventude negra. Na semana anterior à da morte de Floyd, foi noticiado o desaparecimento do corpo de João Pedro, no Complexo do Salgueiro, em São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro. Esse fato provocou protestos e movimentações nas redes sociais, organizados por ativistas negros, em solidariedade a George Floyd e a João Pedro e contra a violência social. Das reivindicações, a principal era o impedimento de operações policiais nas comunidades em meio à pandemia.

É importante rememorar o processo de desigualdade social e racial e de violência praticada por policiais, vivenciada durante séculos, bem como a marginalização da comunidade negra em plena pandemia. São fatores que

levam a revoltas e à movimentação, no sentido de reivindicação de direitos e integração social e política.

Ademais, quando falo em mudanças em esfera global, minha percepção se dá com base em uma série de movimentos políticos que têm ocorrido nos mais diversos continentes, desde a Diáspora Africana. Meu lugar de fala inicia-se na janela de uma pequena cidade do extremo norte do Brasil. Esse é o país que concentra a maior população afrodescendente deste lado do Atlântico, uma potência global do século XXI, renascente e ascendente como um espaço de lutas intensas, para redefinir e ressignificar a democracia e a igualdade, de forma que, certamente, reverbere pelas Américas e por todo o mundo. Penso ainda que, a comunidade negra global, ao se reinventar nas lutas e nos embates políticos, ganha força politicamente e academicamente, basta se verificar o expressivo volume de produção e disseminação de conhecimentos e os gritos de revolta que estampam os jornais e as redes sociais nos últimos tempos. É um movimento contínuo e sem volta, visto que, a população negra tem se mostrado fortalecida com a dor e a falta de assistência do Estado, está atenta, alerta aos acontecimentos e aos seus direitos.

Por fim, a frieza com que o Estado brasileiro tem tratado as populações negras e pobres durante a pandemia deixará marcas expressivas, mas não sem lutas.

Conforme Douglas Belchior, em Charão (2020), apesar da insuficiência das ações adotadas pelo Estado para assistir as populações negras e pobres, é preciso lembrar que nossas reivindicações por reparação seguem desde os anos 1970, 1980, 2000,

**mas estamos
atentas e
fortes!**



REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA BRASIL (2019). **Desigualdade em função de gênero e cor diminui, aponta IDH municipal.** Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-04/desigualdade-em-funcao-de-genero-e-cor-diminui-aponta-idh-municipal>>. Acesso em: 30/10/2020.
- ALMEIDA, S. **Racismo estrutural.** São Paulo: Pólen Livros, 2019.
- AZEVEDO, Célia M. **Onda negra, medo branco:** o negro no imaginário das elites do século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BATISTA, L. E. Discriminação ainda uma realidade. In: **Saúde da população negra:** os males da desigualdade. Radis, n.142, p.15, jul. 2014.
- BORDA, E W B. **Stuart Hall:** uma visão através do prisma de formação caribenha. Curitiba: Prismas, 2017
- BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). **O longo combate às desigualdades raciais.** 2020. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/igualdaderacial/index.php?option=com_content&view=article&id=711>. Acesso em: 16/10/2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. **Nota Técnica** n.20/2020, SAPS/GAB/SAPS/MS. Brasília, 2020. Disponível em: <<http://www.mpo.go.br/portal/conteudo/notas-tecnicas-ms>>. Acesso em: 30 outubro de 2020.

COSTA RIBEIRO, C. A. Classe, Raça e Mobilidade no Brasil. **Revista Dados – Ciências Sociais**, 2006.

GOES, E.; RAMOS, D. O.; FERREIRA, A. J. F. Desigualdades raciais em saúde e a pandemia da Covid-19. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v.18, n.3, 2020.

HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle. **Relações raciais no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, IUPERJ, 1992.

_____. **Origens e Destinos - Desigualdades Sociais ao Longo da Vida**. Rio de Janeiro: TopBooks, 2003

HERINGER, Rosana. Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas In: **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 18 (Suplemento), 57- 65, 2002.

ROBERTO, CLÁUDIO; SEIXAS, Raul. Maluco Beleza. In: SEIXAS, Raul. **O dia em que a terra parou**. Rio de Janeiro: Warner Music, 1978.

SILVA SOARES, I. A trajetória dos estudos de relações raciais no Brasil.
PADÊ: estudos em filosofia, raça, gênero e direitos humanos, UniCEUB,
Brasília, v.2, n.1/07.

_____. **Abrindo caminhos, construindo novos espaços de afirmação:** ações afirmativas para a população negra brasileira na educação profissional e tecnológica. Curitiba: Appris, 2011.

_____. **As guardiãs dos Orixás.** 2003. Monografia (Graduação em História)
– UniCEUB, Distrito Federal.

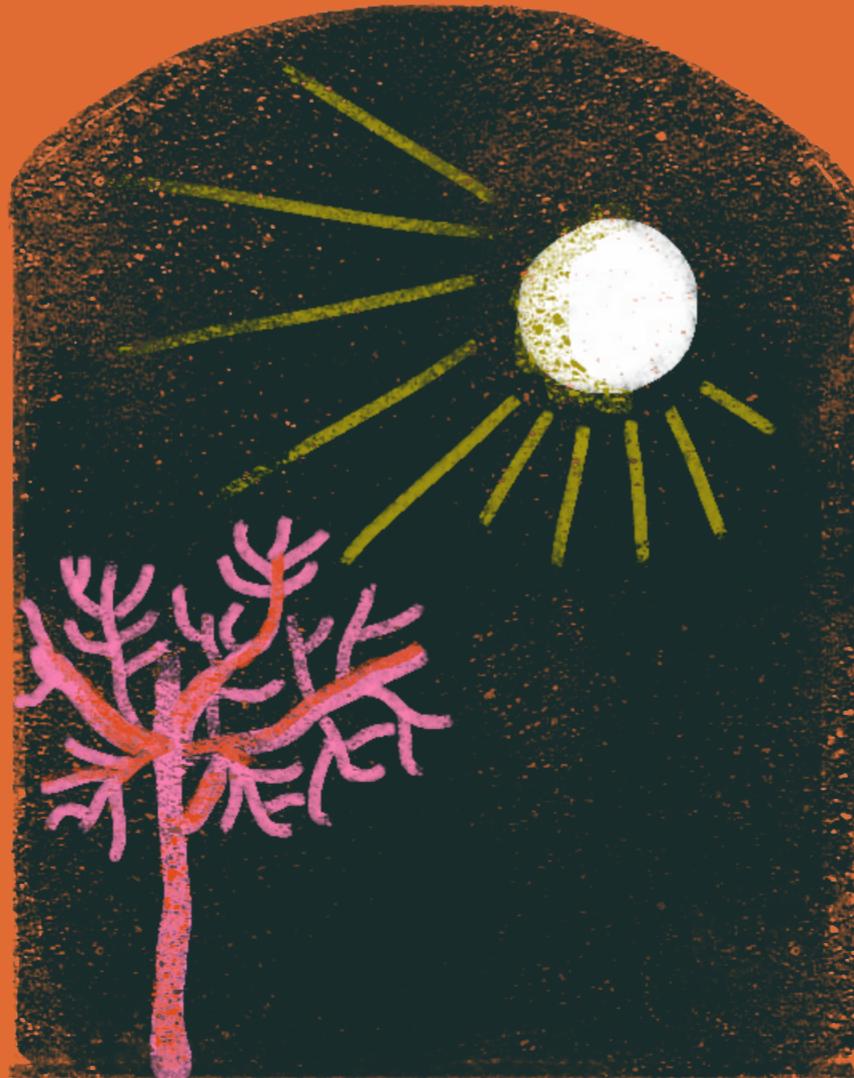
UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES. Centro de estudos afro-asiáticos.
Boletim: Os números da cor, n. 01. Rio de Janeiro, 1996.

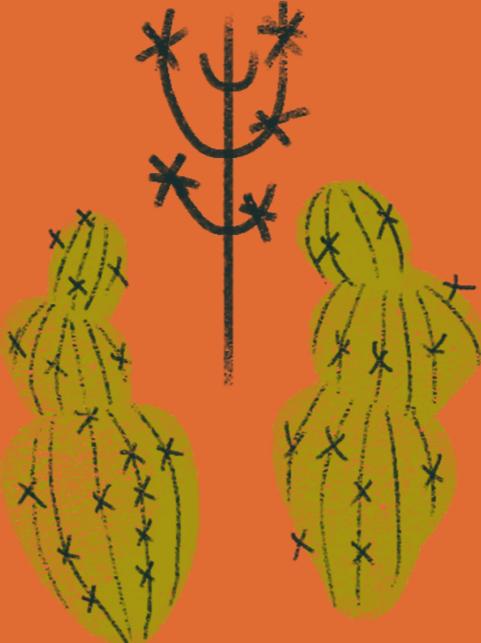


Mulheres Afro-Potiguares

Uma experiência de aquilombamento

Stéphanie Campos Paiva Moreira





Escrever para a publicação *Insubmissão* de mulheres negras nordestinas correspondeu a um desafio, afinal, estamos diante do trabalho de recriar representações, as quais têm sido carregadas pelo peso histórico do pertencimento em diversos tipos de periferias. Os discursos oficiais transmitidos a partir da historiografia e das mídias nacionais têm criado a representação do Nordeste como periferia nacional, herdeira da decadência da economia açucareira, em permanente escassez de condições de vida, de água e até mesmo de capacidade intelectual. Somos a região mais negra do país, fato que se soma às construções racistas e estereotipadas construídas sobre a identidade regional — de ser nordestino.

Neste artigo, estamos falando a partir do lugar de mulheres negras potiguaras e das peculiaridades nas histórias das populações negras do nosso estado. Escolhemos pluralizar a narrativa dialogando com algumas mulheres que têm tido experiências importantes e que nos ajudam a entender como seguir em frente.

O contexto da reflexão repousa neste ano atípico, quando vivemos sob orientações de segurança biológica coletiva contra o risco de contaminação e morte pela Covid-19, quando também o exercício da necropolítica (MBEMBE, 2018) se adensou por meio dos diversos ataques contra as populações em situação de vulnerabilidade socioeconômica e racial. Conversei com artistas, militantes, mães, candidatas e professoras negras, e pude sentir a maneira como estamos sendo desafiadas e, principalmente, inventivas e nos fortalecemos coletivamente.

O Rio Grande do Norte é o segundo menor estado do Nordeste em expansão territorial, localizado entre o Ceará e a Paraíba. Ao leste do estado está o oceano Atlântico, que banha sua capital, Natal. Essa é uma cidade que acumula processos de colonização, com barcos aportando na costa e séculos de conflitos entre portugueses e holandeses; e também, com diversas campanhas no litoral e no interior para o extermínio, a expulsão e a escravização de populações indígenas, sendo a mais conhecida a guerra dos Bárbaros ou Confederação dos Cariris, ocorrida entre os séculos XVII e XVIII.

Pelas praias do centro de Natal, à direita da Barra do Rio Potengi, em seu encontro com o mar, está localizado o Forte dos Reis Magos (primeira fortificação construída por pessoas negras e indígenas em situação de escravidão) que inaugurou a cidade, tendo como marco uma missa rezada a 25 de dezembro

de 1600, e de onde vem o seu nome, do natal. Sua localização permitiu o controle da entrada de invasores europeus no território, pela via navegável do rio Potengi.

O bairro de Santos Reis, em volta do Forte, possui população notavelmente negra, abriga escolas de samba, terreiros de candomblé e umbanda, e na praia, um dos lugares de referência, está a estátua de Iemanjá. A imagem representa um local de culto de diversas casas de religião de matriz africana da cidade, parte significativa liderada por religiosos branco-mestiços. Nela, Iemanjá está representada pela figura de uma mulher magra, longilínea, cabelos lisos e longos e pele clara. Ainda assim, tem sofrido reiterados ataques de intolerantes religiosos que, vez ou outra, arrancam-lhes as mãos. Esse ethos de invisibilização e violência simbólica contra as populações afroíndígenas rondam os temas sobre a identidade racial no estado.

Um salto no tempo para a Segunda Guerra Mundial e temos a instalação da base militar em Parnamirim, na região metropolitana de Natal, como ponto estratégico para a instalação de soldados norte-americanos, de onde veio a gíria mais característica do lugar: “boy”, atribuída, indistintamente, a homens e mulheres no seu uso popular. De onde vieram também os vários filhos mestiços da guerra, com pais brancos retornados às suas moradas norte-americanas.

Nas últimas décadas do século XX, nossas praias foram foco da especulação imobiliária relacionada ao crescimento do turismo de sol e mar. Investidores e turistas estrangeiros não eram incomuns e iniciaram um processo de gentrificação dos espaços costeiros, onde as populações locais afroindígenas foram periferizadas novamente.

No final da década de 1990, quando passei a experenciar Natal, como moradora emigrada do interior agreste, tinha 12 anos de idade. Antes disso vivia — era criada — em São Paulo do Potengi, na terra do rabequeiro Fabião das Queimadas, homem negro que comprou sua alforria e a de sua família a partir do que conseguia apurar apresentando sua arte.

É possível que se acredite que a escravidão tenha sido um tema alheio à nossa história e que a experiência de vida da pessoa afro-potiguar não seja afetada por racismos estruturais cotidianamente. Somos de uma terra em que o levante étnico comumente se nomeia afroindígena, onde se afetam a morenidade e o ser caboclo, entre outras identidades em construção e disputa. Nesse lugar, ser uma pessoa negra de pele escura significa muitas vezes não ser daqui. “Você é baiana?”, “Você é do Rio de Janeiro ou de Pernambuco?” ou “Você é da Guiné Bissau?”, de forma que os estereótipos de negritude e pertencimento ainda apontam para outros territórios.

Vou contar um ‘causo’ daqui de perto, falando de mim e dos meus, para que entendam um pouco mais desse lugar. Um pedaço da realidade eu herdei do meu avô materno, Paulo Mariano, negro, índio, trabalhador rural, que cuidava das terras alheias no Vale do Potengi, as quais foram abandonadas em algum declínio do ciclo econômico regional, provavelmente, do algodão. João Avenerável Pimentel — o João Pequeno — era um fazendeiro rico e branco, patrão do meu avô. Ele dizia que Paulo Mariano era “um negro de alma branca”, um negro honesto. Paulo Ferreira Campos, nascido em 1918, era neto de dona Mariana, esposa de Joaquim, todos o chamavam de Paulo Mariano por causa da sua avó. No dia em que foi fazer o seu título de eleitor, o tabelião e dono do cartório, Dinarte Paiva de Carvalho, disse-lhe: “Que é isso Paulo? Que história de Paulo Ferreira é essa? Ninguém te conhece como Paulo Ferreira, teu nome é Paulo Mariano.” Assim, nasceu em minha casa a linhagem dos Mariano, os netos e bisnetos de seu Paulo.

Dona Mariana, antes uma menina indígena — o grupo étnico do qual fazia parte ainda não consegui identificar — foi caçada no mato junto a sua mãe. Elas foram postas em um cativeiro e sua mãe, insubmissa, não comeu nem bebeu durante três dias, vindo a falecer por fome de liberdade. A menina, ainda criança, comeu e bebeu, e também insubmissa, sobreviveu. A menina

era Mariana, avó do meu avô Paulo. Há um sopro de história ainda para mergulhar, que fala de uma família branca que caçava gente nativa no mato, no interior do Rio Grande do Norte, e as colocavam dentro dos domínios familiares para o serviço da casa e dos corpos, tais mulheres se tornaram cumeeiras de gerações. Dona Mariana pariu sua filha e logo maternou meu avô. Ela nomeou várias gerações que se seguiram.

Ao longo da sua vida, meu avô Paulo foi tratado como homem negro, mesmo que a história aponte para sua ancestralidade indígena, porque a leitura que fizeram dele — ignorando sua ancestralidade expropriada — esbarrava sempre no escuro da sua pele.

Minha avó materna se chamava Maria Celsa, era esposa de Paulo, uma lavradora humilde de pele branca e olhos gateados. O casal teve então filhos brancos e negros. Minha mãe, nascida branca, dizia-me que: “quando queriam dizer que a gente não era submissa, chamavam das neguinhas de Paulo Mariano”, como forma de menosprezá-las, ainda que fosse pela negritude de seu pai.

No fim das contas, minha mãe se casou com um homem afro-gaúcho e eu nasci no RN, escura e crespa. Minha metade potiguar é, então, agreste, de sotaque rítmico e seco, pois somos um dos estados brasileiros que não construíram sotaques profundamente chiados (uma herança portuguesa e

mais acentuada em cidades que vivenciaram a experiência de capital nacional, morada real, imperial e republicana). Nós aqui dizemos um “d” capinado, de capoeira limpa. Nosso “p” se expande piado e esse é o estalado da nossa fala potiguar. Todas essas memórias de família são renovadas quando reflito sobre experiências de ser afroindígena potiguar.

Esta escrita é um exercício quase sensitivo, de revisita, algo que tem sido recorrente neste ano pandêmico. Para mim, o despertar sobre as problemáticas em torno das negritudes e os estudos sobre ancestralidade negra — para além da vivência de mulher negra — ocorreram quando conheci os movimentos negros de meados dos anos 2000, fundamentais para a promoção de aprendizados sobre a temática étnico-racial e para o fortalecimento da população negra potiguar, com a presença contundente das comunidades quilombolas organizadas.

Em março de 2006, aconteceu o II Encontro Estadual de Comunidades Quilombolas, um evento que acompanhei como estudante pesquisadora, onde conheci moradores da comunidade de Coqueiros e iniciei, então, minhas pesquisas. Um ano depois, em março de 2007, consolidava-se um marco institucional para a negritude potiguar quando houve a criação da Coordenadoria de Promoção de Políticas de Igualdade Racial (COEPPIR), com a finalidade de

elaborar e monitorar a implantação do Plano Estadual de Igualdade Racial (FREIRE, 2012; MOREIRA, 2007).

Uma das mulheres com atuação perene nos movimentos negros é Giselma Omilê que já atuava como militante naquele período e atualmente está ocupando o lugar de coordenadora estadual da COEPPIR- RN. Priscila Oliveira, mulher negra do Norte do país e criada no RN, mãe de um menino autista, o Piero, diz que foi com as conferências de mulheres, juventude e igualdade racial, que começou a compreender a importância de se assumir e se reconhecer como negra, assim como de discutir esse racismo velado. Tendo nascido numa família de brancos diz que não tem traços fenotípicos tão marcados. Priscila se definia como “morena, uma negra de traços finos” e começou então a compreender que esse discurso está enraizado no próprio racismo. “Eu começo a ter essa compreensão quando eu tenho esse acesso, com a COEPPIR.” Na época, os mesmos movimentos me impactaram e redirecionaram minhas questões a ponto de me mudar para Salvador, Bahia, em 2016, onde me dediquei a novos estudos sobre a afrodiáspora.

Devolvida pela força das situações do meu estado, no mês de março de 2020, estando mais perto de casa, ouvi histórias, escrevi sobre ancestralidades, revolvi os baús de memórias dos meus pais, poetizei. Revisitei também as

minhas primeiras pesquisas realizadas durante a graduação em Ciências Sociais e as do mestrado em Antropologia Social, realizadas na UFRN, e concluídas em 2007 e 2010, respectivamente. Resolvi, então, reconhecer as terras de ‘poti’ novamente, a partir dos olhos de outras mulheres que tinham fios de pertencimento parecidos com os meus e que ressignificam suas trajetórias mediante seus afazeres cotidianos, trabalhos, criações artísticas e ações políticas.

Minha preocupação tem sido, então, observar como as mulheres negras têm reconstruído uma representação para o RN a partir de suas próprias perspectivas; e tento me alimentar dessas experiências para poder visualizar novos caminhos de compreensão e ação como mulher, mãe, intelectual negra e militante. Tudo o que nós fomos e acessamos nos direcionou para o nosso presente, os ‘causos’ de nossos pais e avós, a literatura, a arte e as formas de fazer política aos quais tivemos acesso. Então, olhando para o agora, problemático, atípico, pandêmico, encontramos fortes movimentos de resistência e ressignificação da realidade.

Embora já tenhamos maior presença no universo acadêmico, esse ainda é um lugar que nega nossas narrativas e subjetividades. Nele, encontro-me com Maiara Juliana, a historiadora carioca, criada no Rio Grande do Norte. Uma

mulher preta, neta de dona Maria, ex-empregada doméstica nas casas da elite do Rio de Janeiro. É filha de Marli Ribeiro, mulher preta, pedagoga, sendo a primeira da família a possuir ensino superior completo. É também mãe de Sofia Valentina, uma menina preta de quatro anos de idade. Durante o isolamento social, atuou em várias produções intelectuais que tem como objetivo a produção de conhecimento para o fortalecimento da população negra. Maiara é uma das coordenadoras do projeto Feminismos em debate, e, durante a quarentena, organizou aulas públicas abertas, ministradas para um público composto por: discentes secundaristas, de graduação; por professores e professoras; e pesquisadores e pesquisadoras. Teve como objetivo trabalhar as obras de escritoras pretas: Lélia Gonzalez e a Patrícia Hill Collins. Em alusão ao dia 25 de julho, dia internacional da mulher negra, latino-americana e caribenha, o projeto fez uma breve pesquisa sobre algumas mulheres negras com atuação no estado do Rio Grande do Norte, de modo a divulgar os seus trabalhos.

Dedicou-se ainda a escrever sobre feminismos negros e também participou da fundação da revista virtual Mulheres do Fim do Mundo, um espaço de escrita, intervenção pública e diálogos voltados para mulheres, “falando a partir de diferentes lugares sociais, de identidades plurais, como mulheres que

vivenciam os problemas do sul global sob os efeitos do patriarcado, da colonialidade, do racismo e do sexismo". Quando Maiara se apresenta, sua avó, mãe e filha vem antes de sua formação acadêmica, ela se reconhece coletivamente.

A simbologia da Sankofa também ecoa na voz de Clara Pinheiro, em seu disco Volte e Pegue, lançado no segundo semestre de 2020. Com sua poética, a cantora natalense aborda as nuances de ser mulher negra morando em uma região periférica da cidade de Natal, partindo de reflexões sobre sua família formada por mulheres, imagem que orna a capa do seu disco. Ela também trata do pertencimento étnico de mulheres negras de pele mais clara e traços negróides, uma demanda bastante presente no contexto potiguar, como podemos escutar na primeira faixa intitulada Negra, que, em exercício criativo reflexivo, diz sobre ela mesma: "Clara negra pele, negra pele Clara, Clara de alma negra, de alma negra Clara", em uma performance vocal que torna a experiência de ouvi-la em algo único. Na canção Mesmo, traz também a temática do apartheid social e étnico da nossa cidade, quando diz:



**Porque não sou santa, sou vira lata, não
me misturo com a sua laia mesmo (...)**

**Porque não sou santa sou vira lata, só
me misturo com a minha nata mesmo.**

Eu sou do gueto, sou da favela.

(PINHEIRO, 2020)

Clara se questionava se era prudente fazer lançamentos enquanto havia tanta gente passando dificuldades, morrendo aos montes, chegou a adiar a agenda, mas o processo se fortaleceu, foi a público e ecoou. No mesmo disco, Volte e Pegue, gravou a canção Novas Formas, de Marília Negra Flor (Iyalê), em parceria com a rapper potiguar Pretta Soul, que diz:

Eu digo às pretas, venham pra cá, nós
precisamos começar novas formas de amar.

Tranquiliza-te e reconstrói
Esse sistema pouco a pouco nos destrói,
e não merece não o adoecimento das mentes
pretas, nossas mães e seus lamentos.

(IYALÊ, 2020)

Iyalê canta sobre Ifé Onã, o caminho do amor. Também pedagoga, desenvolveu um trabalho de muita sensibilidade sobre tornar-se “pedagopreta”, trabalho no qual apresenta uma proposta metodológica de ensino-aprendizagem para professores negros educarem crianças negras e brancas. Sua proposta pretende “possibilitar às crianças negras um ambiente seguro e acolhedor

As relações inter-raciais têm sido para ela uma questão importante como artista e educadora negra, vinda, assim como eu, de uma família mestiça, onde brancos e negros são, muitas vezes, irmãos dentro da mesma casa. Diante disso, resta-nos a palavra a ser dita, lapidada, refletida e dialogada, que diz:

Nutridos de afeto, carinho, de referências positivas sobre quem somos, ficamos mais seguras para nos aprofundarmos e nos relacionarmos mais com nossa negritude, sabemos o quanto a luta contra o racismo, bem como a própria existência enquanto pessoa negra afeta a nossa saúde emocional e segurança afetiva, mas quanto mais trabalhamos esses aspectos ficamos mais fortalecidas para transformarmos nossas dores e carências em força para lutar, é nesse momento que podemos percorrer o “Orí Onã”, aproximar as crianças da nossa história, cultura; desmistificar a nossa religiosidade; torná-las conscientes do processo histórico que passamos e da nossa luta para romper com o modelo que nos é imposto. (XAVIER, p. 10, 2019)

Orí Onã — o caminho do conhecimento — permitiu força para Iyalê lançar durante a pandemia um single chamado Se fecha branquitude, em que dialoga com a branquitude potiguar, que não poupou polêmicas, criatividade ou trabalho colaborativo. Ela nos diz que “ser preta e nordestina [nos] prepara pra batalha”:

*Meu sorriso minha arte ninguém pode derrubar
Minha fé o meu axé pode até te incomodar
Nasci preta e nordestina e não vim só a passeio
Se fecha branquitude, eu já tô de saco cheio.*

(IYALÊ, 2020)

Pretta Soul (Jéssica Maiara) trouxe Poder Preto, um single que estreou em julho de 2020. Por meio das suas letras ouvimos sobre a experiência de pessoas periferizadas, racializadas. Chama a atenção para as dificuldades das pessoas “‘de pele escura’ aos olhos dessa sociedade racista”:



*Não escolhi ser negra, foi presente
Mas se tivesse que escolher
Seria negra novamente
(PRETTA SOUL, 2020)*

A poética, subjetividade e perspectivas de ancestralidade dessas e de outras pretas têm ecoado entre nós. O que essas mulheres estão nos dizendo? Uma resposta possível vem de Rosy Nascimento (2020), que reivindica visibilidade e respeito dizendo que “a arte potiguar é negra e indígena”. Quando comecei essa nova jornada em terras potiguares, a conheci a partir dos trabalhos nos

quais questiona os marcos recolonizadores na arte e literatura potiguares. Ela se pergunta: “E eu não sou escritore?”. Assim se chama o artigo em que são apresentadas doze autorias para diversificar as cores e os gêneros na literatura potiguar. Rosy Nascimento se apresenta como cineasta, produtora audiovisual, pesquisadore e escritore potiguar. Ela constrói um coletivo de cinema negro, o Mulungu Audiovisual, e acredita que a literatura e o cinema são dispositivos importantes para a garantia, a manutenção dos direitos e para a construção de uma imagem afirmativa das comunidades indígenas, negras e LGBTQIA+. Diz ainda que, em 2020, iniciativas que dialogam com as Artes e Cultura também foram fundamentais para a manutenção do sentimento de união racial, apesar do distanciamento.

Seguindo com o objetivo pessoal de investigar as autorias racializadas do estado e, a partir disso, promover um espaço cultural voltado à valorização e divulgação dessas autorias, Rosy Nascimento propôs o Sarau Preticêncio, em formato de lives, no aplicativo Instagram, durante a programação do Julho das Pretas, solidificando essas reflexões. Ela conta que apesar de existirem coletivos e iniciativas com mais tempo de duração, o coletivo feminista As Carolinas fez parte do seu processo de reconhecimento identitário a partir de 2016; e foi um espaço afetivo para aterramento de raízes.

Na década de 2010, o perfil organizativo dos movimentos negros em Natal se reconfigurou a partir do surgimento de coletivos negros.

Construímos, com o auxílio de diversos braços, espaços coletivos alinhados as nossas lutas, crenças e tempo. Como é o caso das iniciativas artísticas, no Rio Grande do Norte, a primeira nação de maracatu de Natal, a Nação Zambêracatu; o Movimento Cultural Nossos Valores, que promove a inclusão social de crianças e adolescentes, no bairro da Redinha, utilizando a arte, a cultura e a educação como elementos de transformação e criação de uma nova cidadania; o Festival Mungunzá, dedicado à divulgação e celebração da música negra potiguar; o coletivo de cinema negro Mulungu Audiovisual; o Cineoka!, voltado para exibição e debate do cinema indígena, que ocorre na área de preservação indígena Gamboa do Jaguaribe; o grupo de estudos em danças africanas Jahi Afrocentricity; o Coletivo Independente Dependente de Artistas (CIDA), também engajado no exercício da dança; o Projeto Literafro, voltado para a promoção da literatura periférica/marginal do

RN; os coletivos feministas Negras de Periferia e as As Carolinas; o Coletivo Viramundo Potiguar, que fomenta arte e a educação básica no Passo da Pátria; o Quilombo Flor de Milho, coletivo afrocentrado de artistas-pesquisadoras; O Quilombo Raça e Classe, dedicado à construção, organização e articulação do Movimento Negro no Brasil; o Ninho de Guabiru, coletivo artístico, cultural e político que articula as suas discussões em torno da interseccionalidade, envolvendo debates sobre raça e sexualidade, a partir das vivências negras/indígenas e LGBTQ de seus componentes; o Guapo, coletivo de produção artística e cultural com referências latino-americanas na busca por um resgate identitário; a organização de mulheres negras feministas Ajagum Obínrìn; a Coletiva Jurema Preta, que realiza estudos e debates sobre as relações raciais no Brasil a partir de autores negros e negras; o Movimento Indígena do RN, dentre os inúmeros grupos de break dance, slam, crew, capoeira, danças populares, e demais junteiros dedicados a circularidade criativa e fruição artística racializada existentes no estado (NASCIMENTO, 2020).

Houve uma diversificação e pluralização dos ‘protagonismos’ potiguares como podemos ver em diversas esferas das artes, da literatura e da intelectualidade no nosso estado e acreditamos que esse movimento tem reformulado profundamente as formas de representação da pessoa afro-potiguar, dando-lhe complexidade e permitindo-lhe pertencimento efetivo e afetivo — “faço quase tanto de botar no meu texto que pretas e pretos estão se amando”.

Também na esfera das políticas e gestões públicas temos ocupado espaços. Neste ano temos pela primeira vez em Natal uma candidata negra e periférica ao cargo de vice-prefeita, Tatiana Pires, habitante do bairro de Areia Preta. Ela nos disse que sendo mulher, negra e pobre nas articulações políticas tem sempre que provar sua capacidade e evitar, ao máximo, qualquer tipo de erro, que tem um peso diferente sobre as mulheres pretas — um aprendizado que veio das orientações de sua mãe. Nos últimos anos, Tatiana tem notado o aumento da auto identificação racial da população negra, que “nos anos 80 a gente era moreno, era uma questão cultural, mas a cultura a gente muda, cabe a nós enquanto indivíduos, enquanto sociedade, fazer essa mudança necessária.” Tatiana pontua, ainda, a importância da educação para a igualdade étnico-racial dentro do ambiente escolar.

Além dela, este ano temos algumas outras candidatas negras pleiteando

espaços na Câmara Municipal, o que tem mudado o tom da campanha política. A diversidade tem deixado de ser um discurso figurativo para ser vivificado por peles escuras e cabelos crespos em campanhas feitas nas ruas, nos pontos de ônibus, dentro dos transportes públicos, com candidaturas coletivas de mulheres. Os ritmos e composições estão ritmados pelo brega funk e pelo rap, apresentando uma nova estética, cuja diferença se nota nos tradicionalismos oligárquicos do nosso estado.

Tatiana Pires diz que essa eleição atípica tem sido uma oportunidade de reformular a política e percebe que muitas pessoas ainda não sabem como se comportar. Enquanto mulher negra nesse cenário, ela tem se preocupado para que as mulheres estejam ativas dentro dos partidos, construindo pautas de campanha, traçando coletivamente os rumos, e não apenas ocupando espaços subsidiários, preocupadas com o seu fazer político de fortalecer o funcionamento dos equipamentos públicos necessários à qualidade de vida de tantas mulheres negras chefas de família.

Essa questão estava presente na fala de Giselma Omilê que, em sua atuação na COEPPIR, durante a quarentena, percebeu que ao mesmo tempo em que dialogava no sentido da importância do isolamento social, notava a realidade da escassez de recursos que se fazia presente, na medida em que as pessoas

negras que estão em situação de vulnerabilidade ou não tinham renda ou não conseguiam subsistir a partir da informalidade profissional, sendo assim, a primeira demanda recebida por ela foi a segurança alimentar e nutricional, com a distribuição de cestas básicas.

A partir do Programa RN Mais Unido a coordenadoria pôde fazer o acompanhamento das entregas de cestas alimentícias, álcool em gel e máscaras nas comunidades quilombolas, indígenas, comunidades periféricas, ranchos ciganos e povos de terreiro. Em seguida, estava a questão da saúde pública, com a disseminação de informações sobre proteção e identificação de sintomas apresentadas pela mídia e a dificuldade das comunidades em terem acesso às testagens para diagnóstico da Covid-19. Giselma diz que o convívio com o doméstico ficou muito mais intenso por termos que estar constantemente no mesmo espaço dando conta de tarefas distintas. “Essa coisa é colocada para a gente: de que conseguimos fazer mil coisas ao mesmo tempo, mas eu não sei se é isso não, acho que é a própria estrutura que nos força (...) Na pandemia nós ficamos muito mais sobrecarregadas enquanto mulheres negras.” (Giselma Omilê, em entrevista realizada em novembro de 2020). E então, ao voltarmos para casa, ainda somos mães. Giselma diz que “não tem outro caminho, para pensar a autonomia da vida das mulheres, que não seja

por meio do funcionamento das estruturas públicas que funcionam e que consigam dar resposta para a vida das mulheres, e das mulheres negras” (Giselma Omilê, em entrevista realizada em novembro de 2020).

Com Priscila Oliveira (2020) aprendemos sobre outros desafios não tangíveis à maioria de nós. Ela diz “o meu ativismo é diário na minha vida.” Militante na área em prol das pessoas com deficiência, é uma das coordenadoras do Movimento Independente Pró- Autismo (Movipa). Ela conta que para enfrentar a pandemia utilizou o mecanismo das lives, em que pessoas com deficiência e profissionais da área eram ouvidas, em busca de levar conscientização e debater algumas violações de direitos. Enquanto mãe atípica, vivendo uma época na qual o toque é ainda mais difícil, fala de como a ineficiência dos equipamentos públicos pressiona ainda mais as batalhas cotidianas:

São lutas constantes. Talvez quando voltarem as aulas das escolas públicas nós não possamos voltar ou eu não me sinta à vontade para voltar, porque meu filho é sensorial, ele lambe as coisas, ele deita no chão, ele precisa sentir o calor, ele precisa sentir o chão, ele precisa se deitar (...) Meu filho não tem problema, quem tem problema é a sociedade que não comprehende o que é diversidade, e é muito similar à questão da pessoa com deficiência (Priscila Oliveira, em entrevista realizada em novembro de 2020).

A condição da família com uma criança autista, sensorial, somada aos racismos cotidianos, tornou a experiência de transitar e permanecer no espaço público algo ainda mais adverso. “Tivemos algumas regressões, tivemos algumas conquistas, o que a gente faz? É respirar, um dia de cada vez, e com qualidade de vida, o máximo que a gente puder.” (Priscila Oliveira, em entrevista realizada em novembro de 2020)

O que muda para nós ‘pretes’?

Estou sempre ‘atente’ ao exercício do olhar sensível sobre o mundo, de modo a ampliar referências e atuar colaborativamente cada vez mais em projetos e iniciativas. Acredito que exista uma dificuldade colonial de atuar em coletividade, que, cotidianamente, é questionada por pessoas e grupos que investem nessa forma de atuação social. O futuro está sendo remodelado pelo presente, e a conquista é o direito diário do bem viver (NASCIMENTO, 2020)

Olhando para o Rio Grande do Norte hoje, à luz de seus movimentos negros, sinto-me aquilombada. O enfrentamento à crise da Covid-19 foi mais efetivo para nós porque tivemos antes uma caminhada de fortalecimento, com

destaque para a liderança das mulheres negras, em vários aspectos, e foi o que permitiu que muitas de nós identificássemos e reconheçêssemos a potência de suas ações voltadas para um coletivo, o que tornou possível reagirmos juntas e, por isso, com maior potência. De acordo com Abdias do Nascimento (2019)

Quilombo não significa escravo fugido. Quilombo quer dizer reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial (...) Os quilombolas dos séculos XV, XVI, XVII, XVIII e XIX nos legaram um patrimônio de prática quilombista. Cumpre aos negros atuais manter e ampliar a cultura afro-brasileira de resistência ao genocídio e de afirmação de sua verdade (NASCIMENTO, p. 290, 2019).

Estamos reconstruindo a representação que se tem de nós dentro do estado do Rio Grande do Norte a partir de cada ocupação, da contestação da historiografia oficial e das heranças de expropriação, do exercício de encontrar nosso lugar identitário, como muitas dizem, e onde também me reconheço como afroindígena. Temos a compreensão de que precisamos estar atentas e nos cuidarmos para que outras Marianas — nossas riquezas ancestrais — não sejam mais caçadas no mato e expropriadas de suas raízes.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Maíra S. de L. “**É a luta da gente!**”: juventude e etnicidade na Comunidade Quilombola de Capoeiras, RN. 2012. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

IYALÊ. Novas formas. In: PINHEIRO, Clara. **Volte e Pegue**. São Paulo: Tratore. 2020. EP.

IYALÊ; SOUL, PRETTA. **Se fecha branquitude**. 2020.
Disponível <<https://open.spotify.com/artist/5XgqaDcBm4bi2Q95rbNbJ2>>. Acesso em: 08 abr 2021.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: N-1 edições, 2018. 80 p.

MOREIRA, Stéphanie C. P. **Antropologia das mediações**: um estudo sobre trocas, tensões e hierarquias em Coqueiros, Vale do Ceará Mirim. 2010. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

NASCIMENTO, Rosy. **A arte potiguar é negra e indígena**.
Disponível em: <<https://medium.com/@rosydnascimento/a-arte-potiguar-%C3%A9-preta-e-ind%C3%ADgena-2c57f67dae71>>. Acesso em: 19 maio 2020.

_____. **E eu não sou escritore?**

Disponível em: < <https://medium.com/@rosydnascimento/e-eu-n%C3%A3o-sou-escritore-8a666328db0> >. Acesso em: 19 de ago 2020.

PINHEIRO, Clara. Mesmo. In: PINHEIRO, Clara. **Volte e Pegue**. São Paulo: Tratore. 2020. EP.

SILVA, Maiara Juliana Gonçalves da. **Black is King, apesar da Lilia Schwarcz**. ISS/ISBN. Natal: UFRN, 2020.

_____. Entrevista com Elza Soares, 2020 (Programa de rádio/TV).

_____. Revista Mulheres do Fim do Mundo. Disponível em: < <http://www.mulheresdofimdomundo.com/> >. Acesso em: 2020.

SOUL, PRETTA. **Poder Preto**. 2020.

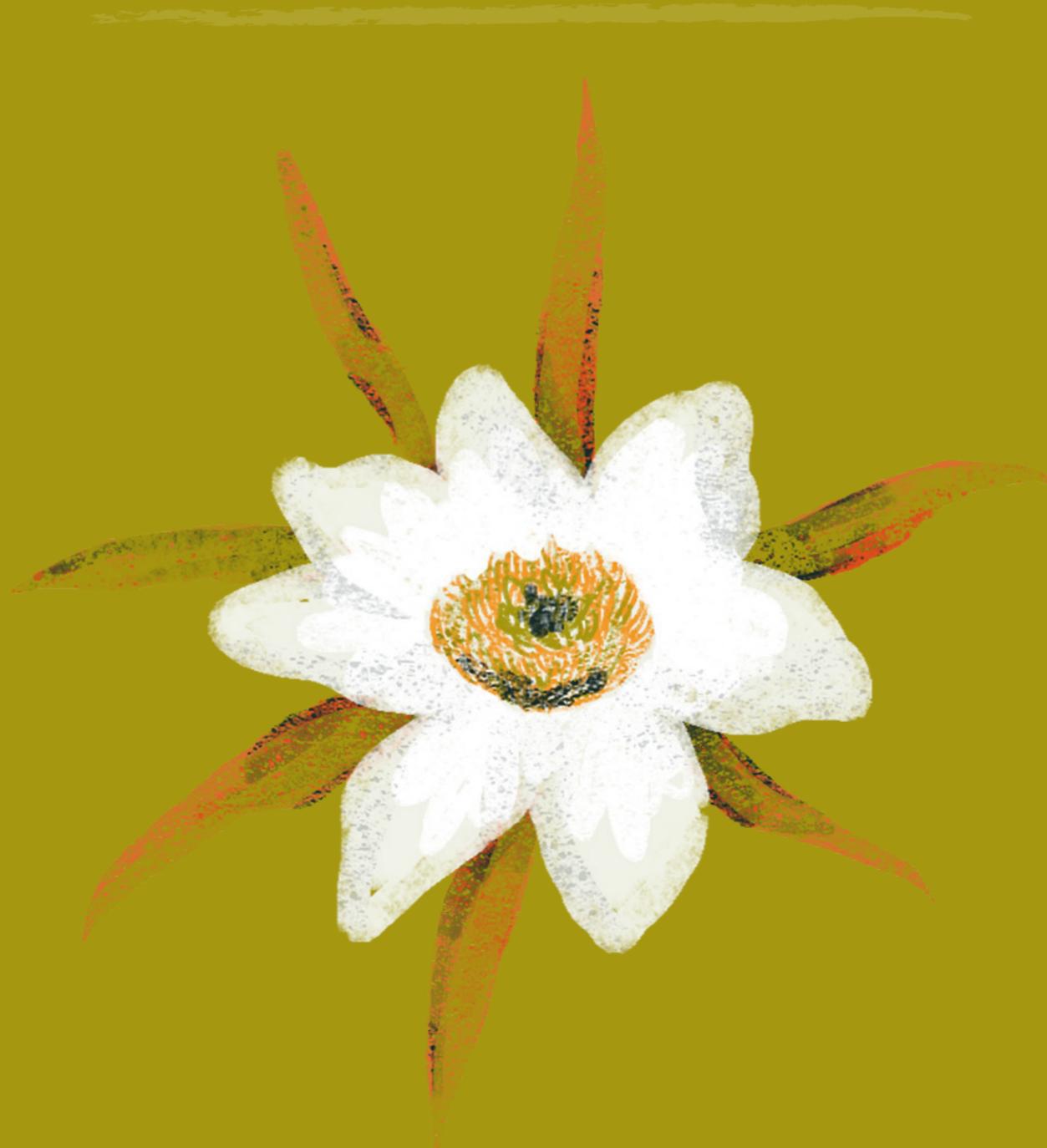
Disponível em: < <https://pantim.com.br/conheca-a-nova-musica-da-prettapoder-preto/> >. Acesso em: 08 abr 2021.

XAVIER, Marília Farias. **Pedagopreta**: escrevivência de uma mulher-negra-educadora na construção de uma etnopedagogia. 2019. TCC.

Tempos de atravessar

Eu, mulher negra, movo-me
sem cessar

Yérsia Souza de Assis



(...) Se queres embarcar nesta viagem, não
esqueça o fardo que gerações te legaram,
passaporte de alegrias e dores,
sem flash e sem rosto,
Se queres embarcar nesta viagem, deixe
rolar as pedras
inofensivas no tempo, marcas do teu existir.
(NASCIMENTO, 2018, no texto “Anos 60”)

1

EMBALADA PELOS VENTOS: VOU ME MOVENDO

Escrever é um ato de colocar em palavras, frases e parágrafos os sentidos para elaborações reflexivas. A escrita está presente na humanidade desde os tempos remotos e é um instrumento fortemente associado à reflexão, à sabedoria, ao ato de pensar. Escrever e pensar são atos diretamente associados à razão. A razão se constrói como um campo denso, dinâmico e cheio de disputas, a ela é ofertado o lugar de ser uma máxima que conduz as ações da humanidade. Essas ações definem como nós, seres habitantes da Terra, nos comportamos ou não. Mas, nessa travessia do pensar, a quem foi ofertado o direito de raciocinar? De (de)ter a razão?

No jogo da formação social do mundo, especialmente após as viradas dos regimes coloniais e das inaugurações das modernidades (MIGNOLO, 2003), um lugar muito precário foi oferecido às populações não brancas, todas elas: negro-africanas, africanas-árabes, indígenas e asiáticas. Na conformação do mundo moderno, esses foram considerados os que não sabiam pensar ou pouco sabiam sobre esse ato/fato.

Dessas populações, a negro-africana sofreu por meio de diversos tipos de mecanismos e dispositivos que reforçaram e mantiveram perspectivas de que pessoas negras não sabem ou não podem pensar. Não poderia assim existir uma razão negra, um pensar negro. Essa afirmação, de um modo ou de outro, persiste de diversas formas, na África e nas diásporas. Contra isso, são muitos os levantes do pensar que são empreendidos desde o momento em que pessoas negras conseguem ter algum tipo de controle sobre suas narrativas, transformando-as em documentos escritos, valendo assim do mesmo dispositivo introduzido pelo colonizador, embora subvertendo e questionando a ordem das subjetividades reflexivas (e mesmo da escrita), como faz Fanon (2008). As lutas e disputas sobre a possibilidade da constituição de uma ordem negra do pensar são constantes, dinâmicas e figuram numa das principais lutas dos movimentos sociais negros pelo mundo, pois, essa luta se trata de educar os

povos pretos na África e suas diásporas. Nesse grande vendaval de lutas e possibilidades, trajetórias como as minhas se somam como um pequeno sopro para o grande vento de mudança, que é instalar, com cada vez mais força, o pensar negro e a razão negra por detrás disso tudo. Sendo eu uma jovem mulher negra nordestina, entendo que as minhas subjetividades, diante da construção do pensar e também da própria noção, partem de outro lugar, sou afetada por outros modos de narrar, de observar, de descrever, de sentir e de pensar, e isso não corresponde a um não lugar do pensamento, como ensina Gonzaléz (2018):

(...) muitas vezes é exprimido de maneira a considerar o nosso discurso, de mulheres negras, como uma forma de revanchismo ou de cobrança. Outro tipo de resposta que também denota os efeitos do racismo cultural, de um lado, e do revanchismo, de outro, é aquele que considera a nossa fala como sendo “emocional” (...) O modo mais sutilmente paternalista é exatamente aquele que atribui o caráter de “discurso emocional” à verdade contundente da denúncia presente na fala do excluído. Para nós, é importante ressaltar que emoção, subjetividade e outras atribuições dadas ao nosso discurso não implicam renúncia à razão, mas, ao contrário, num modo de torná-la mais concreta, mais humana e menos abstrata e/ou metafísica. Trata-se, no nosso caso, de outra razão (GONZALEZ, 2018, p. 75).

Trata-se, portanto, de outra razão, da nossa razão, que são plurais e diversas, heterogêneas nas reflexões e nos atos, mas, não por isso, desconectadas. Todas elas possíveis, e todas elas destinadas a oferecer mais e mais repertórios para as comunidades negras, possibilitando, por um lado, fortalecer perspectivas e, por outro, desconstruir os sentidos.

Desse lugar vou embalando os meus sentidos, vou me movendo para pensar, pensando nas travessias que acontecem em todos os momentos que qualquer mulher negra que se move faz. Somos filhas das travessias, e essas travessias nos preenchem e nos esvaziam na mesma medida que faziam os navios que se enchiam e se esvaziavam, atravessando o Atlântico com as nossas ancestrais. A nossa razão é pendular, assim como são as ondas de Yemanjá, que nos embalam e nos ensinam a avançar e a recuar, sempre observando a vastidão que é o mar, entendendo que fomos paridas durante esse atravessar.

2

VASTAS TRAVESSIAS

As travessias que acompanham as mulheres negras as colocam em uma série de encontros, desencontros, armadilhas e êxitos. Em boa parte dos momentos e movimentos é difícil considerar que esses atravessamentos, esses caminhos serão prósperos ou imbuídos de uma tranquilidade acalentadora. Nesses trânsitos vamos nos constituindo como pessoas, dotadas de possibilidades, de escolhas, e, por muitas vezes, encarando mais do que deveria ser permitido e menos do que o desejado. Nesses embalos vamos buscando formas de alcançar lugares, questionar sentidos e firmar posições. Procurando assim nos mover para pensar, para contribuir com os modos de raciocinar.

Como ensina bell hooks (2019) há sempre a necessidade de erguer a voz. Para ela, o ato de erguer a voz faz parte das possibilidades (especialmente para mulheres negras) de ter outros lugares, de desempenhar outras funções, de tornar, inclusive, a vida mais ativa, mais sentida ou mesmo querida. Erguer a

voz é garantir a possibilidade do não aniquilamento, como ela explica:

Para nós, a fala verdadeira não é somente uma expressão de poder criativo; é um ato de resistência, um gesto político, que desafia políticas de dominação, que nos conserva anônimos e mudos. Sendo assim, é um ato de coragem — e, como tal, representa uma ameaça. Para aqueles que exercem o poder opressivo, aquilo que é ameaçador deve ser apagado, aniquilado e silenciado (HOOKS, 2019, p.37).

bell hooks (2019) entende que para qualquer mulher negra que se empenhe em questionar o status quo, existe também por trás um ímpeto de coragem descomunal. A coragem de pensar faz criar outras forças (e formas) para habitar. Uma força, inclusive, que só é possível pelo legado ancestral. Afinal, qual povo — depois de tanta (e ainda) subjugação, opressão, supressão de direitos — consegue produzir, pensar, se reerguer e erguer a própria voz? Somos filhas e filhos dessa força, e somos, hoje, pela coragem e possibilidades dessas e desses.

Fortemente munida por essas coragens, escolhi trilhar um caminho que me movimentasse pelo pensar, já entendendo que muito iria enfrentar, mas, sabedora de que uma pujança de vidas ancestrais sempre me acompanharia. Resolvi erguer a minha voz a partir da educação formal, inspirada em minha mãe, Vânia Maria Souza de Assis, primeira de toda a família a cursar uma graduação em plena década de 80, e, antes dela, inspirei-me também em minha bisavó Joana Santos Souza, filha de escravos libertos, que viveu até os 100 anos, e que, ao ter ciência da educação, mudou-se de cidade para estudar e poder oferecer estudos aos seus filhos posteriormente. Ela contava que uma mulher que sabia ler e escrever não poderia ser dominada por ninguém. Hoje, faço um complemento ao pensamento dela: uma mulher que sabe ler e escrever, tanto não será dominada por ninguém como também poderá dominar tudo o que desejar.

A minha força ancestral me moveu para querer e desejar conquistar os espaços do pensar. Cresci vendo uma mãe professora atravessar uma vida para ensinar dentro e fora de casa, uma mãe que sempre teve brilho no olhar ao falar e atuar em prol da educação e das mudanças que ela pode ofertar. A minha mãe sempre diz: “quem não tem herança para herdar, precisar estudar”. Estudar para atravessar, para sair do lugar, para erguer a voz na perspectiva

de questionar. Tornei-me acadêmica com esse tipo de brilho no olhar. Fui para a universidade ciente de que fácil não seria estar e nem continuar lá, não seria fácil administrar a realidade de estar num lugar onde pouquíssimas pretas poderiam estar.

Essas travessias são vastas e profundas, requerem de mim, por um lado, vários tipos de fôlegos e, por outro, paciência. Desde a graduação até o doutorado foram (e estão sendo) tantos os processos, que às vezes se torna difícil elencar, e mais, às vezes assusta como se é (e foi) possível gerenciar tantos atravessamentos. De algum modo, ao escrever esse texto, rememoro aspectos da minha trajetória enquanto acadêmica negra; primeiro, em Sergipe, e, posteriormente, em Santa Catarina. Em Sergipe, cursei a graduação em Ciências Sociais e o mestrado em Antropologia.

Desde a graduação busquei me aproximar de discussões que pudessem me ajudar a entender as questões que me envolviam enquanto pessoa negra. E entender mais porque a comunidade negra brasileira era (e é) tão ausente nos espaços. É uma sensação que quase todas as pessoas negras têm, mas que eu gostaria de compreender a razão. Contudo, a grade curricular do meu curso (que ainda permanece muito semelhante àquela de quando ingressei em 2007) não se desdobrava em muitas discussões sobre as relações raciais

brasileiras. Considero clássica a grade curricular do curso de Ciências Sociais, pois privilegia uma historicidade teórica eurocêntrica. De modo panorâmico, poderia ser lida assim.

Nessa mesma graduação, não tive a oportunidade de estudar com nenhuma docente negra, e essa observação persistiu durante o mestrado e o doutorado. O confinamento racial no universo acadêmico (CARVALHO, 2003) é um espectro que acaba por atemorizar ainda mais o corpo discente não branco. Contra isso, e em favor das respostas que eu procurava, escolhi construir uma trajetória que me auxiliasse na perspectiva de alimentar as minhas questões por um lado e por outro, não me tornando ainda mais refém de uma perspectiva de ensino que não me oferecesse tantas respostas.

Assim, busquei me vincular a grupos de pesquisas, como o GERTS e o NEABÍ. Nesses espaços, passei a ler, estudar e pensar a partir de uma lente que privilegiava a categoria da raça e os seus imperativos, tanto no Brasil como em outras diásporas. No NEABÍ tive a oportunidade de ler textos de autorias africanas (de diversos países, como Angola, Moçambique e Senegal), acessar a textos traduzidos, e me aproximar de uma realidade que nem de longe circulava nos corredores, ementas e discussões do programa do meu curso de graduação. Esses espaços, suas obras e autorias funcionaram como acolhida e abraço

abraço negro acadêmico que eu não iria receber em nenhum outro lugar da UFS.

Essas provocações me conduziram para uma trajetória que me vincularia a pensar e articular teoricamente sobre as relações raciais no Brasil, com seus aspectos, dinâmicas, contradições e apagamentos. À medida que ia avançando na discussão, descobria pontos sobre a minha própria trajetória, a da minha família e também de como eu habitava no mundo, em Aracaju e seus muitos lugares. A estratificação da cidade ficou mais aparente, e as estranhas omissões sobre a negritude em Sergipe ficavam cada vez mais evidentes.

Dentre esses muitos pontos, escolhi estudar com mais atenção a política de cotas na UFS — implantada em 2010, e com vasta discussão iniciada desde 2006 —, pois queria entender esse movimento, que eu, de partida, já entendia como algo muito positivo para a universidade. Visto que, sempre considerei que a inserção de mais estudantes negras e negros iria proporcionar à universidade mudanças significativas de toda a ordem, inclusive nas epistemologias.

Para percorrer, desenvolvi meu trabalho de conclusão de curso sobre as cotas na UFS, fazendo um balanço comparativo do último ano da universidade, sem cotas, e o primeiro ano, com cotas. É surpreendente como os números se alteraram e como isso causou em mim uma alegria motivada por notar que

esses estavam sendo os primeiros passos em nome de uma reparação histórica na seara da educação superior pública brasileira.

Segui fortemente motivada em entender mais e mais sobre isso e, então, ingressei no mestrado em Antropologia, buscando fazer uma etnografia sobre os cursos de Medicina e de Direito e as relações entre cotistas e não cotistas. Deparei-me com uma universidade perversa com estudantes cotistas. Mesmo a minha pesquisa sendo questionada, no sentido de: quais rigores acadêmicos uma pesquisa realizada por uma mulher negra que pensava em cotas haveria de ter? Essas interpelações aconteceram mais de uma vez e me incomodavam. Às vezes, faziam-me parar para pensar sobre esse meu lugar incomum de pesquisadora, e essas situações se tornaram um capítulo (ASSIS, 2014), pois, o dilema do campo é também um dilema teórico, e mais um dilema de lugar de escrita acadêmica da mulher preta, especialmente porque somos essa vastidão de razões diversas a outra razão bem explicada por Gonzalez (2018). No doutorado, continuei motivada a discutir as ações afirmativas e os seus diversos efeitos no ensino superior, mas a condução ancestral, somada à oportunidade educacional, permitiu com que eu reelaborasse o meu projeto de pesquisa, e assim, realizasse uma investigação que colocaria Brasil e Angola em diálogos sobre a educação superior e suas dinâmicas de conhecimentos.

Considero que essa foi uma recondução ancestral, pois, minha tataravó foi uma criança escravizada vinda de Angola, cujo nome era Tamashalim Ecuonaker, que viveu como escrava e morreu liberta. Inclusive, foi ela que legou para a minha família paterna a obrigação e devoção de cultuar Santa Bárbara — Iansã —, mediante prática religiosa ou ritual que é cumprido anualmente na data específica da Páscoa. Essa festa também celebra a Abolição dos Escravos, e o seu marco data de 1888, perfazendo assim, 133 anos de história e resistência da festa do Samba de Aboio de Santa Bárbara, no povoado de Aguada, localizado no município de Carmopólis, Estado de Sergipe.

Certamente, foi também a minha tataravó que soprou os ventos necessários para que eu pudesse obter a oportunidade educacional de pesquisar em Angola, e retomar e retornar a esse lugar ancestralmente marcado para mim e para a minha família. Numa vasta travessia, pois, se a minha tataravó veio como africana escravizada, eu chego (ou retorno) a Angola como uma pesquisadora na modalidade de doutoramento. São vastas as travessias desses movimentos desde minha tataravó até mim.

Ao estar em Angola, vivendo em Luanda, fui atravessada de todas e variadas formas, durante a realização da pesquisa em uma universidade africana (Universidade Agostinho Neto, na Faculdade de Ciências Sociais) que me

ensinou a compreender com mais lucidez a importância de tomar a arena da educação em quaisquer níveis, mais precisamente no ensino superior, como um campo de disputa do qual não devemos mais nos retirar. Lá ressignifiquei aspectos que o Brasil elabora sobre a África, notando que há uma minuciosa organização midiática do que é representado como Brasil, e de como isso, em larga medida, descarta o Brasil afro-brasileiro, o Brasil, inclusive, de onde eu parti. As ambivalências e contradições são inúmeras, mas são importantes e podem ajudar ainda numa melhor compreensão sobre esses dois lados do Atlântico.

Digo que a diferença produz novos e diferentes sentidos, como, por exemplo, quando eu era interpelada: És brasileira? E eu contava que eu era brasileira, saída do nordeste do Brasil, estudante de uma universidade do sul do Brasil (Universidade Federal de Santa Catarina), afroreligiosa e com uma história genealógica associada a Angola. Dessa interlocução, também fui convidada muitas vezes a ouvir e saber mais sobre Angola, sobre Luanda, e assim, nessas conversas atravessadas, fui descobrindo aspectos sobre mim, do lugar e das pessoas, como um grande bailado de sopros e ventos, ora ancestrais ora do tempo presente.

Uma vastidão se abriu e me pariu mais uma vez em solo angolano, quando

ouvi: “és daqui, és nossa, teus antepassados são daqui”. Ainda não comprehendi com integralidade o que seria ser de lá. Se isso significava, por exemplo, não ser daqui ou se, em razão de ser daqui, é que posso também ser de lá, levando em consideração esse cordão marítimo (ou marital?) que envolvem Brasil e Angola. São vastas as travessias que me fizeram partir para retornar, numa relação dialética típica do mar, essa grande Kalunga que me faz e me fez habitar lá e cá.



3

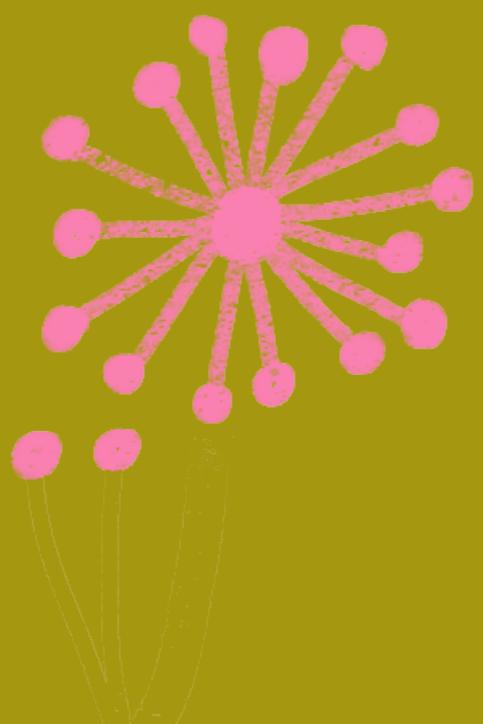
FORÇA PARA CONTINUAR A ATRAVESSAR...

Continuo fazendo travessias e esses movimentos também me colocam em um modo de habitar, de estar no mundo. Muitas são as descobertas e os descartes que tenho feito ao longo desta trajetória, que, em muitos sentidos, ainda está se iniciando, dando seus primeiros passos.

Ao pensar na escolha de narrar um pouco da minha experiência com a educação superior, sendo discente e pesquisadora em formação, entendo também que é importante me alimentar desta importância de estar e utilizar os dispositivos que a universidade me oferece, e a escrita é um deles. Como nos ensina hooks (2019), “é por isso que penso ser importante mulheres

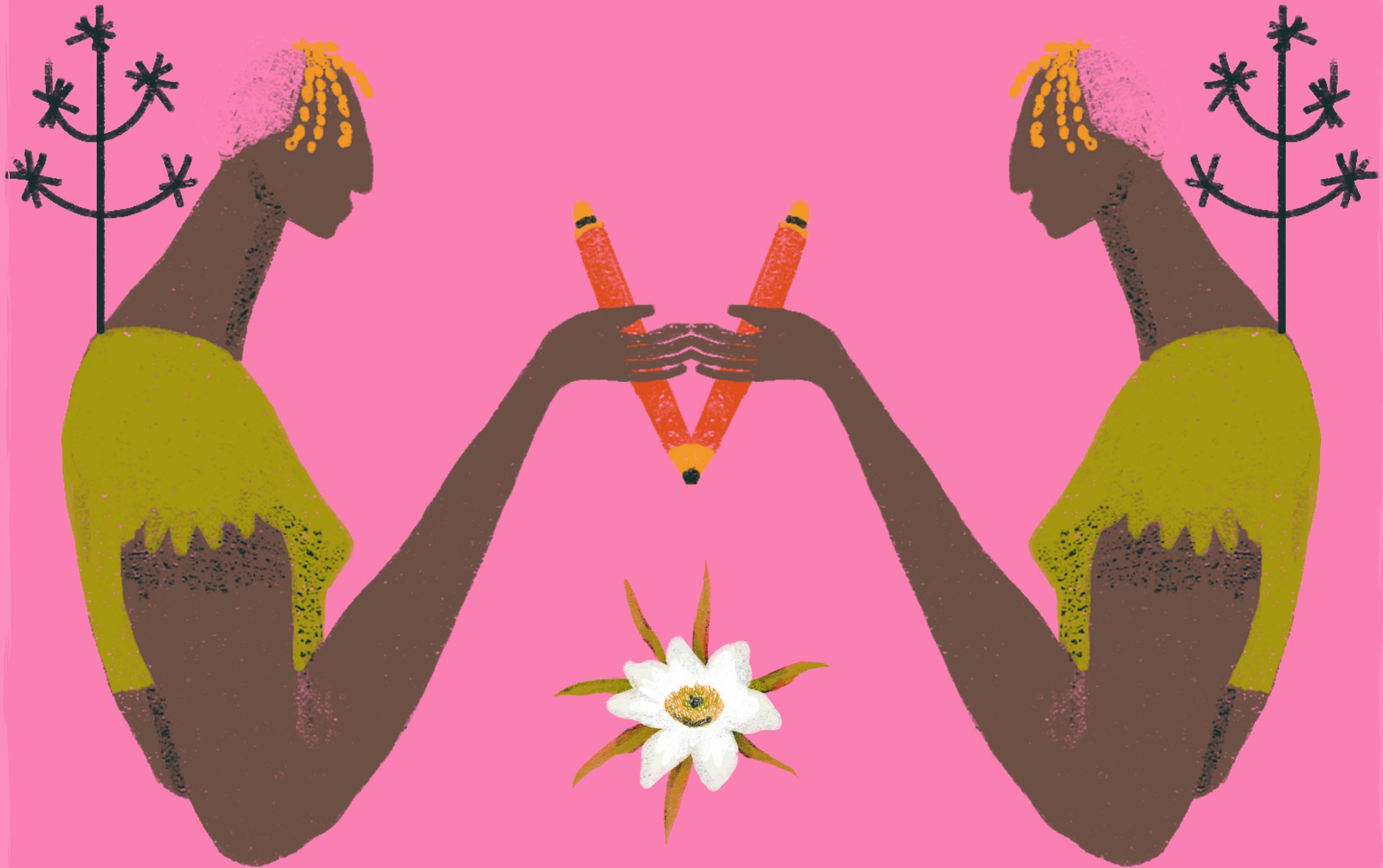
negras no ensino superior escreverem e falarem sobre as nossas experiências, sobre as estratégias de sobrevivência.” (HOOKS, 2019, p. 136).

Somos sobrevidentes por toda a nossa resiliência, e somos rebeldes porque não nos sujeitamos apenas a sobreviver, somos rebeldes para viver. Nesse sentido, considero-me sobrevivente em muitos aspectos, e vivente em mais outros. Terminar uma tese de doutorado em 2020, neste cenário de pandemia, é mais um desafio que as mulheres negras acadêmicas acumulam. Particularmente, ainda fui atravessada pelo falecimento do meu avô, em decorrência da Covid-19. Fiquei pensando assim, como me mover em tempos tão difíceis de atravessar? Como percorrer essas estradas que parecem querer só nos desestabilizar? A resposta está no mar, pois, somos transatlânticas (NASCIMENTO, 2018), e temos, assim, a força para navegar em qualquer lugar.



REFERÊNCIAS

- ASSIS, Yérsia Souza de. **A experiência das ações afirmativas na Universidade Federal de Sergipe:** os cursos de Direito e Medicina. 2014. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão.
- CARVALHO, José Jorge de. O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro. **Revista USP**, n. 68, 2006.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.
- GONZALEZ, Léila. **Primavera para Rosas Negras:** Léila Gonzalez em primeira pessoa. São Paulo: Filhos da África. 2018
- HOOKS, bell. **Erguer a voz:** pensar como uma feminista, pensar como negra. São Paulo: Elefante. 2019
- LOPES, Nei. **Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana.** 4. ed.. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- MIGNOLO, Walter D. **Histórias Locais / Projetos Globais:** colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- NASCIMENTO, Maria Beatriz. **Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual:** Possibilidade nos dias da destruição. São Paulo: Filhos da África, 2018.



MINIBIOGRAFIA DAS AUTORAS



KIKA SENA

Alagoana enraizada no Distrito Federal e atual moradora de Rio Branco, Estado do Acre. Kika Sena é arte-educadora, atriz, escritora, poeta, performer, pesquisadora da voz e da palavra em performance. É ex-aluna do Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da Universidade de Brasília.

Lançou, o livro *Periférica*, em 2017, pela Padê Editorial, antecedido por *Marítima*, 2016, publicação independente. Sua publicação mais recente, também de forma independente, é a zine *Subterrânea*, de 2019. Também em 2019, dirigiu o espetáculo *Transmitologia* (DF). Atualmente, integra a Coletiva Teatral ES Tetetas, com sede localizada em Rio Branco.



Professora da Unilab-CE, é membro dos colegiados de Antropologia e Humanidades; doutora e mestre em Ciências Sociais e Antropologia, respectivamente, pela PUC-SP; graduada em Pedagogia, pela UNEB; coordenadora do AZÂNIA — Grupo de Estudos e Pesquisas; vice - coordenadora do SEPIR da Unilab; membro permanente da Comissão de Acompanhamento de Estudantes Indígenas e Quilombolas, da Comissão Permanente de

Verificação de Autodeclaração de Pretos e Pardos, e da Comissão Recursal de Heteroidentificação.

Joanice é autora do livro *Irmandade da boa morte e culto de Babá Egum: masculinidades, feminilidades performances negras*; e organizadora do livro *Masculinidades e Feminilidades como estratégias de poder*. Escreveu diversos artigos relativos ao gênero, à religião, à educação, ao racismo e às relações raciais, dentre outros. Tem interesse nas temáticas: antropologia das populações afro-brasileiras; identidades; mulheres negras; rituais; gêneros; sexualidades; masculinidades; feminilidades; religiões; quilombo; relações raciais; Teoria Queer; e educação.



FRANCISCA SENA

Educadora popular, assistente social e mestra em Políticas Públicas e Sociedade pela Universidade Estadual do Ceará. Atualmente, trabalha como especialista em Gênero e Raça/Etnia, no Projeto de Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades (Projeto Paulo Freire), desenvolvido pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará.

Faz parte do GT de Equidade de Gênero dos projetos apoiados pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) no Brasil. Desde 2004 integra o Instituto Negra do Ceará (INEGRA), uma organização de mulheres negras feminista, antirracista e anticapitalista. Entre 2012 e 2013, morou no Norte de Moçambique, atuando no campo dos direitos das meninas e das mulheres e, em 2015, desenvolveu trabalhos em várias regiões daquele país na mesma área. Tem experiência na área de Serviço Social, atuando principalmente com os seguintes temas: relações de gênero e patriarcado; racismo; encarceramento em massa; políticas públicas; convivência com o semiárido; e movimentos sociais.



ZICA PIRES

Mulher preta, quilombola do Território Quilombola de Santa Rosa dos Pretos, situado no município de Itapecuru-Mirim, no estado do Maranhão, educadora popular e coordenadora do coletivo AAQ (Agentes Agroflorestais Quilombolas).



DANIELLE DE LUNA

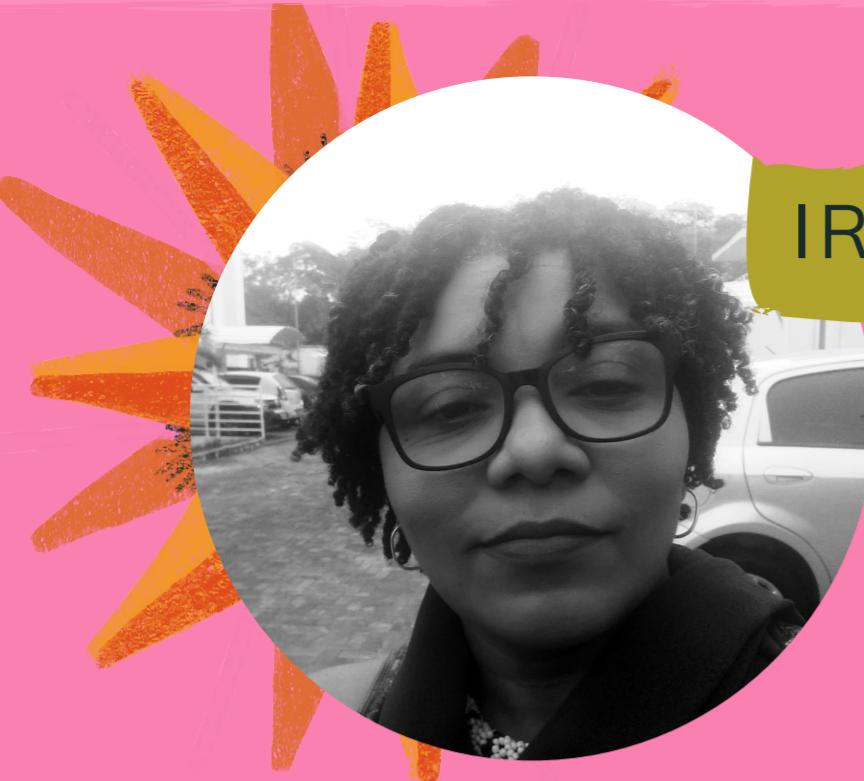
Danielle de Luna e Silva é professora de Literaturas em Língua Inglesa na Universidade Federal da Paraíba. É doutora em Letras pela mesma instituição e coordena o projeto de pesquisa em Literaturas Afro-diaspóricas: escritoras afro-brasileiras e afro-americanas, voltado para literatura e crítica literária de mulheres negras no Brasil e nos Estados Unidos.



DENISE BOTELHO

Professora associada ao Departamento de Educação (DED) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Docente - orientadora do Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades (PPGECI-UFRPE/FUNDAJ), atua nas linhas de pesquisas: movimentos sociais; práticas educativo-culturais e identidades; e políticas, programas e gestão de processos educacionais e culturais.

Denise é líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Raça, Gênero e Sexualidades Audre Lorde (Geperges - Audre Lorde); membro do Coletivo de Acadêmicas Negras Luiza Bairros (CAN Luiza Bairros); desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão nas áreas de educação e relações raciais, com viés em gênero e sexualidades; religiões de matrizes africanas e afroindígenas. Realizou pós-doutorado em Educação, no Departamento de Educação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), sob a supervisão do Prof. Dr. Antônio Novaes.



IRANEIDE SOARES DA SILVA

Doutora em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Mestra em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Graduada em História pela (UniCeub/DF). É coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em História e Memória da Escravidão e do Pós-Abolição (SANKOFA/UESPI). Preside a Comissão de Heteroidenticação das Políticas de Ações Afirmativas da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). É coordenadora regional do Consórcio Nacional dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (CONNEABS). Pesquisadora filiada à Associação Brasileira de Pesquisadores (as) Negros(as) (ABPN) e à Associação Nacional de História/ANPUH.

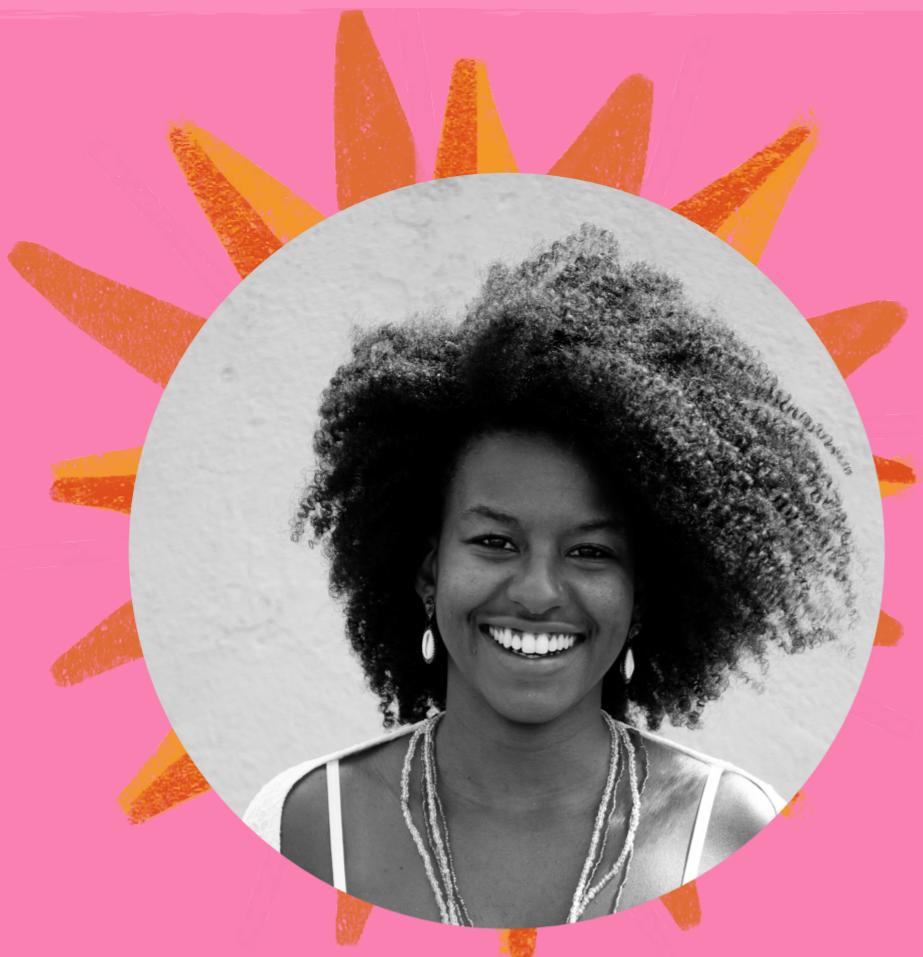
Membro dos Núcleo de Estudos e Pesquisas Afros (NEPA/UESPI), Núcleo de Estudos e Pesquisas em Africanidades e Afrodescendências (IFAR-ADÀ/UFPI), Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Relações Étnico-Raciais, Movimentos Sociais e Educação (N'UMBUNTU/UFPA).

Pesquisadora Ativista do Movimento Social Negro Organizado Brasileiro, desde 1989. Professora Adjunta TI-40 DE no curso de História da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Faz consultorias diversas, sobretudo, nas áreas de História; educação; e relações raciais e de gênero. Escravidão negra e urbana séc. XIX; História e imprensa; Cidades; São Luís do Maranhão do séc. XIX - educação tecnológica; Raça; Identidades; Lei 10639/03; Relações raciais; Políticas de ações afirmativas; Ensino de História e Cultura afro-brasileira e africana.



STÉPHANIE MOREIRA

Mulher preta e mãe, candomblecista, militante do movimento negro, capoeirista-angoleira e potiguar. Poetisa, pois tem insistido em não perder novamente sua voz. Performer, seu corpo fala nas ruas, no mato e nas encruzilhadas, acerca das proibições que pesam sobre os corpos das mulheres negras. Também é antropóloga, trabalha com a criação de memórias por populações subalternizadas no Brasil. Criadora da marca Negro Charme Moda Afro-potiguar.



YÉRSIA SOUZA DE ASSIS

Yérsia Assis é preta nagô, do Samba de Aboio de Santa Bárbara, neta de Zé Paizinho, neta de uma rendeira, filha de professora, Ekédjí no Ilê Axé Omin Mafé. Doutora em Antropologia Social pela UFSC/NUER. Cientista social, antropóloga por formação, professora. Atua em grupos de entidades da sociedade civil vinculadas a discussões sobre direitos humanos, justiça, combate ao racismo, promoção para a educação

das relações étnico-raciais, grupos religiosos de matriz africana e educação antirracista. Fez bacharelado em Ciências Sociais na Universidade Federal de Sergipe; é mestre pelo Núcleo de Pesquisa e Pós-Graduação em Antropologia Social, também pela Universidade Federal de Sergipe. Realizou doutorado-sanduíche na Universidade Agostinho Neto, em Angola, no ano de 2017 (CAPES/AULP). É membro do Grupo de Estudos Culturas Relações Interétnicas e Identidades (GERTS/UFS); membro do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABÍ/UFS); e membro do Núcleo de Identidades e Relações Interétnicas (NUER/UFSC). Integra a ONG Casa de Mar e a Sociedade Omolàiyé.

Mulheres intelectuais Norddestinas

DIÁLOGOS
INSUBMISSOS
DE MULHERES
NEGRAS





NORDESTINA
IN SUBMISSA
" "